ANTONIO DA SILVA MULLER:29827205153
cn=ANTONIO DA SILVA MULLER:29827205153, c=BR, o=ICP-Brasil,
ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, RFB e-CPF A3, (EM BRANCO),
Autenticado por Certisign Certificadora Digital

Diário Oficial

Estado de Mato Grosso do Sul

ANO XXXV n. 8.343 **CAMPO GRANDE-MS, QUARTA-FEIRA, 2 DE JANEIRO DE 2013** **26 PÁGINAS**

GOVERNADOR
ANDRÉ PUCCINELLI

Vice-Governadora
SIMONE TEBET

Secretário de Estado de Governo
OSMAR DOMINGUES JERONYMO

Secretário de Estado de Fazenda
JADER RIEFFE JULIANELLI AFONSO

Secretária de Estado de Administração
THIE HIGUCHI VIEGAS DOS SANTOS

Secretária de Estado de Educação
MARIA NILENE BADECA DA COSTA

Secretária de Estado de Saúde
BEATRIZ FIGUEIREDO DOBASHI

Secretário de Estado de Habitação e das Cidades
CARLOS EDUARDO XAVIER MARUN

Secretário de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia
CARLOS ALBERTO NEGREIROS SAID MENEZES

Secretária de Estado de Trabalho e Assistência Social
TANIA MARA GARIB

Secretária de Estado de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo
TEREZA CRISTINA CORRÊA DA COSTA DIAS

Secretário de Estado de Obras Públicas e de Transportes
WILSON CABRAL TAVARES

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública
WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI

Secretária de Estado de Gestão de Recursos Humanos
EVELYSE FERREIRA CRUZ OYADOMARI

Procurador-Geral do Estado
RAFAEL COLDIBELLI FRANCISCO

SECRETARIAS

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

TRIBUNAL ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO

ACÓRDÃO N. 207/2012 – PROCESSO 11/027149/2008 (ALIM n. 14349-E/2008) – RECURSO VOLUNTÁRIO n. 70/2010 – RECORRENTE: Auto Posto JJ Ltda. – I.E. n. 28.270.682-8 – Santa Rita do Pardo-MS – RECORRIDA: Fazenda Pública Estadual – AUTUANTE: Goro Shiota – JULGADORA SINGULAR: Gigliola Lilian Decarli – DECISÃO DE 1ª INSTÂNCIA: Procedente – RELATOR: Cons. Flávio Nogueira Cavalcanti.

EMENTA: PROCESSUAL. CERCEAMENTO DE DEFESA – INDEFERIMENTO FUNDAMENTADO DO PEDIDO DE PRODUÇÃO DE PROVAS – NULIDADE DA DECISÃO RECORRIDA – NÃO CONFIGURAÇÃO. DESCUMPRIMENTO DE DEVER INSTRUMENTAL - TERMO INICIAL DA CONTAGEM DO PRAZO – PRIMEIRO DIA DO EXERCÍCIO SEGUINTE AO DA PRÁTICA DA INFRAÇÃO – NOTIFICAÇÃO EFETIVADA DENTRO DO PRAZO LEGAL – DECADÊNCIA – NÃO CONFIGURAÇÃO - PRESCRIÇÃO – NÃO CARACTERIZAÇÃO. MULTA (ICMS) – FALTA DE USO DE EQUIPAMENTO EMISSOR DE CUPOM FISCAL – REMESSA PARA CONSERTO – NÃO COMPROVAÇÃO – INFRAÇÃO CONFIGURADA. RECURSO VOLUNTÁRIO DESPROVIDO.

Entendendo a autoridade julgadora que as provas constantes nos autos são suficientes para a formação da sua convicção, o indeferimento de pedido de produção de provas reputadas impertinentes, desnecessárias e protelatórias para a solução da controvérsia não configura cerceamento de defesa, ainda mais quando o pedido pode ser reformulado na instância recursal e o interessado manifesta haver provas suficientes nos autos a comprovar não ter praticado a infração.

Tratando-se de constituição de crédito tributário concernente à multa por descumprimento de dever instrumental, a contagem do prazo decadencial inicia-se no primeiro dia do exercício seguinte ao da realização do ato ilícito e não no dia posterior ao do cometimento da infração, em conformidade com o art. 173, I, do CTN, consoante entendimento cristalizado na Súmula 10 do TAT, de sorte que, tendo sido o contribuinte notificado dentro do prazo legal, não há que se falar em decadência.

Descabe falar em prescrição quando se verifica que o prazo para o Fisco exercer o direito de ação sequer teve início, em razão da suspensão da exigibilidade motivada pela impugnação do lançamento, o qual somente passa a fluir no dia seguinte ao do trânsito em julgado da decisão administrativa.

Na falta de comprovação, na forma da legislação pertinente, de que o equipamento emissor de cupom fiscal não foi utilizado no período autuado por estar sob intervenção técnica, não há como afastar a multa aplicada.

ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos os autos do Recurso Voluntário n. 70/2010, acordam os membros do Tribunal Administrativo Tributário do Estado de Mato Grosso do Sul, de acordo com a Ata e o Termo de Julgamento, à unanimidade de votos, conforme o parecer, pelo conhecimento e desprovimento do recurso voluntário, para manter inalterada a decisão singular.

Campo Grande-MS, 19 de dezembro de 2012.

Cons. Lygia Maria Ferreira de Brito – Presidente

Cons. Flávio Nogueira Cavalcanti – Relator

Tomaram parte no julgamento, na sessão de 27.11.2012, os Conselheiros Mário Roberto Ferreira da Silva (Suplente), Marilda Rodrigues dos Santos, Julio Cesar Borges, Daniel Castro Gomes da Costa, Ana Lucia Hargreaves Calabria, Célia Kikumi Hirokawa Higa (Suplente) e Josafá José Ferreira do Carmo. Presente o representante da PGE, Dr. Jaime Caldeira Jhunyor.

ACÓRDÃO N. 208/2012 – PROCESSO 11/041445/2010 (ALIM n. 19917-E/2010) - RECURSO VOLUNTÁRIO n. 30/2011 – RECORRENTE: Egelte Engenharia Ltda. – I.E. n. 28.089.176-8 – Campo Grande-MS – ADVOGADO: Vinícius dos Santos Leite (OAB/MS 10.869) –RECORRIDA: Fazenda Pública Estadual – AUTUANTE: Nilton Pereira Barbosa – JULGADOR SINGULAR: Edilson Barzotto – DECISÃO DE 1ª INSTÂNCIA: Procedente – RELATORA: Cons. Marilda Rodrigues dos Santos – REDATOR: Cons. Julio Cesar Borges.

EMENTA: PROCESSUAL. AFRONTA AO PRINCÍPIO DO NÃO CONFISCO – MATÉRIA NÃO EXAMINÁVEL – NÃO CONHECIMENTO. OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA – ILEGALIDADE DA INSTITUIÇÃO – NÃO CONFIGURAÇÃO. MULTA (ICMS). EMPRESA DE CONSTRUÇÃO CIVIL NÃO POSSUIDORA DE ATESTADO DE CONDIÇÃO DE CONTRIBUINTE – OPERAÇÃO INTERESTADUAL DE AQUISIÇÃO DE MERCADORIAS DESTINADAS A USO OU CONSUMO – NÃO EXIGÊNCIA DE DESTAQUE DO IMPOSTO À ALÍQUOTA INTERNA DA UNIDADE FEDERADA DE ORIGEM – AUSÊNCIA DE SUBSUNÇÃO DO FATO À NORMA – NÃO CARACTERIZAÇÃO. COLAÇÃO INTEMPESTIVA DE DOCUMENTOS – AFETAÇÃO DA OBRIGAÇÃO IMPUTADA – DESONERAÇÃO DA OBRIGAÇÃO CORRESPONDENTE - POSSIBILIDADE. RECURSO VOLUNTÁRIO PARCIALMENTE CONHECIDO E PROVIDO EM PARTE.

A alegação de que a multa aplicada afronta o princípio do não confisco configura arguição de inconstitucionalidade para a qual este Tribunal Administrativo Tributário não tem competência para exame e decisão (Súmula n. 8).

A exigência normativa para instituição de obrigação acessória não se confunde com a da criação do tributo. Enquanto esta requer a edição de lei, àquela basta a autorização ao poder competente que pode, assim, inseri-la no mundo jurídico através dos dispositivos legais que lhe são próprios. No caso da obrigação acessória das empresas de construção civil não detentoras do atestado da condição de contribuinte, que devem exigir nas suas aquisições interestaduais o destaque do imposto na alíquota própria da operação destinada a não contribuinte, existindo a regra regularmente editada pelo poder competente compelindo ao cumprimento do dever instrumental, não há que se cogitar de ilegalidade.

A empresa de construção civil não possuidora de atestado de condição de contribuinte do ICMS que deixa de exigir do fornecedor, em operação de aquisição em outro Estado, o destaque do imposto à alíquota interna da unidade federada de origem, adquirindo, consequentemente, nessa operação, mercadoria acobertada por documento fiscal com destaque do referido imposto à alíquota interestadual, incorre em infração à legislação tributária estadual, sujeitando-se à imposição da penalidade correspondente. No caso, se a penalidade descreve conduta inequívoca e consequente àquela que a norma disse ser de cumprimento obrigatório, não é o caso de ausência de subsunção entre o fato e a norma cominadora.

O deferimento da colação intempestiva nos autos de documentos que comprovam a inexistência da obrigação tributária que foi imputada em razão deles, é medida que se impõe ancorada no princípio da busca da verdade material, legitimando a desoneração do sujeito passivo no montante correspondente.

ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos os autos do Recurso Voluntário n. 30/2011, acordam os membros do Tribunal Administrativo Tributário do Estado de Mato Grosso do Sul, de acordo com a Ata e o Termo de Julgamento, à unanimidade de votos, contrariando em parte o parecer, nos termos do voto em separado do Cons. Julio Cesar Borges, ao qual

anuiu a Cons. Relatora, pelo conhecimento parcial e provimento parcial do recurso voluntário, para reformar em parte a decisão singular.

Campo Grande-MS, 19 de dezembro de 2012.

Cons. Lygia Maria Ferreira de Brito – Presidente

Cons. Marilda Rodrigues dos Santos – Relatora

Tomaram parte no julgamento, na sessão de 11.12.2012, os Conselheiros Julio Cesar Borges, Ana Lucia Hargreaves Calabria, Célia Kikumi Hirokawa Higa (Suplente), Josafá José Ferreira do Carmo, Flávio Nogueira Cavalcanti e Gérson Mardine Fraulob. Presente o representante da PGE, Dr. Jaime Caldeira Jhunyor.

ACÓRDÃO N. 209/2012 – PROCESSO N. 11/009071/2011 (ALIM n. 20955-E/2011) – RECURSO VOLUNTÁRIO n. 112/2011 – RECORRENTE: Recuperadora Bras-Soldas Ltda. – I.E. n. 28.085.199-5 - Dourados-MS – RECORRIDA: Fazenda Pública Estadual – AUTUANTE: Mário Sasaki – JULGADOR SINGULAR: João Urbano Dominoni – DECISÃO DE 1ª INSTÂNCIA: Procedente em Parte – RELATORA: Cons. Ana Lucia Hargreaves Calabria.

EMENTA: PROCESSUAL. FALTA DE INDICAÇÃO DOS PONTOS DE DISCORDÂNCIA COM A DECISÃO RECORRIDA – INOVAÇÃO DA LIDE E SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA – CARACTERIZAÇÃO. RECURSO VOLUNTÁRIO NÃO CONHECIDO.

Não deve ser conhecido o recurso voluntário cujas razões não combatem a decisão recorrida, deixando de enunciar os fundamentos de fato e de direito pelos quais a decisão merece ser reformada (Súmula n. 13/TAT), bem como que contenha matéria não impugnada na instância singular, pois traz inovação e supressão de instância que encontram óbice no art. 80, da Lei n. 2.315, de 2001.

ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos os autos do Recurso Voluntário n. 112/2011, acordam os membros do Tribunal Administrativo Tributário do Estado de Mato Grosso do Sul, de acordo com a Ata e o Termo de Julgamento, à unanimidade de votos, conforme o parecer, pelo não conhecimento do recurso voluntário.

Campo Grande-MS, 19 de dezembro de 2012.

Cons. Lygia Maria Ferreira de Brito – Presidente

Cons. Ana Lucia Hargreaves Calábria – Relatora

Tomaram parte no julgamento, na sessão de 12.12.2012, os Conselheiros Célia Kikumi Hiurokawa Higa (Suplente), Josafá José Ferreira do Carmo, Flávio Nogueira Cavalcanti, Gérson Mardine Fraulob, Marilda Rodrigues dos Santos e Julio Cesar Borges. Presente o representante da PGE, Dr. Jaime Caldeira Jhunyor.

ACÓRDÃO N. 210/2012 – PROCESSO 11/022211/2009 (ALIM n. 16459-E/2009) – REEXAME NECESSÁRIO n. 11/2010 – RECORRENTE: Órgão Julgador de 1ª Instância – RECORRIDA: Caiado Pneus Ltda. – I.E. n. 28.061.383-0 – Campo Grande-MS – AUTUANTE: Heraldo Corbelino Bojikian – JULGADOR SINGULAR: João Urbano Dominoni – DECISÃO DE 1ª INSTÂNCIA: Procedente em Parte – RELATORA: Cons. Ana Lucia Hargreaves Calabria.

EMENTA: MULTA (ICMS). DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA – EXIGÊNCIA DE IMPOSTO – IMPOSSIBILIDADE – ADEQUAÇÃO DO ENQUADRAMENTO DA PENALIDADE – POSSIBILIDADE. REDUÇÃO INDEVIDA DA PENALIDADE – CONFIGURAÇÃO. REEXAME NECESSÁRIO PARCIALMENTE PROVIDO.

Tratando-se de Alim lavrado em face da constatação do descumprimento de obrigação acessória não cabe a exigência de imposto.

Comprovado não ser devida a exigência do imposto, haja vista tratar-se de infração por descumprimento de obrigação tributária de natureza acessória e, considerando a adequação do enquadramento da penalidade, correta a decisão singular na parte em que, em função disso, reduziu a exigência fiscal.

Não comprovada a ausência de dolo e de que o cometimento da infração de natureza instrumental não deu azo à falta de recolhimento do imposto, ilegítima é a redução da multa de que trata o art. 60, inciso II, alínea ***a*** da Lei Estadual n. 2.315, de 2001.

ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos os autos do Reexame Necessário n. 11/2010, acordam os membros do Tribunal Administrativo Tributário do Estado de Mato Grosso do Sul, de acordo com a Ata e o Termo de Julgamento, à unanimidade de votos, contrariando o parecer, pelo conhecimento e provimento parcial do reexame necessário, para reformar em parte a decisão singular.

Campo Grande-MS, 19 de dezembro de 2012.

Cons. Lygia Maria Ferreira de Brito – Presidente

Cons. Ana Lucia Hargreaves Calabria – Relatora

Tomaram parte no julgamento, na sessão de 18.11.2012, os Conselheiros Célia Kikumi Hirokawa Higa (Suplente), Neuza Maria Mecatti (Suplente), Gérson Mardine Fraulob, Marilda Rodrigues dos Santos, Julio Cesar Borges e Daniel Castro Gomes da Costa. Presente a representante da PGE, Dra. Vanessa de Mesquita.

ACÓRDÃO N. 211/2012 – PROCESSO 11/002117/2006 (ALIM n. 10095-E/2006) – REEXAME NECESSÁRIO n. 33/2009 – RECORRENTE: Órgão Julgador de 1ª Instância – RECORRIDA: Sandra Antunes Santiago Lima de Moraes - I.E. n. 28.659.054-9 – Santa Rita do Pardo-MS – ADVOGADA: Elvania Marques Miguel e Silva (OAB/MS 9.935) - AUTUANTE: Geraldo Jubileu – JULGADOR SINGULAR: Luiz Antonio Feliciano dos Reis – DECISÃO DE 1ª INSTÂNCIA: Procedente em Parte – RELATOR: Cons. Gérson Mardine Fraulob – REDATORA: Cons. Ana Lucia Hargreaves Calabria.

EMENTA: ITCD. OMISSÃO DE BENFEITORIAS NA GUIA DE INFORMAÇÃO – INFRAÇÃO CARACTERIZADA - RETIFICAÇÃO DA PENALIDADE PELO JULGADOR MONOCRÁTICO – LEGITIMIDADE. REEXAME NECESSÁRIO DESPROVIDO.

Considerando que a matéria submetida ao Reexame Necessário foi a redução da penalidade originalmente proposta, haja vista que para a aplicação da mesma exige-se a comprovação de cometimento da infração com dolo, o que não restou provado nos autos, correta a retificação procedida pelo julgador singular.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos os autos do Reexame Necessário n. 33/2009, acordam os membros do Tribunal Administrativo Tributário do Estado de Mato Grosso do Sul, de acordo com a Ata e o Termo de Julgamento, por maioria de votos, conforme o parecer, pelo conhecimento e desprovimento do reexame necessário, para manter inalterada a decisão singular. Vencidos o Conselheiro relator e a Conselheira Marilda Rodrigues dos Santos.

Campo Grande-MS, 19 de dezembro de 2012.

Cons. Lygia Maria Ferreira de Brito – Presidente

Cons. Gérson Mardine Fraulob – Relator

Cons. Ana Lucia Hargreaves Calabria – Redatora

Tomaram parte no julgamento, na sessão de 18.12.2012, os Conselheiros Marilda Rodrigues dos Santos, Julio Cesar Borges, Daniel Castro Gomes da Costa, Ana Lucia Hargreaves Calabria, Célia Kikumi Hirokawa Higa (Suplente) e Neuza Maria Mecatti (Suplente). Presente a representante da PGE, Dra. Vanessa de Mesquita.

ACÓRDÃO N. 212/2012 – PROCESSO N. 11/029133/2011 (ALIM n. 21839-E/2011) – RECURSO VOLUNTÁRIO n. 184/2011 – RECORRENTE: Casa Bahia Comercial Ltda. – I.E. n. 28.326.453-5 – Campo Grande-MS – ADVOGADO: João Perez Soler (OAB/MS 1.639-B) - RECORRIDA: Fazenda Pública Estadual – AUTUANTE: Emilio Cesar Almeida Ohara – JULGADOR SINGULAR: João Urbano Dominoni – DECISÃO DE 1ª INSTÂNCIA: Procedente – RELATOR: Cons. José Alexandre de Luna – Redator: Cons. Josafá José Ferreira do Carmo.

EMENTA: PROCESSUAL. RECURSO VOLUNTÁRIO – AQUISIÇÃO E TRANSFERÊNCIA DE BENS PARA USO, CONSUMO OU ATIVO FIXO – IMPOSSIBILIDADE DA INSTITUIÇÃO DA HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA –INVOCAÇÃO DE SÚMULA E DECISÃO EM RECURSO REPETITIVO RECONHECENDO A ILEGITIMIDADE DA EXIGÊNCIA DE ICMS DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA – FALTA DE DEMONSTRAÇÃO DOS PRESSUPOSTOS LEGAIS CONTIDOS NO ART. 102 DA LEI N. 2.315/2001 - AUSÊNCIA DE COMPETÊNCIA DO TAT PARA EXAME DA MATÉRIA. NÃO CONHECIMENTO.

O julgamento do recurso no qual se invoca súmula e decisão proferida em recurso repetitivo emanadas do Superior Tribunal de Justiça reconhecendo que a transferência de bens ou mercadorias para uso, consumo ou ativo fixo realizada entre estabelecimentos de uma mesma empresa, por si só, não se subsume à hipótese de incidência do ICMS, implica a análise da constitucionalidade e da legalidade das normas legais que embasam o ato de lançamento.

Órgão Oficial destinado à publicação dos atos do poder Executivo.

Sede: Av. Desembargador José Nunes da Cunha, s/n
Parque dos Poderes - SAD - Bloco I - CEP 79031-310
Telefone: (67) 3318-1480 - Fax: (67) 3318-1479
Campo Grande-MS - CNPJ 24.651.127/0001-39

Diretora-Presidente
THIE HIGUCHI VIEGAS DOS SANTOS

www.imprensaoficial.ms.gov.br – materiadoe@agiosul.ms.gov.br

Publicação de Matéria por cm linear de coluna R$ 8,70

SUMÁRIO

Secretarias..... 01
Administração Indireta..... 10
Boletim de Licitações..... 14
Boletim de Pessoal..... 16
Municipalidades..... 20
Publicações a Pedido..... 24

Na falta de demonstração, pela recorrente, da existência de decisão do Supremo Tribunal Federal, pela qual se tenha declarado, em definitivo, a inconstitucionalidade das normas da legislação tributária estadual em que prevista a obrigação tributária inadimplida, não pode o Tribunal Administrativo Tributário examinar tal matéria, circunstância que impõe o não conhecimento do recurso voluntário (Súmulas n. 7 e 8).

ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos os autos do Recurso Voluntário n. 184/2011, acordam os membros do Tribunal Administrativo Tributário do Estado de Mato Grosso do Sul, de acordo com a Ata e o Termo de Julgamento, por maioria de votos, conforme o parecer, pelo não conhecimento do recurso voluntário. Vencido o Cons. Relator.

Campo Grande-MS, 19 de dezembro de 2012.

Cons. Lygia Maria Ferreira de Brito – Presidente

Cons. José Alexandre de Luna – Relator

Cons. Josafá José Ferreira do Carmo – Redator

Tomaram parte no julgamento, na sessão de 12.12.2012, os Conselheiros Gérson Mardine Fraulob, Marilda Rodrigues dos Santos, Julio Cesar Borges, Ana Lucia Hargreaves Calabria, Célia Kikumi Hirokawa Higa (Suplente) e Josafá José Ferreira do Carmo. Presente o representante da PGE, Dr. Jaime Caldeira Jhunyor.

ACÓRDÃO N. 213/2012 – PROCESSO 11/029135/2011 (ALIM n. 21834-E/2011) – RECURSO VOLUNTÁRIO n. 182/2011 – RECORRENTE: Casa Bahia Comercial Ltda. – I.E. n. 28.272.392-7 – Campo Grande-MS –ADVOGADO: João Perez Soler (OAB/MS 1.639-B) - RECORRIDA: Fazenda Pública Estadual – AUTUANTE: Emilio Cesar Almeida Ohara – JULGADOR SINGULAR: João Urbano Dominoni – DECISÃO DE 1ª INSTÂNCIA: Procedente – RELATORA: Cons. Marilda Rodrigues dos Santos.

EMENTA: PROCESSUAL. RECURSO VOLUNTÁRIO – AQUISIÇÃO E TRANSFERÊNCIA DE BENS PARA USO, CONSUMO OU ATIVO FIXO – IMPOSSIBILIDADE DA INSTITUIÇÃO DA HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA – INVOCAÇÃO DE SÚMULA E DECISÃO EM RECURSO REPETITIVO RECONHECENDO A ILEGITIMIDADE DA EXIGÊNCIA DE ICMS DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA – FALTA DE DEMONSTRAÇÃO DOS PRESSUPOSTOS LEGAIS CONTIDOS NO ART. 102 DA LEI N. 2.315/2001 - AUSÊNCIA DE COMPETÊNCIA DO TAT PARA EXAME DA MATÉRIA. NÃO CONHECIMENTO.

O julgamento do recurso no qual se invoca súmula e decisão proferida em recurso repetitivo emanadas do Superior Tribunal de Justiça reconhecendo que a transferência de bens ou mercadorias para uso, consumo ou ativo fixo realizada entre estabelecimentos de uma mesma empresa, por si só, não se subsume à hipótese de incidência do ICMS, implica a análise da constitucionalidade e da legalidade das normas legais que embasam o ato de lançamento.

Na falta de demonstração, pela recorrente, da existência de decisão do Supremo Tribunal Federal, pela qual se tenha declarado, em definitivo, a inconstitucionalidade das normas da legislação tributária estadual em que prevista a obrigação tributária inadimplida, não pode o Tribunal Administrativo Tributário examinar tal matéria, circunstância que impõe o não conhecimento do recurso voluntário (Súmula n. 8).

ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos os autos do Recurso Voluntário n. 182/2011, acordam os membros do Tribunal Administrativo Tributário do Estado de Mato Grosso do Sul, de acordo com a Ata e o Termo de Julgamento, por maioria de votos, conforme o parecer, pelo não conhecimento do recurso voluntário. Vencido o Cons. José Alexandre de Luna.

Campo Grande-MS, 19 de dezembro de 2012.

Cons. Lygia Maria Ferreira de Brito – Presidente

Cons. Marilda Rodrigues dos Santos – Relatora

Tomaram parte no julgamento, na sessão de 11.12.2012, os Conselheiros Julio Cesar Borges, Ana Lucia Hargreaves Calabria, Célia Kikumi Hirokawa Higa (Suplente), Josafá José Ferreira do Carmo, José Alexandre de Luna e Gérson Mardine Fraulob. Presente o representante da PGE, Dr. Jaime Caldeira Jhunyor.

ACÓRDÃO N. 214/2012 – PROCESSO 11/019169/2010 – (Restituição de Indébito n. 4/2010) – RECURSO VOLUNTÁRIO n. 204/2010 – RECORRENTE: Arno Werner Máquinas e Motores Ltda. – I.E. n. 28.003.151 -3 – Dourados -MS – ADVOGADO: Aires Gonçalves (OAB/MS 1.342) - RECORRIDA: Fazenda Pública Estadual – JULGADOR SINGULAR: Carlos Afonso Lima Ranieri – DECISÃO DE 1ª INSTÂNCIA: Indeferimento – RELATOR: Cons. Gerson Mardine Fraulob.

EMENTA: PROCESSUAL. PEDIDO DE HOMOLOGAÇÃO DE CRÉDITO CUMULADO COM SUA CONVERSÃO EM ESPÉCIE – INCOMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS JULGADORES RECONHECIDA DE OFÍCIO – NULIDADE PROCESSUAL DECLARADA. RECURSO VOLUNTÁRIO PREJUDICADO.

Verificado que o pedido do contribuinte de restituição de indébito tributário, denegado pela Administração Tributária, trata-se, na verdade, de pedido de homologação de crédito apropriado, cumulado com a sua conversão em espécie, deve ser declarada de ofício a nulidade do processo a partir do ato que admitiu a impugnação, diante da ausência de competência dos órgãos julgadores para apreciar tal matéria que é da alçada exclusiva do Secretário de Estado de Fazenda.

ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos os autos do Recurso Voluntário n. 204/2010, acordam os membros do Tribunal Administrativo Tributário do Estado de Mato Grosso do Sul, de acordo com a Ata e o Termo de Julgamento, à unanimidade de votos, conforme o parecer, de ofício, pela nulidade de todos os atos processuais praticados a partir do recebimento do agravo.

Campo Grande-MS, 19 de dezembro de 2012.

Cons. Lygia Maria Ferreira de Brito – Presidente

Cons. Gerson Mardine Fraulob – Relator

Tomaram parte no julgamento, na sessão de 11.12.2012, os Conselheiros Marilda Rodrigues dos Santos, Julio Cesar Borges, Ana Lucia Hargreaves Calabria, Celia Kikumi Hirokawa Higa (Suplente), Josafá José Ferreira do Carmo e Flávio Nogueira Cavalcanti. Presente o representante da PGE, Dr. Jaime Caldeira Jhunyor.

ACÓRDÃO N. 215/2012 – PROCESSO N. 11/013176/2010 (ALIM n. 18501-E/2010) - RECURSO VOLUNTÁRIO n. 01/2011 – RECORRENTE: Supermercado Itapemirim Ltda. – I.E. n. 28.327.646-0 – Mundo Novo-MS – ADVOGADO: José Valmir de Souza (OAB/MS 8.262) – RECORRIDA: Fazenda Pública Estadual – AUTUANTES:Charles Müller e Fábio José Figueiredo de Albuquerque – JULGADOR SINGULAR: Carlos Afonso Lima Ranieri – DECISÃO DE 1ª INSTÂNCIA: Procedente – RELATOR: Cons. Gerson Mardine Fraulob.

EMENTA: PROCESSUAL. ANÁLISE ORIGINÁRIA – INCONSTITUCIONALIDADE DA NORMA SANCIONATÓRIA - OFENSA AO PRINCÍPIO DO NÃO CONFISCO – INCOMPETÊNCIA PARA EXAME. AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS E LIVROS FISCAIS – NULIDADE DO ALIM – NÃO CONFIGURAÇÃO. NULIDADE DA DECISÃO - NÃO APRECIAÇÃO DE ALEGAÇÕES FORMULADAS NA IMPUGNAÇÃO – NÃO OCORRÊNCIA. ICMS. FALTA DE REGISTRO DE NOTAS FISCAIS DE ENTRADA – PRESUNÇÃO LEGAL DE SAÍDAS SEM EMISSÃO DE DOCUMENTOS FISCAIS – CARACTERIZAÇÃO – PROVAS BASEADAS NO SINTEGRA – SUFICIÊNCIA – DETERMINAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO POR ARBITRAMENTO – POSSIBILIDADE. REDUÇÃO DA MULTA – IMPOSSIBILIDADE. RECURSO VOLUNTÁRIO CONHECIDO EM PARTE E DESPROVIDO.

A alegação de que a multa aplicada afronta o princípio do não confisco configura arguição de inconstitucionalidade para a qual o Tribunal Administrativo Tributário (TAT) não tem competência para exame e decisão (Súmula n. 8).

A falta de juntada de livros e documentos fiscais não caracteriza nulidade do lançamento por ausência de motivação, devendo ser apreciada em exame de mérito. O motivo da lavratura do ALIM é a constatação, pela autoridade fiscal, da ocorrência do fato jurídico tributável e do fato infracional, correspondendo a sua motivação às descrições de tais fatos.

Estando devidamente fundamentada a decisão com a exposição das razões de decidir, esta deve ser reputada válida, mormente quando se verifica que todas as alegações do contribuinte foram apreciadas.

Ocorrendo a omissão no registro de documentos fiscais de entrada, a lei autoriza presumir as saídas das correspondentes mercadorias sem a emissão de documento fiscal.

Os registros do Sintegra fazem prova suficiente da prática das operações a que se referem quando inexistente prova em contrário.

A ausência de emissão de notas fiscais de saída motiva o arbitramento da base de cálculo na forma da lei.

A multa não pode ser reduzida sem previsão legal expressa, que não existe para a norma sancionatória aplicada.

ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos os autos do Recurso Voluntário n. 1/2011, acordam os membros do Tribunal Administrativo Tributário do Estado de Mato Grosso do Sul, de acordo com a Ata e o Termo de Julgamento, à unanimidade de votos, conforme o parecer, pelo conhecimento parcial e desprovimento do recurso voluntário, para manter inalterada a decisão singular.

Campo Grande-MS, 19 de dezembro de 2012.

Cons. Lygia Maria Ferreira de Brito – Presidente

Cons. Gerson Mardine Fraulob – Relator

Tomaram parte no julgamento, na sessão de 05.12.2012, os Conselheiros Julio Cesar Borges, Ana Lucia Hargreaves Calabria, Célia Kikumi Hirokawa Higa (Suplente), Josafá José Ferreira do Carmo e Flávio Nogueira Cavalcanti. Presente a representante da PGE, Dra. Vanessa de Mesquita.

ACÓRDÃO N. 216/2012 – PROCESSO N. 11/017630/2004 (ALIM n. 4121-E/2004) – RECURSO VOLUNTÁRIO n. 23/2007 – RECORRENTE: L.T.R. Comércio Distribuidora Ltda. – I.E. n. 28.324.082-2 – Três Lagoas-MS – ADVOGADOS: Cristian F. T. Marques da Silva (OAB/SP 167.802) e Cristiane G. Campos (OAB/MS 9.208) - RECORRIDA: Fazenda

Pública Estadual – AUTUANTE: Emílio César Almeida Ohara – JULGADORA SINGULAR: Adilma Bezerra da Silva – DECISÃO DE 1ª INSTÂNCIA: Procedente – RELATORA: Cons. Neuza Maria Mecatti.

EMENTA: PROCESSUAL. PROPOSITURA DE AÇÃO ANULATÓRIA DE ATO DE LANÇAMENTO E DE IMPOSIÇÃO DE MULTA POSTERIORMENTE AO OFERECIMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO – DESISTÊNCIA TÁCITA DO LITÍGIO NA ESFERA ADMINISTRATIVA. RECURSO VOLUNTÁRIO PREJUDICADO.

A propositura de ação judicial visando à anulação do ALIM em face do qual o sujeito passivo tenha anteriormente ofertado recurso administrativo implica a desistência tácita do litígio na instância administrativa, devendo ser encaminhado o processo diretamente à Procuradoria Geral do Estado, para adoção das medidas pertinentes.

ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos os autos do Recurso Voluntário n. 23/2007, acordam os membros do Tribunal Administrativo Tributário do Estado de Mato Grosso do Sul, de acordo com a Ata e o Termo de Julgamento, à unanimidade de votos, pela declaração de desistência do litígio ficando prejudicada a análise do recurso voluntário.

Campo Grande-MS, 19 de dezembro de 2012.

Cons. Lygia Maria Ferreira de Brito – Presidente

Cons. Neuza Maria Mecatti – Relatora

Tomaram parte no julgamento, na sessão de 11.12.2012, os Conselheiros Ana Lucia Hargreaves Calabria, Célia Kikumi Hirokawa Higa (Suplente), Josafá José Ferreira do Carmo, Flávio Nogueira Cavalcanti, Gérson Mardine Fraulob e Marilda Rodrigues dos Santos. Presente o representante da PGE, Dr. Jaime Caldeira Jhunyor.

ACÓRDÃO N. 217/2012 – PROCESSO N. 11/029132/2011 (ALIM n. 21836-E/2011) – RECURSO VOLUNTÁRIO n. 183/2011 – RECORRENTE: Casa Bahia Comercial Ltda. – I.E. n. 28.298.883-1 – Campo Grande-MS – ADVOGADO: João Perez Soler (OAB/MS 1.639) - RECORRIDA: Fazenda Pública Estadual – AUTUANTE: Emilio Cesar Almeida Ohara – JULGADOR SINGULAR: João Urbano Dominoni – DECISÃO DE 1ª INSTÂNCIA: Procedente – RELATORA: Cons. Célia Kikumi Hirokawa Higa.

EMENTA: PROCESSUAL. RECURSO VOLUNTÁRIO – AQUISIÇÃO E TRANSFERÊNCIA DE BENS PARA USO, CONSUMO OU ATIVO FIXO – IMPOSSIBILIDADE DA INSTITUIÇÃO DA HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA – INVOCAÇÃO DE SÚMULA E DECISÃO EM RECURSO REPETITIVO RECONHECENDO A ILEGITIMIDADE DA EXIGÊNCIA DE ICMS DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA – FALTA DE DEMONSTRAÇÃO DOS PRESSUPOSTOS LEGAIS CONTIDOS NO ART. 102 DA LEI N. 2.315/2001 - AUSÊNCIA DE COMPETÊNCIA DO TAT PARA EXAME DA MATÉRIA. NÃO CONHECIMENTO.

O julgamento do recurso no qual se invoca súmula e decisão proferida em recurso repetitivo emanadas do Superior Tribunal de Justiça reconhecendo que a transferência de bens ou mercadorias para uso, consumo ou ativo fixo realizada entre estabelecimentos de uma mesma empresa, por si só, não se subsume à hipótese de incidência do ICMS, implica a análise da constitucionalidade e da legalidade das normas legais que embasam o ato de lançamento.

Na falta de demonstração, pela recorrente, da existência de decisão do Supremo Tribunal Federal, pela qual se tenha declarado, em definitivo, a inconstitucionalidade das normas da legislação tributária estadual em que prevista a obrigação tributária inadimplida, não pode o Tribunal Administrativo Tributário examinar tal matéria, circunstância que impõe o não conhecimento do recurso voluntário (Súmulas n. 7 e 8).

ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos os autos do Recurso Voluntário n. 183/2011, acordam os membros do Tribunal Administrativo Tributário do Estado de Mato Grosso do Sul, de acordo com a Ata e o Termo de Julgamento, à unanimidade de votos, conforme o parecer, pelo não conhecimento do recurso voluntário.

Campo Grande-MS, 19 de dezembro de 2012.

Cons. Lygia Maria Ferreira de Brito – Presidente

Cons. Celia Kikumi Hirokawa Higa – Relatora

Tomaram parte no julgamento, na sessão de 28.11.2012, os Conselheiros Josafá José Ferreira do Carmo, Flávio Nogueira Cavalcanti, Neuza Maria Mecatti (Suplente), Julio Cesar Borges, Daniel Castro Gomes da Costa e Ana Lucia Hargreaves Calabria. Presente a representante da PGE, Dra. Vanessa de Mesquita.

ACÓRDÃO N. 218/2012 – PROCESSO N. 11/045242/2009 (ALIM n. 17159-E/2009) – RECURSO VOLUNTÁRIO n. 164/2010 – RECORRENTE: Supermercado Umada Ltda. – I.E. n. 28.324.074-1 - Anaurilância-MS – ADVOGADO: Oswaldo Barbosa Monteiro (OAB/SP 127.521) - RECORRIDA: Fazenda Pública Estadual – AUTUANTE: Izabel Cristina Borini Ferreira – JULGADORA SINGULAR: Gigliola Lilian Decarli – DECISÃO DE 1ª INSTÂNCIA: Procedente em parte – RELATOR: Cons. Josafá José Ferreira do Carmo. REDATOR: Cons. Daniel Castro Gomes da Costa.

EMENTA: PROCESSUAL. INSUFICIÊNCIA DOS ELEMENTOS INFORMATIVOS PARA DETERMINAR A MATÉRIA TRIBUTÁVEL – VÍCIO FORMAL INSANÁVEL – NULIDADE DO LANÇAMENTO. RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO.

A descrição da matéria tributável é elemento essencial do Auto de Lançamento e de Imposição de Multa, devendo traduzir de forma inequívoca o fato jurídico tributário que se subsume à regra matriz de incidência prevista na norma. A insuficiência dos elementos informativos prejudica a identificação da matéria tributável e, em consequência, a compreensão da efetiva exigência fiscal, constituindo óbice ao exercício da ampla defesa, pelo que se impõe a decretação da nulidade do lançamento.

ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos os autos do Recurso Voluntário n. 164/2010, acordam os membros do Tribunal Administrativo Tributário do Estado de Mato Grosso do Sul, de acordo com a Ata e o Termo de Julgamento, por maioria de votos, conforme o parecer, pelo conhecimento e provimento do recurso voluntário, para decretar a nulidade do Alim. Vencidos o Conselheiro Relator e a Cons. Ana Lúcia Hargreaves Calabria.

Campo Grande-MS, 19 de dezembro de 2012.

Cons. Lygia Maria Ferreira de Brito – Presidente

Cons. Josafá José Ferreira do Carmo - Relator

Cons. Daniel Castro Gomes da Costa - Redator

Tomaram parte no julgamento, na sessão de 28.11.2012, os Conselheiros Flavio Nogueira Cavalcanti, Neuza Maria Mecatti (Suplente), Julio Cesar Borges, Daniel Castro Gomes da Costa, Ana Lucia Hargreaves Calabria e Célia Kikumi Hiurokawa Higa (Suplente). Presente a representante da PGE, Dra. Vanessa de Mesquita.

EDITAL DE INTIMAÇÃO

PELO PRESENTE EDITAL, O(S) CONTRIBUINTE(S) ABAIXO IDENTIFICADO(S) FICA(M) INTIMADO(S) PARA, NO PRAZO DE VINTE(20) DIAS, CONTADOS DO QUINTO(5) DIA DA PUBLICAÇÃO DESTE, RECOLHER AOS COFRES PUBLICOS O DÉBITO FISCAL EXIGIDO POR MEIO DO(S) TERMO(S) DE TRANSCRIÇÃO DE DÉBITOS INDICADO(S), OU SOLICITAR SUA REVISÃO, SOB PENA DE REVELIA, PRESUMINDO-SE COMO VERDADEIROS OS FATOS ALEGADOS NO PROCEDIMENTO FISCAL. EMBASAMENTO LEGAL: ART.23, I C/C ART.24, III DA LEI ESTADUAL N.2.315, DE 25.10.2001 E ART.87, PAR.1 DA LEI ESTADUAL N.1.810, DE 22.12.1997.

1 - ZEDEKIAS ZEM IE: 28.363.992-0
AVE EUZEBIO VARALDO, S/N - NOVA PORTO XV - BATAGUASSU - MS
Termo de Transcrição de Débitos Nº 190-D

Órgão Preparador Regional de Bataguassu 07
Av. Dias Barroso, 390 Centro CEP:79780-000-Bataguassu MS
Horário de Funcionamento: 07:30hs às 11:30hs / 13:30hs às 17:30hs
Telefone: (0 XX 67) 3541-1173

Marcia Celeste de Souza Cruz
Matrícula 328260
Chefe do OPR_07 de Bataguassu

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

RESOLUÇÃO/SED n. 2.609, de 28 de dezembro de 2012.

Desativa o funcionamento dos Cursos de Educação de Jovens e Adultos nas etapas do ensino fundamental e do ensino médio – EJA II – MS, em unidades escolares da Rede Estadual de Ensino do Estado de Mato Grosso do Sul.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e considerando a Proposta de Educação do Estado de Mato Grosso Sul, resolve:

Art. 1º Desativar o funcionamento dos Cursos de Educação de Jovens e Adultos nas etapas do ensino fundamental e do ensino médio – EJA II – MS nas unidades escolares da Rede Estadual de Ensino do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme identificadas no Anexo Único desta Resolução, a partir de 1º de janeiro de 2013.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

CAMPO GRANDE-MS, 28 de dezembro de 2012.

MARIA NILENE BADECA DA COSTA
Secretária de Estado de Educação

Anexo Único da Resolução/SED n. 2.609, de 28 de dezembro de 2012.

Município	Unidades Escolares	Cursos de Educação de Jovens e Adultos nas etapas do Ensino Fundamental e do Ensino Médio – EJA II - MS	
		Etapa do ensino fundamental	Etapa do ensino médio
Água Clara	EE Chico Mendes	x	x
Amambai	EE Coronel Felipe de Brum	x	x
	EE Vespasiano Martins	x	x
Anastácio	EE Indígena Guilhermina da Silva	x	-
	EE Maria Corrêa Dias	x	x

Angélica	EE Luis Vaz de Camões	x	x
	EE Senador Filinto Muller	x	x
Antônio João	EE Aral Moreira	x	x
Aparecida do Taboado	EE Ernesto Rodrigues	x	x
Aquidauana	EE Cel. José Alves Ribeiro	x	x
	EE Geraldo Afonso Garcia Ferreira	x	-
	EE Profª Dóris Mendes Trindade	x	x
Aral Moreira	EE João Vitorino Marques	x	x
Bandeirantes	EE Ernesto Solon Borges	x	x
Bataguassu	EE Peri Martins	x	x
Bataiporã	EE Bráz Sinigáglia	x	x
Bela Vista	EE Castelo Branco	x	x
Bodoquena	EE Joaquim Mário Bonfim	x	x
Bonito	EE Luiz da Costa Falcão	x	x
Brasilândia	EE Adilson Alves da Silva	x	x
Caarapó	EE Arcênio Rojas	x	x
	EE Profª Cleuza Aparecida Vargas Galhardo	x	x
Camapuã	EE Camilo Bonfim	x	x
Campo Grande	EE Adventor Divino de Almeida	x	x
	EE Antonio Delfino Pereira e Centro de Cultura e Educação Tia Eva	x	x
	EE Aracy Eudociak	x	x
	EE Arlindo Sampaio Jorge	x	x
	EE Dolor Ferreira de Andrade	x	x
	EE Elvira Mathias de Oliveira	x	x
	EE Lúcia Martins Coelho	x	x
	EE Orcírio Thiago de Oliveira	x	x
	EE Profª Alice Nunes Zampiere	x	x
	EE Profª Brasilina Ferraz Mantero	x	x
	EE Profª Clarinda Mendes Aquino	x	x
	EE Profª Joelina de Almeida Xavier	x	x
	EE Profª Neyder Suelly Costa Vieira	x	x
	EE Profª Thereza Noronha de Carvalho	x	x
Cassilândia	EE Hermelina Barbosa Leal	x	x
Chapadão do Sul	EE Jorge Amado	x	x
Coronel Sapucaia	EE Eneil Vargas	x	x
Corumbá	EE Dr. Gabriel Vandoni de Barros	x	x
	EE Dr. João Leite de Barros	x	x
	EE Júlia Gonçalves Passarinho	x	x
	EE Octacílio Faustino da Silva	x	x
Costa Rica	EE José Ferreira da Costa	x	x
Coxim	EE Pedro Mendes Fontoura	x	x
Deodápolis	EE João Baptista Ferreira	x	-
	EE Lagoa Bonita	x	-
	EE Porto Vilma	x	-
	EE Scila Médici	x	x
Dois Irmãos do Buriti	EE Estefana Centurion Gambarra	x	x
Douradina	EE Barão do Rio Branco	x	x
Dourados	EE Indígena de Ensino Médio Intrcultural Guateka – Marçal de Souza	x	-
	EE Dom Bosco	x	x
	EE Presidente Tancredo Neves	x	x
	EE Vilmar Vieira Matos	x	x
Eldorado	EE 13 de Maio	x	x
Fátima do Sul	EE Jonas Belarmino da Silva	x	x
	EE Vicente Pallotti	x	x
Figueirão	EE Dr. Arnaldo Estevão de Figueiredo	x	x
Glória de Dourados	EE Profª Hilda Bergo Duarte	x	x
Guia Lopes da Laguna	EE Alziro Lopes	x	x
Iguatemi	EE 8 de maio	x	x
Inocência	EE João Pereira Valim	x	x
Itaporã	EE Antonio João Ribeiro	x	x
Itaquiraí	EE Leopoldo Dalmolin	x	x
Ivinhema	EE Joaquim Gonçalves Ledo	x	x
	EE Reynaldo Massi	x	x
Japorã	EE Japorã	x	x
Jardim	EE Cel. Pedro José Rufino	x	x
Jateí	EE Profª Bernadete Santos Leite	x	x
Juti	EE 31 de Março	x	x
Ladário	EE 2 de Setembro	x	x
Laguna Carapã	EE Álvaro Marins dos Santos	x	x
Maracaju	EE Coronel Lima de Figueiredo	x	x
	EE Padre Constantino de Monte	x	x
Miranda	EE Carmelita Canale Rebuá	x	x
Mundo Novo	EE Castelo Branco	x	x
Naviraí	EE Juracy Alves Crdoso	x	x
	EE Vinicius de Moraes	x	x
Nioaque	EE Indígena de Ensino Médio Angelina Vicente	x	-
	EE Odete Ignêz Resstel Villas Boas	x	x
Nova Alvorada do Sul	EE Delfina Nogueira de Souza	x	x
Nova Andradina	EE Irman Ribeiro de Almeida Silva	x	x
	EE Profª Fátima Gaiotto Sampaio	x	x
Novo Horizonte do Sul	EE Dorcelina de Oliveira Folador	x	x
Paranaíba	EE Gustavo Rodrigues da Silva	x	x
	EE José Garcia Leal	x	x
Paranhos	EE Santiago Benites	x	x
Pedro Gomes	EE Profª Cleuza Teodoro	x	x
Ponta Porã	EE Dr. Miguel Marcondes Armando	x	x
	EE Joaquim Murtinho	x	x
	EE Nova Itamarati	x	x
Porto Murtinho	EE José Bonifácio	x	x
Ribas do Rio Pardo	EE Eduardo Batista Amorim	x	x
Rio Brilhante	EE Etalívio Pereira Martins	x	x
	EE Fernando Corrêa da Costa	x	x
Rio Verde de Mato Grosso	EE Thomaz Barbosa Rangel	x	x
São Gabriel do Oeste	EE Bernardino Ferreira da Cunha	x	x
Selvíria	EE Ana Maria de Souza	x	x
Sete Quedas	Guimarães Rosa	x	x
Sidrolândia	EE Sidrônio Antunes de Andrade	x	x
	EE Vespasiano Martins	x	x
Sonora	EE Comandante Maurício Coutinho Dutra	x	x
Tacuru	EE Prof. Cleto de Moraes Costa	x	x
Taquarussu	EEDr. Martinho Marques	x	x
Terenos	EE Eduardo Perez	x	x
Três Lagoas	EE Afonso Francisco Xavier Trannin	x	x
	EE Bom Jesus	x	x
	EE Edwards Corrêa e Souza	x	x
	EE João Ponce de Arruda	x	x
Vicentina	EE Emanuel Pinheiro	x	x
	EE Padre José Daniel	x	x

RESOLUÇÃO/SED n. 2.610, de 28 de dezembro de 2012.

Autoriza o funcionamento dos Cursos de Educação de Jovens e Adultos nas etapas do ensino fundamental e do ensino médio – EJA III – MS, em unidades escolares da Rede Estadual de Ensino do Estado de Mato Grosso do Sul.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, considerando os artigos 37, 38 e 81 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1.996, a Deliberação CEE/MS n. 9090, de 15 de maio de 2009, a Deliberação CEE/MS n. 9160, de 11 de novembro de 2009, Resolução/SED n. 2.284, de 26 de novembro de 2009, e a Resolução/SED n. 2.604, de 20 de dezembro de 2012, resolve:

Art. 1º Fica autorizado o funcionamento dos Cursos de Educação de Jovens e Adultos nas etapas do ensino fundamental e do ensino médio – EJA III – MS nas unidades escolares da Rede Estadual de Ensino do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme identificadas no Anexo Único desta Resolução, pelo prazo de 5 (cinco) anos, a partir de 1º de janeiro de 2013.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

CAMPO GRANDE-MS, 28 de dezembro de 2012.

MARIA NILENE BADECA DA COSTA
Secretária de Estado de Educação

Anexo Único da Resolução/SED n. 2.610, de 28 de dezembro de 2012.

Município	Unidades Escolares	Cursos de Educação de Jovens e Adultos nas etapas do ensino fundamental e do ensino médio – EJA III - MS	
		Etapa do ensino fundamental	Etapa do ensino médio
Água Clara	EE Mal. Castelo Branco	x	x
Amambai	EE Coronel Felipe de Brum	-	x
	EE Vespasiano Martins	-	x
Anastácio	EE Maria Corrêa Dias	x	x
Angélica	EE Luis Vaz de Camões	x	x
	EE Senador Filinto Muller	x	x
Antonio João	EE Aral Moreira	x	x
Aparecida do Taboado	EE Ernesto Rodrigues	x	x
Aquidauana	EE Cel. José Alves Ribeiro	x	x
	EE Profª Dóris Mendes Trindade	x	x
Aral Moreira	EE João Vitorino Marques	x	x
Bandeirantes	EE Ernesto Solon Borges	x	x
Bataguassu	EE Peri Martins	x	x
Bataiporã	EE Bráz Sinigáglia	x	x
Bela Vista	EE Castelo Branco	x	x
Bodoquena	EE Joaquim Mário Bonfim	x	x
Bonito	EE Luiz da Costa Falcão	x	x
Brasilândia	EE Adilson Alves da Silva	x	x
Caarapó	EE Profª Cleuza Aparecida Vargas Galhardo	x	x
Camapuã	EE Camilo Bonfim	-	x
Campo Grande	EE Adventor Divino de Almeida	-	x
	EE Antonio Delfino Pereira e Centro de Cultura Tia Eva	-	x
	EE Aracy Eudociak	-	x
	EE Arlindo Sampaio Jorge	x	x
	EE Dolor Ferreira de Andrade	-	x
	EE Elvira Mathias de Oliveira	x	x
	EE José Maria Hugo Rodrigues	-	x
	EE Lúcia Martins Coelho	x	x
	EE Orcírio Thiago de Oliveira	x	x
	EE Profª Alice Nunes Zampiere	x	x
	EE Profª Brasilina Ferraz Mantero	-	x
	EE Profª Clarinda Mendes Aquino	-	x
	EE Profª Joelina de Almeida Xavier	x	x
	EE Profª Neyder Suelly Costa Vieira	-	x
	EE Profª Thereza Noronha de Carvalho	-	x
Cassilândia	EE Hermelina Barbosa Leal	-	x
Chapadão do Sul	EE Jorge Amado	x	x
Coronel Sapucaia	EE Eneil Vargas	x	x
Corumbá	EE Dr. Gabriel Vandoni de Barros	-	x
	EE Dr. João Leite de Barros	-	x
	EE Júlia Gonçalves Passarinho	-	x
	EE Octacílio Faustino da Silva	x	x
Costa Rica	EE José Ferreira da Costa	x	x
Coxim	EE Pedro Mendes Fontoura	x	x
Deodápolis	EE Scila Médici	x	x
Dois Irmãos do Buriti	EE Estefana Centurion Gambarra	x	x
Douradina	EE Barão do Rio Branco	x	x
Dourados	EE Dom Bosco	x	x
	EE Presidente Tancredo Neves	-	x
	EE Vilmar Vieira Matos	-	x
Eldorado	EE 13 de Maio	x	x
Fátima do Sul	EE Jonas Belarmino da Silva	x	x
	EE Vicente Pallotti	x	x
Glória de Dourados	EE Profª Hilda Bergo Duarte	x	x
Guia Lopes da Laguna	EE Alziro Lopes	x	x
Iguatemi	EE 8 de maio	x	x
Inocência	EE João Pereira Valim	x	x
Itaporã	EE Antonio João Ribeiro	x	x
Itaquiraí	EE Manoel Guilherme dos Santos	x	x
Ivinhema	EE Joaquim Gonçalves Ledo	x	-
	EE Reynaldo Massi	x	x
Jardim	EE Cel. Pedro José Rufino	-	x
Japorã	EE Japorã	-	x
Jateí	EE Profª Bernadete Santos Leite	x	x
Ladário	EE 2 de Setembro	x	x
Maracaju	EE Coronel Lima de Figueiredo	x	x
	EE Padre Constantino de Monte	x	x
Miranda	EE Carmelita Canale Rebuá	x	x
Mundo Novo	EE Castelo Branco	x	x
Naviraí	EE Juracy Alves Crdoso	x	x
	EE Vinicius de Moraes	x	x
Nioaque	EE Odete Ignêz Resstel Villas Boas	-	x
Nova Alvorada do Sul	EE Delfina Nogueira de Souza	x	x
Nova Andradina	EE Irman Ribeiro de Almeida Silva	x	x
	EE Mal. Rondon	-	x
	EE Profª Fátima Gaiotto Sampaio	x	x
Novo Horizonte do Sul	EE Dorcelina de Oliveira Folador	x	x
Paranaíba	EE José Garcia Leal	x	x
Paranhos	EE Santiago Benites	x	-
Pedro Gomes	EE Profª Cleuza Teodoro	x	x
Ponta Porã	EE Dr. Miguel Marcondes Armando	x	x
	EE Joaquim Murtinho	-	x
	EE Nova Itamarati	-	x
Porto Murtinho	EE José Bonifácio	-	x
Ribas do Rio Pardo	EE Eduardo Batista Amorim	x	x
Rio Brilhante	EE Etalívio Pereira Martins	x	x
	EE Fernando Corrêa da Costa	x	x
Rio Verde de Mato Grosso	EE Thomaz Barbosa Rangel	x	x
São Gabriel do Oeste	EE Profª Creuza Aparecida Della Coleta	x	x
Selvíria	EE Ana Maria de Souza	x	x
Sete Quedas	Guimarães Rosa	-	x
Sidrolândia	EE Sidrônio Antunes de Andrade	x	x
	EE Vespasiano Martins	x	x
Sonora	EE Comandante Maurício Coutinho Dutra	-	x
Tacuru	EE Prof. Cleto de Moraes Costa	x	-
Taquarussu	EEDr. Martinho Marques	x	-
Terenos	EE Eduardo Perez	x	x
Três Lagoas	EE Afonso Francisco Xavier Trannin	x	-
	EE Bom Jesus	x	x
	EE Edwards Corrêa e Souza	x	x
	EE João Ponce de Arruda	x	x
Vicentina	EE Emanuel Pinheiro	x	x
	EE Padre José Daniel	x	x

EXTRATO DE CONTRATAÇÃO
Ordem de Fornecimento n°. 0357/2012
Processo: 29/046.240/2012 – Pregão Eletrônico n° 016/2012-SAD
Ata de Registro de Preços n° 031/2012
Nota de Empenho n°. NE. 04031/2012
Valor: R$ 2.790,00 (Dois mil setecentos e noventa reais).
Dotação Orçamentária: Fonte 0108000000.
Signatários: SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO/MS E COMERCIAL T&C LTDA.
Objeto: Aquisição de freezer horizontal e refrigerador duas portas.
Amparo Legal: Inciso II do Artigo 15 da Lei 8.666/93 e posteriores alterações.
Prazo de entrega do material: 10 (dez) dias úteis a contar da data de recebimento da Ordem de Fornecimento (27/12/2012).
Vigência: 60 (sessenta) dias a contar da data do recebimento da Ordem de Fornecimento.

EXTRATO DE CONTRATAÇÃO
Ordem de Fornecimento n°. 0358/2012
Processo: 29/046.452/2012 – Pregão Eletrônico n° 001/2012-SAD
Ata de Registro de Preços n° 035/2012
Nota de Empenho n°. NE. 04047/2012
Valor: R$ 156,00 (Cento e cinquenta e seis reais).
Dotação Orçamentária: Fonte 0108000000.
Signatários: SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO/MS E YOUSSIF AMIM YOUSSIF.
Objeto: Aquisição de material de limpeza e produção de higienização.
Amparo Legal: Inciso II do Artigo 15 da Lei 8.666/93 e posteriores alterações.
Prazo de entrega do material: 10 (dez) dias úteis a contar da data de recebimento da Ordem de Fornecimento (27/12/2012).
Vigência: 60 (sessenta) dias a contar da data do recebimento da Ordem de Fornecimento.

EXTRATO DE CONTRATAÇÃO
Ordem de Fornecimento n°. 0359/2012
Processo: 29/046.452/2012 – Pregão Eletrônico n° 001/2012-SAD
Ata de Registro de Preços n° 035/2012
Nota de Empenho n°. NE. 04048/2012
Valor: R$ 70,50 (Setenta reais e cinquenta centavos).
Dotação Orçamentária: Fonte 0108000000.
Signatários: SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO/MS E COMERCIAL T&C LTDA.
Objeto: Aquisição de material de limpeza e produção de higienização.
Amparo Legal: Inciso II do Artigo 15 da Lei 8.666/93 e posteriores alterações.
Prazo de entrega do material: 10 (dez) dias úteis a contar da data de recebimento da Ordem de Fornecimento (27/12/2012).
Vigência: 60 (sessenta) dias a contar da data do recebimento da Ordem de Fornecimento.

EXTRATO DE CONTRATAÇÃO
Ordem de Fornecimento n°. 0360/2012
Processo: 29/046.452/2012 – Pregão Eletrônico n° 001/2012-SAD
Ata de Registro de Preços n° 035/2012

Nota de Empenho n°. NE. 04049/2012
Valor: R$ 19,00 (Dezenove reais).
Dotação Orçamentária: Fonte 0108000000.
Signatários: SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO/MS E I.A. CAMPAGNA JUNIOR & CIA LTDA.

Objeto: Aquisição de material de limpeza e produção de higienização.
Amparo Legal: Inciso II do Artigo 15 da Lei 8.666/93 e posteriores alterações.
Prazo de entrega do material: 10 (dez) dias úteis a contar da data de recebimento da Ordem de Fornecimento (27/12/2012).
Vigência: 60 (sessenta) dias a contar da data do recebimento da Ordem de Fornecimento.

DELIBERAÇÃO CEE/MS N° 9928, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012.

Autoriza o funcionamento do ensino fundamental, na Escola de Educação Infantil e Ensino Fundamental Alicerce, localizada no município de Campo Grande, MS.

A PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e considerando os termos do Parecer CEE/MS nº 327/2012, aprovado na Câmara de Educação Básica – CEB, de 17/12/2012, e o disposto no Processo nº 29/022836/2012,

DELIBERA:
Art. 1º Fica autorizado o funcionamento do ensino fundamental, na Escola de Educação Infantil e Ensino Fundamental Alicerce, localizada no município de Campo Grande, MS, pelo prazo de cinco anos, a partir de 2013.
Art. 2º Esta Deliberação, após homologada pela Secretária de Estado de Educação, entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande/MS, 19/12/2012.

Maria Luisa Marques Oliveira Robaldo
Conselheira-Presidente do CEE/MS

HOMOLOGO
Em 27/12/2012

MARIA NILENE BADECA DA COSTA
Secretária de Estado de Educação/MS

DELIBERAÇÃO CEE/MS N° 9929, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012.

Autoriza o funcionamento da educação infantil e do ensino fundamental, na Escola Pólo Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental José de Alencar, localizada no município de Japorã, MS.

A PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e considerando os termos do Parecer CEE/MS nº 328/2012, aprovado na Câmara de Educação Básica – CEB, de 17/12/2012, e o disposto no Processo nº 29/030238/2012,

DELIBERA:
Art. 1º Fica autorizado o funcionamento da educação infantil e do ensino fundamental, na Escola Pólo Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental José de Alencar, localizada no município de Japorã, MS, pelo prazo de quatro anos, a partir de 2013.
Art. 2º Esta Deliberação, após homologada pela Secretária de Estado de Educação, entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande/MS, 19/12/2012.

Maria Luisa Marques Oliveira Robaldo
Conselheira-Presidente do CEE/MS

HOMOLOGO
Em 27/12/2012

MARIA NILENE BADECA DA COSTA
Secretária de Estado de Educação/MS

DELIBERAÇÃO CEE/MS N° 9930, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012.

Autoriza o funcionamento do ensino fundamental, na Espaço Livre - Educação Infantil e Ensino Fundamental, localizada no município de Campo Grande, MS.

A PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e considerando os termos do Parecer CEE/MS nº 329/2012, aprovado na Câmara de Educação Básica – CEB, de 17/12/2012, e o disposto no Processo nº 29/025922/2012,

DELIBERA:
Art. 1º Fica autorizado o funcionamento do ensino fundamental, na Espaço Livre – Educação Infantil e Ensino Fundamental, localizada no município de Campo Grande, MS, pelo prazo de três anos, a partir de 2013.
Art. 2º Esta Deliberação, após homologada pela Secretária de Estado de Educação, entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande/MS, 19/12/2012.

Maria Luisa Marques Oliveira Robaldo
Conselheira-Presidente do CEE/MS

HOMOLOGO
Em 27/12/2012

MARIA NILENE BADECA DA COSTA
Secretária de Estado de Educação/MS

DELIBERAÇÃO CEE/MS N° 9931, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012.

Autoriza o funcionamento dos anos iniciais do ensino fundamental, na modalidade educação especial, no Centro de Desenvolvimento do Potencial Humano Raio de Luz, localizado no município de Campo Grande, MS.

A PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e considerando os termos do Parecer CEE/MS nº 330/2012, aprovado na Câmara de Educação Básica – CEB, de 17/12/2012, e o disposto no Processo no 29/020954/2012,

DELIBERA:
Art. 1º Fica autorizado o funcionamento dos anos iniciais do ensino fundamental, na modalidade educação especial, no Centro de Desenvolvimento do Potencial Humano Raio de Luz, localizado no município de Campo Grande, MS, pelo prazo de quatro anos, a partir de 2013.
Art. 2º Esta Deliberação, após homologada pela Secretária de Estado de Educação, entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande/MS, 19/12/2012.

Maria Luisa Marques Oliveira Robaldo
Conselheira-Presidente do CEE/MS

HOMOLOGO
Em 27/12/2012

MARIA NILENE BADECA DA COSTA
Secretária de Estado de Educação/MS

DELIBERAÇÃO CEE/MS N° 9932, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012.

Autoriza o funcionamento do ensino fundamental, na Escola Municipal Álvaro Lopes, localizada no município de Terenos, MS.

A PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e considerando os termos do Parecer CEE/MS nº 331/2012, aprovado na Câmara de Educação Básica – CEB, de 17/12/2012, e o disposto no Processo no 29/023726/2012,

DELIBERA:
Art. 1º Fica autorizado o funcionamento do ensino fundamental, na Escola Municipal Álvaro Lopes, localizada no município de Terenos, MS, pelo prazo de três anos, a partir de 2013.
Art. 2º Esta Deliberação, após homologada pela Secretária de Estado de Educação, entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande/MS, 19/12/2012.

Maria Luisa Marques Oliveira Robaldo
Conselheira-Presidente do CEE/MS

HOMOLOGO
Em 27/12/2012

MARIA NILENE BADECA DA COSTA
Secretária de Estado de Educação/MS

DELIBERAÇÃO CEE/MS N° 9933, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012.

Aprova o Projeto Pedagógico do Curso e autoriza o funcionamento do Curso de Educação de Jovens e Adultos, na etapa do ensino fundamental, na Escola Municipal Álvaro Lopes, localizada no município de Terenos, MS.

A PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e considerando os termos do Parecer CEE/MS nº 332/2012, aprovado na Câmara de Educação Básica – CEB, de 17/12/2012, e o disposto no Processo no 29/032965/2012,

DELIBERA:
Art. 1º Fica aprovado o Projeto Pedagógico do Curso e autorizado o funcionamento do Curso de Educação de Jovens e Adultos, na etapa do ensino fundamental, na Escola Municipal Álvaro Lopes, localizada no município de Terenos, MS, pelo prazo de cinco anos
Art. 2º Esta Deliberação, após homologada pela Secretária de Estado de Educação, entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande/MS, 19/12/2012.

Maria Luisa Marques Oliveira Robaldo
Conselheira-Presidente do CEE/MS

HOMOLOGO
Em 27/12/2012

MARIA NILENE BADECA DA COSTA
Secretária de Estado de Educação/MS

DELIBERAÇÃO CEE/MS N° 9934, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012.

Autoriza o funcionamento dos anos iniciais do ensino fundamental, na modalidade educação especial, na "Escola de Educação Especial Julio Cesar Nobre", localizada no município de Caarapó, MS.

A PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e considerando os termos do Parecer CEE/MS nº 333/2012, aprovado na Câmara de Educação Básica – CEB, de 17/12/2012, e o disposto no Processo no 29/026033/2012,

DELIBERA:
Art. 1º Fica autorizado o funcionamento dos anos iniciais do ensino fundamental, na modalidade educação especial, na "Escola de Educação Especial Julio Cesar Nobre", localizada no município de Caarapó, MS, pelo prazo de cinco anos, a partir de 2013.
Art. 2º Esta Deliberação, após homologada pela Secretária de Estado de Educação, entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande/MS, 19/12/2012.

Maria Luisa Marques Oliveira Robaldo
Conselheira-Presidente do CEE/MS

HOMOLOGO
Em 27/12/2012

MARIA NILENE BADECA DA COSTA
Secretária de Estado de Educação/MS

DELIBERAÇÃO CEE/MS N° 9935, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012.

Credencia a instituição de ensino e autoriza o funcionamento dos anos iniciais do ensino fundamental, na modalidade educação especial, no "Centro de Educação Especial de Sidrolândia", localizado no município de Sidrolândia, MS.

A PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e considerando os termos do Parecer CEE/MS nº 334/2012, aprovado

na Câmara de Educação Básica – CEB, de 17/12/2012, e o disposto no Processo no 29/036488/2012,

DELIBERA:
Art. 1º Fica credenciado o "Centro de Educação Especial de Sidrolândia", localizado no município de Sidrolândia, MS, para oferecer a educação básica na modalidade educação especial.
Art. 2º Fica autorizado o funcionamento dos anos iniciais do ensino fundamental, na modalidade educação especial, na referida instituição de ensino, pelo prazo de quatro anos, a partir de 2013.
Art. 3º Esta Deliberação, após homologada pela Secretária de Estado de Educação, entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande/MS, 19/12/2012.

Maria Luisa Marques Oliveira Robaldo
Conselheira-Presidente do CEE/MS

HOMOLOGO
Em 27/12/2012

MARIA NILENE BADECA DA COSTA
Secretária de Estado de Educação/MS

DELIBERAÇÃO CEE/MS N° 9936, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012.

Autoriza o funcionamento do ensino fundamental, para fins de regularização de vida escolar dos educandos, e autoriza o funcionamento do ensino fundamental, na "ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL LUIZ DE ALBUQUERQUE", localizada no município de Jaraguari, MS.

A PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e considerando os termos do Parecer CEE/MS nº 336/2012, aprovado na reunião extraordinária da Câmara de Educação Básica – CEB, de 17/12/2012, e o disposto no Processo no 29/052112/2010,

DELIBERA:
Art. 1º Fica autorizado o funcionamento do ensino fundamental, na "ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL LUIZ DE ALBUQUERQUE", localizada no município de Jaraguari, MS, no ano letivo de 2011, para fins de regularização de vida escolar dos educandos.
Art. 2º Fica autorizado o funcionamento do ensino fundamental, na referida instituição, pelo prazo de quatro anos, a partir de 2012.
Art. 3º Esta Deliberação, após homologada pela Secretária de Estado de Educação, entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande/MS, 19/12/2012.

Maria Luisa Marques Oliveira Robaldo
Conselheira-Presidente do CEE/MS

HOMOLOGO
Em 27/12/2012

MARIA NILENE BADECA DA COSTA
Secretária de Estado de Educação/MS

DELIBERAÇÃO CEE/MS N° 9937, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012.

Autoriza o funcionamento da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental, na modalidade educação especial, no Centro de Educação Especial Raio de Luz, localizado no município de Mundo Novo, MS.

A PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e considerando os termos do Parecer CEE/MS nº 337/2012, aprovado na reunião extraordinária da Câmara de Educação Básica – CEB, de 17/12/2012, e o disposto no Processo no 29/024772/2012,

DELIBERA:
Art. 1º Fica autorizado o funcionamento da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental, na modalidade educação especial, no Centro de Educação Especial Raio de Luz, localizado no município de Mundo Novo, MS, pelo prazo de cinco anos, a partir de 2013.
Art. 2º Esta Deliberação, após homologada pela Secretária de Estado de Educação, entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande/MS, 19/12/2012.

Maria Luisa Marques Oliveira Robaldo
Conselheira-Presidente do CEE/MS

HOMOLOGO
Em 27/12/2012

MARIA NILENE BADECA DA COSTA
Secretária de Estado de Educação/MS

DELIBERAÇÃO CEE/MS N° 9938, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012.

Autoriza o funcionamento do ensino fundamental, na Escola Municipal "RAIMUNDO CÂNDIDO DE ARAÚJO", localizada no município de Santa Rita do Pardo, MS.

A PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e considerando os termos do Parecer CEE/MS nº 338/2012, aprovado na reunião extraordinária da Câmara de Educação Básica – CEB, de 17/12/2012, e o disposto no Processo no 29/025801/2012,

DELIBERA:
Art. 1º Fica autorizado o funcionamento do ensino fundamental, na Escola Municipal "RAIMUNDO CÂNDIDO DE ARAÚJO", localizada no município de Santa Rita do Pardo, MS, pelo prazo de cinco anos, a partir de 2013.
Art. 2º Esta Deliberação, após homologada pela Secretária de Estado de Educação, entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande/MS, 19/12/2012.

Maria Luisa Marques Oliveira Robaldo
Conselheira-Presidente do CEE/MS

HOMOLOGO
Em 27/12/2012
MARIA NILENE BADECA DA COSTA
Secretária de Estado de Educação/MS

DELIBERAÇÃO CEE/MS N° 9939, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012.

Autoriza o funcionamento da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental, na modalidade educação especial, no "CENTRO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL PEQUENO PRÍNCIPE", localizado no município de Glória de Dourados, MS.

A PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e considerando os termos do Parecer CEE/MS nº 339/2012, aprovado na reunião extraordinária da Câmara de Educação Básica – CEB, de 17/12/2012, e o disposto no Processo no 29/021278/2012,

DELIBERA:
Art. 1º Fica autorizado o funcionamento da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental, na modalidade educação especial, no "CENTRO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL PEQUENO PRÍNCIPE", localizado no município de Glória de Dourados, MS, pelo prazo de cinco anos, a partir de 2013.
Art. 2º Esta Deliberação, após homologada pela Secretária de Estado de Educação, entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande/MS, 19/12/2012.

Maria Luisa Marques Oliveira Robaldo
Conselheira-Presidente do CEE/MS

HOMOLOGO
Em 27/12/2012

MARIA NILENE BADECA DA COSTA
Secretária de Estado de Educação/MS

DELIBERAÇÃO CEE/MS N° 9940, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012.

Autoriza o funcionamento do ensino fundamental, no COLÉGIO MAXI REINO – Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio, localizado no município de Naviraí, MS.

A PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e considerando os termos do Parecer CEE/MS nº 340/2012, aprovado na reunião extraordinária da Câmara de Educação Básica – CEB, de 17/12/2012, e o disposto no Processo no 29/025065/2012,

DELIBERA:
Art. 1º Fica autorizado o funcionamento do ensino fundamental, no COLÉGIO MAXI REINO – Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio, localizado no município de Naviraí, MS, pelo prazo de cinco anos, a partir de 2013.
Art. 2º Esta Deliberação, após homologada pela Secretária de Estado de Educação, entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande/MS, 19/12/2012.

Maria Luisa Marques Oliveira Robaldo
Conselheira-Presidente do CEE/MS

HOMOLOGO
Em 27/12/2012

MARIA NILENE BADECA DA COSTA
Secretária de Estado de Educação/MS

DELIBERAÇÃO CEE/MS N° 9941, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012.

Aprova o Projeto Pedagógico do Curso e autoriza o funcionamento do Curso de Educação de Jovens e Adultos, na etapa do ensino médio, no Colégio Salesiano Dom Bosco, localizado no município de Campo Grande, MS.

A PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e considerando os termos do Parecer CEE/MS nº 341/2012, aprovado na reunião extraordinária da Câmara de Educação Básica – CEB, de 17/12/2012, e o disposto no Processo no 29/035636/2012,

DELIBERA:
Art. 1º Fica aprovado o Projeto Pedagógico do Curso e autorizado o funcionamento do Curso de Jovens e Adultos, na etapa do ensino médio, no Colégio Salesiano Dom Bosco, localizado no município de Campo Grande, MS, pelo prazo de cinco anos.
Art. 2º Esta Deliberação, após homologada pela Secretária de Estado de Educação, entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande/MS, 19/12/2012.

Maria Luisa Marques Oliveira Robaldo
Conselheira-Presidente do CEE/MS

HOMOLOGO
Em 27/12/2012

MARIA NILENE BADECA DA COSTA
Secretária de Estado de Educação/MS

DELIBERAÇÃO CEE/MS N° 9942, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012.

Autoriza o funcionamento do ensino fundamental, no Colégio Modelo, localizado no município de Campo Grande, MS.

A PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e considerando os termos do Parecer CEE/MS nº 342/2012, aprovado na reunião extraordinária da Câmara de Educação Básica – CEB, de 17/12/2012, e o disposto no Processo no 29/015713/2012,

DELIBERA:
Art. 1º Fica autorizado o funcionamento do ensino fundamental, no Colégio Modelo, localizado no município de Campo Grande, MS, pelo prazo de quatro anos, a partir de 2013.
Art. 2º Esta Deliberação, após homologada pela Secretária de Estado de Educação, entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande/MS, 19/12/2012.

Maria Luisa Marques Oliveira Robaldo
Conselheira-Presidente do CEE/MS

HOMOLOGO
Em 27/12/2012

MARIA NILENE BADECA DA COSTA
Secretária de Estado de Educação/MS

DELIBERAÇÃO CEE/MS N° 9943, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2012.

Recredencia a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS, sediada em Dourados, MS.

A PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e considerando os termos do Parecer CEE/MS nº 343/2012, aprovado na reunião extraordinária da Câmara de Educação Profissional e Educação Superior – CEPES, de 19/12/2012, e o disposto no Processo no 29/029706/2011,

DELIBERA:
Art. 1º Fica recredenciada a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS, sediada em Dourados, MS, pelo prazo de seis anos, de 1º de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2018.
Art. 2º Esta Deliberação, após homologada pela Secretária de Estado de Educação, entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande/MS, 19/12/2012.

Maria Luisa Marques Oliveira Robaldo
Conselheira-Presidente do CEE/MS

HOMOLOGO
Em 27/12/2012

MARIA NILENE BADECA DA COSTA
Secretária de Estado de Educação/MS

DELIBERAÇÃO CEE/MS N° 9944, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2012.

Renova o reconhecimento do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS, sediada em Dourados, MS, oferecido na Unidade Universitária de Coxim, localizada no município de Coxim, MS.

A PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e considerando os termos do Parecer CEE/MS nº 344/2012, aprovado na reunião extraordinária da Câmara de Educação Profissional e Educação Superior – CEPES, de 19/12/2012, e o disposto no Processo no 29/028297/2011,

DELIBERA:
Art. 1º Fica renovado o reconhecimento do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS, sediada em Dourados, MS, oferecido na Unidade Universitária de Coxim, localizada no município de Coxim, MS, pelo prazo de quatro anos, de 1º de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2016.
Art. 2º Esta Deliberação, após homologada pela Secretária de Estado de Educação, entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande/MS, 19/12/2012.

Maria Luisa Marques Oliveira Robaldo
Conselheira-Presidente do CEE/MS

HOMOLOGO
Em 27/12/2012

MARIA NILENE BADECA DA COSTA
Secretária de Estado de Educação/MS

DELIBERAÇÃO CEE/MS N° 9945, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2012.

Reconhece o Curso Superior de Tecnologia em Horticultura, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS, sediada em Dourados, MS, oferecido na Unidade Universitária de Ivinhema, localizada no município de Ivinhema, MS, para fins exclusivos de conclusão de estudos e expedição de diploma.

A PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e considerando os termos do Parecer CEE/MS nº 345/2012, aprovado na reunião extraordinária da Câmara de Educação Profissional e Educação Superior – CEPES, de 19/12/2012, e o disposto no Processo no 29/028324/2011,

DELIBERA:
Art. 1º Fica reconhecido o Curso Superior de Tecnologia em Horticultura, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS, sediada em Dourados, MS, oferecido na Unidade Universitária de Ivinhema, localizada no município de Ivinhema, MS, para fins exclusivos de conclusão de estudos e expedição de diploma.
Art. 2º Esta Deliberação, após homologada pela Secretária de Estado de Educação, entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande/MS, 19/12/2012.

Maria Luisa Marques Oliveira Robaldo
Conselheira-Presidente do CEE/MS

HOMOLOGO
Em 27/12/2012

MARIA NILENE BADECA DA COSTA
Secretária de Estado de Educação/MS

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

Termo de Ajuste Sanitário nº. 001/2012

Participes: Secretaria de Estado de Saúde/Fundo Especial de Saúde - CNPJ n.º 03.517.102/0001-77;
Secretaria Municipal de Saúde de Brasilândia - CNPJ 10.411.736/0001-06

Amparo Legal: Portaria n° 204/GM de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle, bem como na Portaria n° 2.046/GM, de 03 de setembro de 2009 – alterada pela Portaria nº 768/GM, de 13 de abril de 2011 – que regulamentam o Termo de Ajuste Sanitário – TAS.

Objeto: O presente Termo de Ajuste Sanitário – TAS tem por finalidade a correção de impropriedades registradas no Relatório de Auditoria Extraordinária nº 1132/2011, realizada pelo componente estadual do Sistema Nacional de Auditoria - SNA, Secretaria de Estado da Saúde de Mato Grosso do Sul, decorrentes do descumprimento de obrigações previstas em normativos do Ministério da Saúde relativas à gestão do SUS, observando o disposto no Plano de Trabalho.

Obrigações do Gestor Compromitente: cessar a prática do ato causador da impropriedade; corrigir a impropriedade por meio das ações detalhadas no Plano de Trabalho; depositar o valor de R$ 5.261,50 (cinco mil, duzentos e sessenta e um reais e cinqüenta centavos), com recurso próprio ou do tesouro municipal, no respectivo Fundo de Saúde, no decorrer da execução do Plano de Trabalho, nos casos de impropriedades no remanejamento de recursos entre os blocos de financiamento; aderir, se ainda não o fez, ao Pacto pela Saúde com assinatura do Termo de Compromisso de Gestão; e executar o Plano de Trabalho.

Obrigações do Gestor Compromissário: a Coordenadoria de Controle, Avaliação e Auditoria, da Diretoria Geral de Gestão Estratégica da Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul responsável pela guarda do processo da auditoria, o sobrestará quando for celebrado o TAS, em relação aos itens em que há incidência do Termo; o Gestor Compromissário, por intermédio da Coordenadoria de Controle, Avaliação e Auditoria, da Diretoria Geral de Gestão Estratégica da Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul, responsável pela guarda do processo da auditoria, se obriga a promover o arquivamento do correspondente processo, em relação ao item em que há incidência do TAS, quando sanado o ato causador da impropriedade, mediante a verificação da execução do Plano de Trabalho e obrigações contidas no presente Termo.

Vigência: A vigência do presente Termo de Ajuste Sanitário tem vigência por três meses a contar da data da publicação.

Data ass.: 26.12.2012
Ass: **Beatriz Figueiredo Dobashi -** CPF/MF n.º 200.639.381-20
Adeliza Maria Santos Abrami - CPF/MF n.º 081.890.888-23

EXTRATO DE COMPROVANTE DA ENTREGA DE EMPENHO N. º 5601/2012
Processo n.º: 27/002957/2012
PARTES: 1. O GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, através da Secretaria de Estado de Saúde/Fundo Especial de Saúde;
2. COMERCIAL CAMPANÁRIO LTDA - ME.
OBJETO: O objeto do presente contrato **é a aquisição de mobiliários**, em conformidade com as especificações constantes na **Ata 015/2011**, com o objetivo de atender a **NRS/CEGP/SES**.
RECURSOS: O valor global deste contrato é de R$ 26.811,00 (vinte e seis mil oitocentos e onze reais). As despesas decorrentes do fornecimento correrão à conta do Programa de Trabalho n.º 10122001029550000, Natureza da Despesa 449052, Fonte 0103, conforme Nota de Empenho n.º 2012NE05601, emitida em 17/12/2012, no valor de R$ 26.811,00 (vinte e seis mil oitocentos e onze reais).
DATA ASS: 27.12.2012
ASS: **BEATRIZ FIGUEIREDO DOBASHI**
LUIZ ALBERTO SANCHES5

Extrato do Contrato Nº 038/2012 Nº Cadastral 0040/2012-SES

Processo nº	27/002.827/2012
Partes:	O Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE e ELETROTÉCNICA PANTANAL LTDA.
Objeto:	O objeto do presente contrato é a contratação de empresa especializada em serviços de manutenção de grupo gerador, em conformidade com as especificações constantes do PPS nº 693/2012, parte integrante deste ato convocatório, com o objetivo de atender às necessidades do Hemocentro Regional de Dourados.
Ordenador de Despesas:	BEATRIZ FIGUEIREDO DOBACHI
Dotação Orçamentária:	Programa de Trabalho 10.302.0011.2672.0000 - Fonte de Recursos 0281080041 - Natureza de Despesas 3.3.90.39
Amparo Legal:	Lei 8.666 e suas alterações.
Valor:	R$ 3.500,00 (Três mil e quinhentos reais)
Data de Assinatura:	27/12/2012
Do Prazo:	O contrato terá vigência de 120 (cento e vinte dias, contados a partir da data de sua assinatura.

Assinam: BEATRIZ FIGUEIREDO DOBASHI e JOSE CARLOS FERNANDES DE SOUSA.

Despacho da Secretaria de Estado de Saúde
A Secretaria de Estado de Saúde, no uso de suas atribuições, nos termos do Pregão Presencial nº. 096/2011 e da Lei 10.520/2002, Decreto Estadual n.º 11.676, de 17.08.04 e Decreto Estadual n.º 11.759/2004 e subsidiariamente da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993,
Considerando que a empresa D-Hosp Distribuidora Hospitalar Importação e Exportação Ltda, foi classificada através do procedimento licitatório modalidade de Pregão Presencial nº. 096/2011, Ata de Registro de Preços nº. 003/2012, Processo nº. 27/003031/2012, para aquisição de medicamentos;
Considerando que a empresa recebeu a Nota de Empenho nº. 3980/2012, no valor de R$ 421,20 (quatrocentos e vinte e um reais e vinte centavos) em 24/08/2012, com prazo de entrega imediato;
Considerando que a empresa foi notificada, acerca da aplicação da penalidade prevista no instrumento convocatório, através dos ofícios OF.DAF/SES/MS Nº. 15.950/2012 de 12/09/2012 e OF.CJUR/SES/MS Nº. 20.905/2012 de 06/12/2012;
E ainda, considerando que a mesma não efetuou o fornecimento ou manifestou intenção de entregar os medicamentos constantes na NE nº 3980/2012;

R E S O L V E:
Aplicar à empresa **D-Hosp Distribuidora Hospitalar Importação e Exportação Ltda**, estabelecida na Avenida Alexandrino De Alencar, n° 906 A, CEP. 59030350, Natal/RN, inscrita no CNPJ n.° 08.076.127./0001-04, a penalidade de multa prevista no item 11.4, II, da Ata de Registro de Preços nº. 003/2012, correspondente a 10% (dez por cento), sobre o valor correspondente a parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pela fornecedora, neste caso, sobre o valor de R$ 421,20 (quatrocentos e vinte e um reais e vinte centavos)
Calculado o percentual acima mencionado, o valor da multa será de R$ 42,12 (quarenta e dois reais e doze centavos)
Estabelecer prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de sua publicação, para recolhimento da multa à conta do Tesouro do Estado e/ou apresentar defesa;
A guia de recolhimento da multa será adquirida em qualquer agência fazendária, e após pagamento a cópia da mesma deverá ser entregue na Coordenadoria Jurídica/SES; e

Encaminhar cópia do presente à Secretaria de Estado de Administração/ Superintendência de Licitação para anotação no Certificado de Registro Cadastral – CERCA.

Campo Grande, 26 de dezembro de 2012.

Beatriz Figueiredo Dobashi
Secretária de Estado de Saúde

Despacho da Secretaria de Estado de Saúde

A Secretaria de Estado de Saúde, no uso de suas atribuições, nos termos do Pregão Presencial n.º 096/2011, da Lei 10.520/2002, Decreto Estadual n.º 11.676/2004 e Decreto Estadual n.º 11.759/2004 e subsidiariamente da Lei 8.666/1993,

Considerando que a empresa **D-Hosp Distribuidora Hospitalar Importação e Exportação Ltda.**, foi classificada através do Registro de Preços do procedimento licitatório realizado na modalidade Pregão Presencial n.º 096/2011.

Considerando que através do Processo n. 27/002462/2012 autuado para utilização da Ata de Registro de Preços 003/2012, a empresa recebeu a Nota de Empenho nº. 3288/2012, no valor de R$ 70,20 (setenta reais e vinte centavos) em 09/07/2012, com prazo de entrega imediato;

Considerando que a empresa efetuou a entrega dos medicamentos em 08/11/2012, conforme comprovado pela nota fiscal n° 5515;

Considerando que houve a reanálise da tipificação da sanção aplicável;

R E S O L V E:

Aplicar a empresa **D-Hosp Distribuidora Hospitalar Importação e Exportação Ltda.**, estabelecida na Avenida Alexandrino de Alencar, n° 906 A, CEP: 59030350 Natal/, inscrita no CNPJ n.° 08.076.127/0001-04, tornar sem efeito a penalidade de multa por inexecução total no valor de R$ 7,02 (sete reais e dois centavos), publicada no DOE n. 8.276, de 17/09/2012, pág. 03, e aplicar multa por mora no valor de R$ 7,02 (sete reais e dois centavos), referente ao atraso da entrega, conforme previsto no edital, equivalente a 1%, por dia útil, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia.

Estabelecer prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de sua publicação, para recolhimento da multa à conta do Tesouro do Estado. A guia de recolhimento deverá ser retirada na Sub-Agenfa da Secretaria de Estado de Fazenda – SEFAZ/ MS mediante apresentação da cópia desta publicação. Após a quitação do débito, cópia do comprovante de pagamento deverá ser encaminhada à Coordenadoria Jurídica da Secretaria de Estado de Saúde – SES/MS;

Encaminhe-se cópia do presente à Secretaria de Estado de Administração/ Superintendência de Licitação para anotação no Certificado de Registro Cadastral – CERCA.

Campo Grande, 26 de dezembro de 2012.

Beatriz Figueiredo Dobashi
Secretária de Estado de Saúde

Despacho da Secretaria de Estado de Saúde

A Secretaria de Estado de Saúde, no uso de suas atribuições, nos termos do Pregão Presencial nº. 055/2011 e da Lei 10.520/2002, Decreto Estadual n.º 11.676, de 17.08.04 e Decreto Estadual n.º 11.759/2004 e subsidiariamente da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993,

Considerando que a empresa Prodiet Farmacêutica Ltda foi classificada através do procedimento licitatório modalidade de Pregão Presencial nº. 055/2011, Ata de Registro de Preços nº.083/2011, Processo nº. 27/003744/2011, para aquisição de medicamentos;

Considerando que a empresa recebeu a Nota de Empenho nº. 5530/2011, no valor de R$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais) em 20/12/2011, com prazo de entrega de 10 (dez) dias úteis;

Considerando que a entrega parcial dos medicamentos no valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), ocorreu dia 13/02/2012, dentro do prazo concedido

Considerando ainda o descumprimento do prazo de entrega dos restantes dos medicamentos no valor de R$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) e as notificações feitas por meio dos ofícios OF. DAF/SES/MS N° 3105/2012, OF.DAF/SES/MS N° 6848/2012, OF.DAF/SES/MS N° 8659/2012 e OF.CJUR/SES/MS N° 14.724/2012.

Considerando a publicação de Despacho no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul nº. 8293, de 10/10/2012 - pág. 7, que aplicou a penalidade de multa moratória de R$ 150,00 (cento e cinqüenta reais), conforme item 11.3.I do edital do pregão mencionado.

E, considerando ainda o recurso administrativo interposto pela empresa Prodiet Farmacêutica Ltda. em face da aplicação da penalidade de multa moratória:

R E S O L V E:

Indeferir o Recurso Administrativo interposto pela empresa Fiat Automóveis S/A, e manter a aplicação da penalidade de multa moratória no valor de R$ 150,00 (cento e cinqüenta reais), conforme publicação no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul nº. 8293, de 10/10/2012.

Estabelecer prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de sua publicação, para recolhimento da multa à conta do Tesouro do Estado. A guia de recolhimento deverá ser retirada na Sub-Agenfa da Secretaria de Estado de Fazenda – SEFAZ/ MS mediante apresentação da cópia desta publicação. Após a quitação do débito, cópia do comprovante de pagamento deverá ser encaminhada à Coordenadoria Jurídica da Secretaria de Estado de Saúde – SES/MS.

Encaminhe-se cópia do presente à Secretaria de Estado de Administração/ Superintendência de Licitação para anotação no Certificado de Registro Cadastral – CERCA.

Campo Grande, 27 de dezembro de 2012.

Beatriz Figueiredo Dobashi
Secretária de Estado de Saúde

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

AGÊNCIA ESTADUAL DE METROLOGIA DE MATO GROSSO DO SUL

SEXTO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DA AEM/MS – INMETRO.

CONTRATO:	004/2009.
PROCESSO:	21012690/2008.
CONTRATANTE:	Agência Estadual de Metrologia - AEM/MS.
CONTRATADA:	**Consórcio Taurus Card Frota.**
OBJETO:	O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do contrato de fornecimento de combustíveis, óleos lubrificantes, filtros e afins, e serviços inerentes a postos de combustíveis.
AMPARO LEGAL:	art. 57, II da Lei nº 8.666/93.
VIGÊNCIA:	12 (doze) meses, a contar de 01/01/2013.
DATA/LOCAL DA ASSINATURA:	31/12/2012, Campo Grande MS.
ASSINAM:	Contratante: Sérgio Maia Miranda.
	Contratada: Jorge Luiz Zenatti.

FISCAL DE CONTRATO: Art. 67, da Lei 8.666/93, Maria Margarete N. dos Santos.

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO DA AEM/MS - INMETRO.

CONTRATO:	42/2012.
PROCESSO:	21017867/2012.
CONTRATANTE:	Agência Estadual de Metrologia - AEM/MS.
CONTRATADA:	**BOHNEN + MESSTEK IMPORTAÇÃO E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS.**
OBJETO:	O presente Contrato tem por objeto a aquisição de 01 (uma) bancada medidora de calibração trifásica com 10 posições (para ensaios em medidores de energia elétrica TEM-F3-20.10-400S-Cl.0.02-ICT, construído de acordo com a IEC 62053-11 e IEC 62053-21 para energia ativa e IEC 62053-23 para energia reativa), conforme especificação do Termo de Referência e Proposta de Preço, constantes no certame.
AMPARO LEGAL:	Art. 15, da Lei nº 8.666/93 c/c art. 2º e 8º, §§ 1º e 2º, do Decreto nº 3.931/01.
VALOR:	R$ 575.000,00 (quinhentos e setenta e cinco mil reais).
DATA/LOCAL:	31 de dezembro de 2012, Campo Grande MS
VIGÊNCIA:	12 (doze) meses, a contar da assinatura.
LOCAL DA ASSINATURA:	Campo Grande MS.
ASSINAM:	Contratante: Sérgio Maia Miranda.
	Contratada: Reinaldo Bohnen
	Fátima Mirian de M. Bohnen
FISCAL DE CONTRATO:	Art. 67 da Lei 8666/93 Oranilce de Mattos Cabral.

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO DA AEM/MS - INMETRO.

CONTRATO:	43/2012.
PROCESSO:	21017982/2012.
CONTRATANTE:	Agência Estadual de Metrologia - AEM/MS.
CONTRATADA:	**ATHENAS AUTOMAÇÃO LTDA.**
OBJETO:	O presente Contrato tem por objeto a aquisição de 12 (doze) notebooks, por adesão à ata de registro de preço da INMETRO - SURRS, conforme especificação do Anexo "C" do Termo de Referência (anexo) constante no certame;.
AMPARO LEGAL:	Art. 15, da Lei nº 8.666/93 c/c art. 2º e 8º, §§ 1º e 2º, do Decreto nº 3.931/01.
VALOR:	R$ 42.600,00 (quarenta e dois mil e seiscentos reais)
DATA/LOCAL:	31 de dezembro de 2012, Campo Grande MS
VIGÊNCIA:	12 (doze) meses, a contar da assinatura.
LOCAL DA ASSINATURA:	Campo Grande MS.
ASSINAM:	Contratante: Sérgio Maia Miranda.
	Contratada: André Felipe Henkin
FISCAL DE CONTRATO:	Art. 67 da Lei 8666/93, Fernando de Lima Ramos.

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONVÊNIO DA AEM/MS – INMETRO.

CONVÊNIO:	001/2009.
PROCESSO:	21/012820/2008.
EMPENHO:	2012 ME 00573.
CONCEDENTE:	Agência Estadual de Metrologia - AEM/MS, sita a Av. Fábio Zahan, 3231, Jardim América, Campo Grande MS, CEP 79080 761, CNPJ 030 804 27/0001 35.
CONVENENTE:	**Instituto Mirim de Campo Grande – IMCG,** sito à rua Anhanduí, nº 294, Vila Carvalho,Campo Grande MS, CEP 79005 051, inscrito no CNPJ sob o nº 15.528.821/0001-72.
OBJETO:	O presente Termo tem por objeto a prorrogação do Convênio de Prestação de serviços por 12 (doze) meses.
AMPARO LEGAL:	art. 57, II da Lei nº 8.666/93.
VALOR TOTAL:	R$ 95.151,36 a.a.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:	Os recursos orçamentários para as despesas decorrentes deste Contrato correrão a crédito da AEM/ MS, Elemento de Despesa nº 33504301, Fonte 0281131002.
DATA/LOCAL/ASSINATURA:	31 de dezembro de 2012, Campo Grande MS.
VIGÊNCIA:	12 (doze) meses, a contar a partir de 01/01/2013.
ASSINAM:	Concedente: Sérgio Maia Miranda.
	CPF 237 584 221 91
	Convenente: Denise Mandarano Castro.
	CPF 794 279 110 63
FISCAL DE CONTRATO:	Art. 67, da Lei 8.666/93, Bianka R. de Azambuja

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE ALTERAÇÃO DE CONTRATO DA AEM/MS – INMETRO.

CONTRATO:	035/2012.
PROCESSO:	21016202/2012.
CONTRATANTE:	Agência Estadual de Metrologia - AEM/MS.
CONTRATADA:	**COMERCIAL T&C LTDA. ME.**
OBJETO:	O presente termo aditivo tem por objeto a alteração da das Clausulas 10ª e 11ª do Contrato de aquisição de material permanente do tipo carrinho para chá e café e carrinho para limpeza (Lote I), e carrinho do tipo maleta com rodízio articulável (Lote II), conforme especificação do Termo de Referencia (Anexo I) e Proposta de Preços (Anexo II), a fim de atender as necessidades da CONTRATANTE.
AMPARO LEGAL:	art. 57, inciso II, e §1º da Lei nº 8.666/93.
VIGÊNCIA:	a partir da assinatura até o final do contrato.
DATA/LOCAL/ASSINATURA:	Campo Grande MS, 31/12/2012.
ASSINAM:	Contratante: Sérgio Maia Miranda.
	Contratada: Jason Soares dos Santos.
FISCAL DE CONTRATO:	Art. 67, da Lei nº 8.666/93, Simone Vieira Bahmad.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DA AEM/MS – INMETRO.

CONTRATO:	025/2011.
PROCESSO:	21015661/2011.
CONTRATANTE:	Agência Estadual de Metrologia - AEM/MS.
CONTRATADA:	**Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.**
OBJETO:	O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do contrato de prestação múltipla de serviços e

venda de produtos pertinentes a postagens e afins.
AMPARO LEGAL: art. 57, II da Lei nº 8.666/93.
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a partir de 04/01/2013.
DATA/LOCAL DA ASSINATURA: 31 de dezembro de 2012, Campo Grande MS.
ASSINAM: Contratante: Sérgio Maia Miranda.
Contratada: João Edilson Oliveira da Rocha.
Joel Malheiros.
FISCAL DE CONTRATO: Art. 67, da Lei nº 8.666/93, Noemi K. Bertoni.

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO DA AEM/MS – INMETRO.
CONVÊNIO: 001/2012.
NÚMERO CADSTRAL: 020646.
PROCESSO: 21016246/2012.
EMPENHO: 2012 ME 00573.
CONCEDENTE: Agência Estadual de Metrologia - AEM/MS, sita a Av. Fábio Zahan, 3231, Jardim América, Campo Grande MS, CEP 79080 761, CNPJ 030 804 27/0001 35.
CONVENENTE: **Centro de Integração Empresa Escola CIEE,** sita a rua Tabapuã, 540, Itaim são Paulo SP, CEP 04 533 001, CNPJ 61.600.839/0001-55.
OBJETO: O presente Convênio tem por objeto possibilitar, por meio de realização de estágios, a inserção de alunos portadores de deficiência no mercado de trabalho competitivo, visando aplicar a Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência prevista Lei Federal nº 3.298/99, e a promoção da integração ao mercado de trabalho, prevista nos artigos 203, inciso III e 214, inciso IV, da Constituição Federal Brasileira, obedecidas as características e a disponibilidade de vagas de cada setor da AEM/MS. Parágrafo 1º – O CIEE atuará como agente de interação, mediando a relação junto às instituições de ensino para execução dos procedimentos de caráter legal, técnico e administrativo, relacionados à concessão dos estágios, em consonância com o que preceitua o art. 5º, da Lei nº 11.788/08; Parágrafo 2º – está autorizada a contratação de alunos portadores de deficiência que estejam freqüentando o ensino regular, em instituições de ensino superior, de educação profissional, de ensino médio de educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional de educação de jovens e adultos;
AMPARO LEGAL: Inciso XX, do art. 24 e 116 da Lei nº 8.666/93 atualizada c/c art.5 da Lei nº 11.788/08; art. 2 de Lei nº 3.298/99 e Decreto Estadual nº 11.261/03 c/c Resolução SEFAZ nº 2.093/07.
VALOR TOTAL: R$ 7.762,56 a.a.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários para as despesas decorrentes deste Convênio correrão a crédito da AEM/MS-INMETRO, Programa de Trabalho nº 23665001324410000, Elemento de Despesa 333.50.43.01, Pedido de Compra e Serviço f. 01, Fonte 0281131002, Empenho 2012NE00573,
DATA/LOCAL DA ASSINATURA: 01 de outubro de 2012, Campo Grande MS.
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar da assinatura.
FISCAL DE CONTRATO: Art. 67 Lei 8666/93, Bianka R. de Azambuja Potrich.
ASSINAM: Concedente: Sérgio Maia Miranda - CPF 237 584 221 91
Convenente: Cláudio Rodrigo de Oliveira - CPF 588 675 381 87
Republica-se por incorreção na redação do extrato publicado no Diário Oficial nº 8287, página 20, de 02 de outubro de 2012.

AGÊNCIA DE HABITAÇÃO POPULAR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Extrato do I Termo Aditivo ao Contrato N° 015/2012 N° Cadastral 0017/2012-AGEHAB
Processo nº 45/100.092/2012
Partes: AGÊNCIA DE HABITAÇÃO POPULAR DO ESTADO DE MS e MW TELEINFORMÁTICA LTDA.
Objeto: Prorrogação do prazo de vigência por mais 90 dias, a iniciar em 30/10/2012 terminando em 28/01/2013 e o aditamento do valor contratual. O valor será aditivado em R$ 14.415,07 (quatorze mil, quatrocentos e quinze reais e sete centavos), passando de R$ 63.960,00 (sessenta e três mil, novecentos e sessenta reais) para R$ 78.375,07 (setenta e oito mil, trezentos e setenta e cinco reais e sete centavos). Conforme nota de empenho 2012NE00608, emitida no dia 26/10/2012.
Valor: R$ 14.415,07 (Quatorze mil, Quatrocentos e Quinze reais e Sete centavos).
Do Prazo: 30/10/2012 a 28/1/2013
Data de Assinatura: 26/10/2012
Assinam: MÍRIAM APARECIDA PAULATTI e JAEMES MARCUSSI JUNIOR.

AGÊNCIA ESTADUAL DE ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO

Extrato do IV Termo Aditivo ao Contrato N° 025/2008 N° Cadastral 0002/2009-AGEPEN
Processo nº 31/601.759/2008
Partes: O Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio da AGÊNCIA ESTADUAL DE ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO e FLORIANO TOLEDO DOS SANTOS.
Objeto: Constitui objeto do presente Termo Aditivo, a prorrogação por mais 12 (doze) meses do contrato de locação do imóvel urbano, localizado na Rua Treze de Junho, n. 1.439 na cidade de Corumbá/MS, para a instalação e funcionamento da Unidade Assistencial Patronato Penitenciário de Corumbá - MS, unidade sob égide da Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário do Estado de Mato Grosso do Sul(AGEPEN/MS), bem como, reajustar o valor do aluguel nos termos do Laudo de Avaliação n. 582/2012-JAE/SEOP e em conformidade, com o Contrato n. 025/2008- Processo n. 31/601.759/2008, alterando a Cláusula Segunda e Quarta do Contrato originário.
Valor: R$ 34.560,00 (Trinta e Quatro mil, Quinhentos e Sessenta reais)
Do Prazo: 16/12/2012 a 15/12/2013
Data de Assinatura: 16/12/2012
Assinam: DEUSDETE SOUZA DE OLIVEIRA FILHO e FLORIANO TOLEDO DOS SANTOS.

AGÊNCIA ESTADUAL DE GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS

Extrato do I Termo Aditivo ao Contrato N° 131/2012 N° Cadastral 0277/2012-AGESUL
Processo nº 19/100.740/2012
Partes: AGÊNCIA ESTADUAL DE GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS e EQUIPE ENGENHARIA LTDA.
Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato OV n. 131/2012, por mais 150 (cento e cinqüenta) dias.
Data de Assinatura: 27/12/2012
Do Prazo: 1/1/2013 a 30/5/2013
Assinam: WILSON CABRAL TAVARES e ALMIR ANTONIO DINIZ DE FIGUEIREDO.

Extrato do IX Termo Aditivo ao Contrato N° 225/2007 N° Cadastral 0239/2007-AGESUL
Processo nº 19/100.279/2007
Partes: AGÊNCIA ESTADUAL DE GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS e WALA ENGENHARIA LTDA.
Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato OV n. 225/2007-PJUR, por mais 180 (cento e oitenta) dias.
Data de Assinatura: 11/12/2012
Do Prazo: 17/12/2012 a 14/6/2013
Assinam: WILSON CABRAL TAVARES e ANTÔNIO CARLOS VASQUES.

Extrato do VIII Termo Aditivo ao Contrato N° 236/2007 N° Cadastral 0031/2008-AGESUL
Processo nº 19/100.276/2007
Partes: AGÊNCIA ESTADUAL DE GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS e POLICON ENGENHARIA LTDA.
Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato OV n. 236/2007-PJUR, por mais 180 (cento e oitenta) dias.
Data de Assinatura: 12/12/2012
Do Prazo: 23/1/2013 a 21/7/2013
Assinam: WILSON CABRAL TAVARES e JOSÉ NINA FERREIRA FILHO.

Extrato do III Termo Aditivo ao Contrato N° 360/2009 N° Cadastral 0012/2010-AGESUL
Processo nº 19/102.186/2009
Partes: AGÊNCIA ESTADUAL DE GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS e CONSTRUTORA VALE VELHO LTDA.
Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato OV n. 360/2009-PJUR, por mais 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.
Data de Assinatura: 11/12/2012
Do Prazo: 7/1/2013 a 6/1/2014
Assinam: WILSON CABRAL TAVARES e ZULEICA CINTRA DA SILVA.

Extrato do IV Termo Aditivo ao Contrato N° 362/2009 N° Cadastral 0007/2010-AGESUL
Processo nº 19/102.178/2009
Partes: AGÊNCIA ESTADUAL DE GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS e PLANACON CONSTRUTORA LTDA.
Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato OV n. 362/2009-PJUR, por mais 365 (trezentos e sessenta e cinco dias).
Data de Assinatura: 12/12/2012
Do Prazo: 7/1/2013 a 6/1/2014
Assinam: WILSON CABRAL TAVARES e GERALDO ALVES DE ASSIS.

Extrato do V Termo Aditivo ao Contrato N° 367/2009 N° Cadastral 0016/2010-AGESUL
Processo nº 19/102.176/2009
Partes: AGÊNCIA ESTADUAL DE GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS e USIMIX LTDA.
Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato OV n. 367/2009-PJUR, por mais 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.
Data de Assinatura: 12/12/2012
Do Prazo: 7/1/2013 a 6/1/2014
Assinam: WILSON CABRAL TAVARES e MICHEL ISSA FILHO.

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E EXTENSÃO RURAL

EXTRATO DO I TERMO ADITIVO AO TERMO DE PERMISSÃO DE USO N. 100/2010 REFERENTE AO PROCESSO N. 21/501867/2010
Partes: Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural – AGRAER – CNPJ N. 03.981.081/0001-46 e Centro de Capacitação e Pesquisa Carlos Lamarca (CEPACAL) - CNPJ N. 11.351.381/0001-70, com sede em Angélica/MS.
Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar a vigência prevista na cláusula sexta do referido Instrumento, iniciando-se em 29/11/2012 até 28/11/2014.
Amparo Legal: Lei 8.666/93, Decreto Estadual 11.261/03, Resolução SEFAZ n. 2093/2007
Data da Assinatura: 28.11.2012
Assinam: **José Antonio Roldão -** CPF n. 981.687.468-72 pela AGRAER e **José da Silva** - CPF n. 466.140.441-68 pela Associação.

EXTRATO DO I TERMO ADITIVO AO TERMO DE PERMISSÃO DE USO N. 113/2010 REFERENTE AO PROCESSO N. 21/501893/2010
Partes: Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural – AGRAER – CNPJ N. 03.981.081/0001-46 e Centro de Capacitação e Associação dos Apicultores de Fátima do Sul e Região – Favo de Mel - CNPJ N. 10.335.429/0001-93, com sede em Fátima do Sul/MS.

Objeto:	O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar a vigência prevista na cláusula sexta do referido Instrumento, iniciando-se em 29/12/2012 até 28/12/2014.
Amparo Legal:	Lei 8.666/93, Decreto Estadual 11.261/03, Resolução SEFAZ n. 2093/2007
Data da Assinatura:	28.11.2012
Assinam:	**José Antonio Roldão -** CPF n. 981.687.468-72 pela AGRAER e **Jerônimo Rodrigues da Silva** - CPF n. 403.165.801-04 pela Associação.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE MATO GROSSO DO SUL

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DETRAN/MS N.111, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2012.

O DIRETOR-PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL – DETRAN-MS NOTIFICA os condutores abaixo identificados, a entregar a Carteira Nacional de Habilitação – CNH, no prazo máximo de 48h (quarenta e oito horas) a contar da publicação deste edital, com fundamento no disposto no artigo 19 da Resolução 182/05 do CONTRAN, vez que mantida a aplicação da penalidade de suspensão do direito de conduzir veículos automotores, como resultado do processo administrativo epigrafado, com período e capitulação abaixo descritos.

Após o prazo constante desta notificação, sendo Vossa Senhoria flagrado conduzindo veículo automotor, será instaurado processo para a cassação da CNH, nos termos do inciso I, do artigo 263 do CTB - "A cassação da habilitação implica em proibição de conduzir veículos automotores pelo período de 02 (dois) anos, processo de reabilitação após esse período e curso de reciclagem, nos termos do artigo 268 do mesmo diploma legal".

CONDUTOR	CNH	PRAZO	FUNDAMENTO	PROCESSO
PABLO DA SILVA RUIZ DE LIMA	68661601-3	01 Mês	Art. 244, I	31/708429/2010
EDICARLOS ALBUQUERQUE FERREIRA	36611811-6	12 Meses	Art.165	31/709592/2010
JOAO CARLOS SANTOS DE SOUZA	69702994-2	04 Meses	Art.174, I	31/705099/2010
ANTONIO NASCIMENTO DE OLIVEIRA	36357368-8	04 Meses	Art.176, I	31/700501/2011
SERGIO NOGUEIRA	06072756-3	14 Meses	Art.165 Art.210 Art.244, I	31/709242/2010
ELIAS MARTINS DE SOUZA	11565717-2	01 Mês	Art.175, I	31/701245/2011
SADI MARCONDES FERNANDES DE DEUS	60608970-7	13 Meses	Art.165 Art.170, I	31/707563/2010
CLAUDIO AUGUSTO SANTANA REIS	26634826-2	01 Mês	Art.218, III	31/709590/2010
ANDERSON AGUILAR ARRUDA	10105951-2	13 Meses	Art.165 Art.244, II	31/709590/2010
EDER MAIA TOMICHAS	36240431-4	04 Meses	Art.176, I	31/708436/2010
VALDINEI DO PATROCINIO FONSECA	16337816-0	01 Mês	Art.175, I	31/709488/2010
CLAUDIO AUGUSTO SANTANA REIS	26634826-2	04 Meses	Art.176, I	31/709591/2010
DIEGO SILVA DIAS	97129897-4	01 Mês	Art.244, II	31/700014/2011
EDER FLAVIO DE ALMEIDA OLIVEIRA	32093648-7	01 Mês	Art.244, I	31/707559/2010

Campo Grande (MS), 21 de dezembro de 2012

CARLOS HENRIQUE DOS SANTOS PEREIRA
Diretor-Presidente

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DETRAN MS N. 112, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2012.

O DIRETOR PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL – DETRAN-MS NOTIFICA o condutor abaixo relacionado a entregar sua Carteira Nacional de Habilitação no prazo máximo de 48h (quarenta e oito horas) a contar da publicação deste edital, em razão da aplicação da penalidade da cassação da Carteira Nacional de Habilitação Provisória (Permissão) e de cancelamento da Carteira Nacional de Habilitação Definitiva.

CONDUTOR	CNH PROVISÓRIA	CNH DEFINITIVA	FUNDAMENTO	PROCESSO
MIRIAN JUDITH ORUE PINASSO	5156113	20953481-1	Art. 148, § 3º e 4º	31/706088/2010
ADRIANO COELHO ALAMAN	987826080	11563980-1	Art. 148, § 3º e 4º	31/705816/2010
MARIO SERGIO SOUZA DA SILVA	60864578	22182548-8	Art. 148, § 3º e 4º	31/706076/2010

Campo Grande (MS), 21 de Dezembro de 2012.

CARLOS HENRIQUE DOS SANTOS PEREIRA
Diretor-Presidente

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DETRAN MS N. 113, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2012.

O DIRETOR PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL – DETRAN-MS NOTIFICA o condutor abaixo relacionado a entregar sua Carteira Nacional de Habilitação no prazo máximo de 48h (quarenta e oito horas) a contar da publicação deste edital, em razão da aplicação da penalidade da cassação do direito de conduzir veículos automotores ou de cancelamento do documento de habilitação.

CONDUTOR	CNH	FUNDAMENTO	PROCESSO
WILLIAN DA SILVA DUTRA	80636668-9	ART. 263, I	31/701256/2011

Campo Grande (MS), 21 de Dezembro de 2012

CARLOS HENRIQUE DOS SANTOS PEREIRA
Diretor Presidente

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE PENALIDADE N. 058, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2012.

O DIRETOR PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL – DETRAN-MS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei nº 9.503/97 e alterações, NOTIFICA os condutores abaixo relacionados a entregar suas Carteiras Nacionais de Habilitação – CNH, no prazo de **30 (trinta) dias** ou para interporem defesa, em razão da aplicação da penalidade de suspensão do direito de conduzir veículos automotores pelo prazo especificado:

CONDUTOR	CNH	PRAZO	FUNDAMENTO	PROCESSO
MICHEL PLATINI DOS SANTOS VASCONCELLOS	52719917-3	12 MESES	ART. 165	31/707295/2010
THIAGO ADRIANO FRITSCHI	20939638-6	12 MESES	ART. 165	31/703596/2010
EVANILSON CICERO DA CRUZ	16205704-2	01 MÊS	ART. 244, II	31/709598/2010
DIRCEU ZANATTA GONCALVES	52983779-9	12 MESES	ART. 165	31/705664/2010
ANDRE ESPINDOLA ALVARENGA	42624605-0	12 MESES	ART. 165	31/705407/2010
SERGIO JACINTO COSTA	00506783-9	01 MÊS	ART. 261, § 1°	31/703544/2010
VALDAIR DALAGUA	21099678-5	12 MESES	ART. 165	31/703931/2010
EDSON PINHEIRO DE JESUS	22023129-4	01 MÊS	ART. 244, I	31/706857/2010
RENAN MILAN RIBEIRO	20925510-0	12 MESES	ART. 165	31/706562/2010
GLEDSON RODRIGUES DE SOUZA	47989842-1	12 MESES	ART. 165	31/707259/2010

O cumprimento da penalidade iniciar-se-á na data da entrega do documento de habilitação, na sede do DETRAN/MS, Bloco 05, Sala de Divisão de Registros de Condutores, ou em qualquer de nossas Agências mediante termo de recolhimento. Por força da disposição do artigo 268, inciso II do CTB, é obrigatória a realização do CURSO DE RECICLAGEM PARA CONDUTOR.

OBS: O RECURSO A SER INTERPOSTO DEVERÁ SER DIRIGIDO A ESTA AUTORIDADE E PODERÁ SER PROTOCOLIZADO NOS LOCAIS ACIMA INDICADOS, CONTENDO OBRIGATORIAMENTE O NÚMERO DO PROCESSO E DESTA NOTIFICAÇÃO ALÉM DA IDENTIFICAÇÃO DO RECORRENTE.

Campo Grande (MS), 21 de dezembro de 2012.

CARLOS HENRIQUE DOS SANTOS PEREIRA
Diretor-Presidente

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE PENALIDADE N. 059, 21 DE DEZEMBRO DE 2012.

O DIRETOR PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL – DETRAN/MS NOTIFICA os condutores, abaixo relacionados, a entregar sua Carteira Nacional de Habilitação - CNH, no prazo de **30 (trinta) dias** ou para interpor defesa, em razão da aplicação da penalidade da cassação ou cancelamento do direito de conduzir veículos automotores.

CONDUTOR	CNH	FUNDAMENTO	PROCESSO
LEVI ALVES BEZERRA	16337161-6	ART. 263, II	31/705619/2010
MILTON ALMEIDA DE OLIVEIRA	52574629-3	ART. 263, I	31/706695/2010
WESLEY RIBEIRO FERREIRA	90470088-6	ART. 263, II	31/707030/2010

O cumprimento da penalidade iniciar-se-á na data da entrega do documento de habilitação cassado ou cancelado, na sede do DETRAN-MS, Bloco 5, Sala de Divisão de Registros de Condutores, ou em qualquer de nossas Agências mediante termo de recolhimento. Por força da disposição do artigo 268, II do CTB, é obrigatória a realização do CURSO DE RECICLAGEM PARA CONDUTOR.

OBS: O RECURSO A SER INTERPOSTO DEVERÁ SER DIRIGIDO A ESTA AUTORIDADE E PODERÁ SER PROTOCOLIZADO NOS LOCAIS ACIMA INDICADOS, CONTENDO OBRIGATORIAMENTE O NÚMERO DO PROCESSO E DESTA NOTIFICAÇÃO ALÉM DA IDENTIFICAÇÃO DO RECORRENTE.

Campo Grande (MS), 21 de dezembro de 2012.

CARLOS HENRIQUE DOS SANTOS PEREIRA
Diretor-Presidente

PORTARIA DETRAN-MS "T" N.0764, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012

"Cancela Carteira Nacional de Habilitação que menciona e dá outras providências."

O Diretor-Presidente do Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso do Sul – DETRAN-MS, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o que consta no Protocolo n. 648/2010-CT e processo n.31/704445/2012, deste Departamento, e o que dispõe o parágrafo primeiro do artigo 263, do Código de Trânsito Brasileiro;

RESOLVE:
Art. 1º - Cancelar a Carteira Nacional de Habilitação que menciona:

CONDUTOR	CNH	REG/PGU
JOSE SILVA CRUZ	90442817-8	023917538-05
JOICENIR SOVERNIGO LOPES	32189478-9	003213348-90

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Campo Grande (MS), 27 de dezembro de 2012

CARLOS HENRIQUE DOS SANTOS PEREIRA
Diretor-Presidente

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DOS RESULTADOS DE JULGAMENTO DA JARI/ DETRAN-MS N. 16/2012, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2012.

Junta Administrativa de Recursos de Infrações, JARI/MS, órgão colegiado cujas com-

petências estão descritas no artigo 17, do Código de Trânsito Brasileiro – CTB, Lei n° 9.503/97, torna público o resultado do julgamento de penalidade de multa.

Nº do processo	Interessado	Resultado
13971/2012	José Luis dos Santos de Souza	INTEMPESTIVO
13970/2012	José Luis dos Santos de Souza	INTEMPESTIVO
13600/2012	Fábio Rossatti Figueiredo	INTEMPESTIVO
13844/2012	Erno Herber	INTEMPESTIVO
7126/2012	Irio Silva de Sergio	IMPROVIDO
15156/2011	Luiz Fernando José Marques	IMPROVIDO
5707/2012	Welington Antonio Francisco	IMPROVIDO
5715/2012	Welington Antonio Francisco	IMPROVIDO
6496/2012	Adão Mendes de Carvalho	IMPROVIDO
9192/2012	Gazolli e Cia Ltda	IMPROVIDO
5509/2012	Edilson Magro	IMPROVIDO
19269/2011	Diego Alysson Toigo	IMPROVIDO

Registre-se.Publique-se.Cumpra-se.

Campo Grande - MS, 28 de dezembro de 2012.

IVONETE SUZANA BEAL
PRESIDENTE DA JARI/DETRAN/MS

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL SOCIEDADE ANÔNIMA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE PRAZO TA N° 001/2012 - CT 074/2012 - CELEBRADO ENTRE A EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S/A – SANESUL E A LOG ENGENHARIA LTDA.
OBJETO: Prorrogação de prazo por mais 90 (noventa) dias, com término de vigência previsto para o dia 08 de março de 2013.
PROCESSO Nº 0243/2012-00/GEPRO/SANESUL
DATA DE ASSINATURA: 21.12.2012
ASSINAM: CONTRATANTE: Sr. José Carlos Barbosa
Sr. Victor Dib Yazbek Filho
CONTRATADO: Sr. Odir Garcia de Freitas

EXTRATO DO CONTRATO Nº 203/2.012– TP N° 033/12 – CELEBRADO ENTRE A EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S/A. – SANESUL E ENGEPAR ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES LTDA.
OBJETO: execução de obras de ampliação do sistema de esgotamento sanitário do Loteamento Vila Toscana, no município de Dourados-MS/SANESUL
PRAZO: O prazo de vigência da presente contratação é de 02 (dois) meses, contados a partir da expedição da Ordem de Serviço.
VALOR: R$ 195.623,49 (cento e noventa e cinco mil, seiscentos e vinte e três reais e quarenta e nove centavos), que serão pagos com Recursos Próprios – Conta 16.200.709.
DATA DE ASSINATURA: 26/12/12
PROCESSO Nº 00.815/12/GEPRO/SANESUL
ASSINAM: CONTRATANTE: Sr. José Carlos Barbosa
Sr. Victor Dib Yazbek Filho
CONTRATADA: Sr. Carlos Clementino Moreira Filho

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE PRAZO TA N° 001/12 - OES 002/2011 - CELEBRADO ENTRE A EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S/A – SANESUL E A MINATA METAIS LTDA.
OBJETO: Prorrogação de prazo por mais 09 (nove) meses, com término de vigência previsto para o dia 16 de setembro de 2013.
PROCESSO Nº 00.790/2011/GEOB/SANESUL
DATA DE ASSINATURA: 14 de dezembro de 2012
ASSINAM: CONTRATANTE: Sr. José Carlos Barbosa
Sr. Victor Dib Yazbek Filho
CONTRATADO: Sr. Carlos Massao Minada

EXTRATO DO CONTRATO Nº 197/2.012– PP Nº 026/2012 – CELEBRADO ENTRE A EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S/A – SANESUL E E2 SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA LTDA ME.
OBJETO: fornecimento de Solução de Segurança para Monitoramento das novas instalações da Administração Central da SANESUL, localizada a rua Dr. Zerbini – 421 – Campo Grande – MS, estando incluso o fornecimento de câmeras, servidor, switches/Poe (sendo que a SANESUL terá a opção de compra dos equipamentos instalados, ao final do contrato); serviços de instalações, configuração da solução, treinamento, manutenção e suporte técnico, conforme especificações constantes do Termo de Referência.
VALOR: R$ 252.200,00 (duzentos e cinquenta e dois mil e duzentos reais), que serão pagos com Recursos Próprios - Conta 41.302.
PROCESSO Nº 00.797/2012-00/GETI/SANESUL.
DATA DE ASSINATURA: 26/12/12
ASSINAM: CONTRATANTE: Sr. José Carlos Barbosa
Sr. André Luis Soukef Oliveira
CONTRATADA: Sr. Ericson Galassi

EXTRATO DO TERMO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TA N° 006/2012 – CT 163/2009 – CELEBRADO ENTRE A EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S/A – SANESUL E RUTH MELLO.
OBJETO: Prorrogação de contrato por mais 01 (um) meses, com término previsto para o dia 03 de janeiro de 2013.
PROCESSO Nº 526/2007/GEAQPAN/SANESUL.
DATA DE ASSINATURA: 03.12.12
ASSINAM: CONTRATANTE: Sr. José Carlos Barbosa
Sr. André Luis Soukef Oliveira
CONTRATADA: Sr. Ruth Melo

FUNDAÇÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

EXTRATO DE TERMO OUTORGA Nº085/12 REFERENTE AO PROCESSO Nº 23/200.577/2012 SIAFEM Nº. 020764

Concedente: FUNDECT, CNPJ 02.776.669/0001-03.
Interveniente: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL – UEMS, CNPJ/MF nº 86.891.363/0001-80.
Outorgado: Danglei de Castro Pereira
Objeto: Concessão de Auxílio Financeiro para execução de projeto cientifico intitulado ‘‘Historiografia e cânone: olhares sobre o marginal”.
Amparo Legal: Decreto Estadual nº 11.261 de 17/07/2003, Resolução Conjunta SEGES/SERC nº 003 de 2.003 e no que couber a Lei Federal 8.666 de 21/06/93 e suas alterações.
Recursos: R$ 82.715,00 cuja despesa correrá à Conta da Fonte 0281240013, Programa de Trabalho 19571003725120000, Natureza de Despesa 339020, nota de empenho 2012NE00905 de 12.12.12.
Vigência: 36 meses contados da data da publicação em Diário Oficial do Estado.
Data da Assinatura: 12.12.12
Assinam: – **Marcelo Augusto Santos Turine**
CPF 070.327.978-57 - Diretor Presidente/FUNDECT
Fábio Edir dos Santos Costa
CPF 123.548.048-81 - Reitor/UEMS
Danglei de Castro Pereira
CPF 787.817.286-20 - Outorgado

EXTRATO DE TERMO OUTORGA Nº0094/12 REFERENTE AO PROCESSO Nº 23/200.586/2012 SIAFEM Nº. 020767
Concedente: FUNDECT, CNPJ 02.776.669/0001-03.
Interveniente: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL – UEMS, CNPJ/MF nº 86.891.363/0001-80.
Outorgado: Lilian de Arruda Hayd
Objeto: Concessão de Auxílio Financeiro para execução de projeto cientifico intitulado ‘‘Cultivo de crustáceos e peixes do Pantanal com potencial para uso ornamental e iscas vivas”.
Amparo Legal: Decreto Estadual nº 11.261 de 17/07/2003, Resolução Conjunta SEGES/SERC nº 003 de 2.003 e no que couber a Lei Federal 8.666 de 21/06/93 e suas alterações.
Recursos: R$ 171.330,00 cuja despesa correrá à Conta da Fonte 0281240013, Programa de Trabalho 19571003725120000, Natureza de Despesa 339020, nota de empenho 2012NE00918 de 13.12.12.
Vigência: 36 meses contados da data da publicação em Diário Oficial do Estado.
Data da Assinatura: 13.12.12
Assinam: – **Marcelo Augusto Santos Turine**
CPF 070.327.978-57 - Diretor Presidente/FUNDECT
Fábio Edir dos Santos Costa
CPF 123.548.048-81 - Reitor/UEMS
Lilian de Arruda Hayd
CPF 543.687.311-15 – Outorgado

FUNDAÇÃO DE TURISMO DE MATO GROSSO DO SUL

EXTRATO DE PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO n.º 052/2011
PROCESSO Nº 21.400.154/2011
PARTES: Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul, inscrita no CNPJ sob n.º 04.808.290/0001-55, com sede em Campo Grande-MS, denominada LOCADORA e Comissão de Formatura de Direito/2012 - Turma C – Noturno – Universidade Católica Dom Bosco – UCDB – CAMPO GRANDE/MS, inscrita no CNPJ nº 13.442.668/0001-30, com sede em Campo Grande-MS, denominada LOCATÁRIA.
OBJETO: Alterar a Cláusula Segunda– do Valor do Pagamento. O LOCATÁRIO pagará à LOCADORA o valor total de R$ 3.120,00 (três mil cento e vinte reais), sendo R$ 2.820,00 (dois mil oitocentos e vinte reais), correspondentes à locação do espaço e R$ 300,00 (trezentos reais) correspondentes a taxa de energia elétrica (até 50 kVA/lâmpadas)
DATA DA ASSINATURA: 28 de novembro de 2012.
ASSINAM: NILDE CLARA DE SOUZA BENITES BRUN, inscrita no CPF sob n.º 273.362.551-91, pela Locadora e JOAQUIM SOARES DE OLIVEIRA NETO, inscrito no CPF n.º 488.878.541-49, pela Locatária.

INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL

Extrato do III Termo Aditivo ao Contrato N° 029/2011 N° Cadastral 0002/2012-IMASUL
Processo nº 23/101.173/2011
Partes: O Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio do INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MS e DEMETER ENGENHARIA LTDA.
Objeto: CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
1. O presente Termo Aditivo visa alterar a Cláusula Quinta, item 5, subitem 5.1., - DO PRAZO DE EXECUÇÃO do Contrato n. 29/2011, celebrado em 10 de janeiro de 2012, que tem por objeto: à prestação de serviços técnicos especializados para elaboração da avaliação ambiental estratégica do PRODETUR NACIONAL DE MATO GROSSO DO SU, conforme prevê os itens 5.4 e 5.5 da referida Cláusula.
CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO
2. A Cláusula Quinta, item 5, subitem 5.1, - DOS PRAZOS, passa a vigorar com a seguinte redação:
“5. DOS PRAZOS
5.1 DO PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo para execução dos serviços será de 410 (quatrocentos e dez) dias consecutivos, contados da data de recebimento da Ordem de Início dos Serviços, a ser expedida pelo INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL - IMASUL.
.....”
Data de Assinatura: 28/12/2012
Assinam: CARLOS ALBERTO NEGREIROS SAID MENEZES e FERNANDA OLIVO.

JUNTA COMERCIAL DE MATO GROSSO DO SUL

Ata Número: 3888
Despachos de 20 de dezembro de 2012
DOCUMENTOS DEFERIDOS: SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA: CONSTITUICAO/CONTRATO: 12/083544-4 Agf Soluções De Informática Ltda, 12/101651-0 Transportadora L. A. Ltda, 12/102435-0 Guloseimas Do Éden - Chocolates E Doces Ltda, 12/103333-3 Z P A Transportes E Comercio Ltda, 12/103416-0 Agropecuaria Formosa Ltda, 12/103783-5 Barbosa, Barbosa & Guedes Ltda, 12/103817-3 Micadi Comércio De Alimentos Ltda, 12/103850-5 Granponto Representações Ltda, 12/103949-8 São Carlos Gestão De Imóveis Próprios Ltda, 12/103985-4 Serviços De Alimentação Suco Bagaço Ltda, 12/104104-2 Ágape Corretora De Seguros Ltda, 12/104124-7 Mrt Promoção De Eventos Ltda, 12/104225-1 Desafio Enigmático Entretenimento Virtual Ltda, 12/104261-8 Batista Protese Odontologica Ltda, 12/104286-3 Agropecuária Jacintho

Ltda, 12/104449-1 Cardoso & Andrade Transportes Ltda, 12/104533-1 Gsr - Gestão Empresarial Ltda, 12/105030-0 Leonel & Ferreira Ltda, 12/105042-4 Lex Assessoria Tributária & Empresarial Ltda, 12/105047-5 Rl Serviços Agrícolas Ltda, ALTERACAO: 12/064021-0 Lf Materiais Para Construção Ltda Me, 12/065368-0 Nayr Confecções Ltda, 12/071467-1 Jr Soluções De Limpezas E Transporte Ltda - Me, 12/083018-3 Toponorte - Topografia Ltda Me, 12/088993-5 Mercado Cial Plaza Ltda Me, 12/089001-1 Prb Comércio De Colchões Ltda Epp, 12/089004-6 Paranaiba Industria E Comercio De Metais Ltda, 12/089009-7 Klafke & Brandão Ltda Me, 12/099899-8 Cerealista Pinto Loco Ltda Me, 12/101150-0 Capsan Consultoria E Gestão Ambiental E Tecnológica Ltda - Me, 12/101419-3 Assis Comércio De Móveis Ltda - Me, 12/102490-3 A Mais Serviços De Autos E Locação Ltda - Epp, 12/103105-5 Chocolates Bulgari Do Brasil Indústria E Comércio Ltda, 12/103123-3 Clínica Veterinária Villas Boas Ltda Me, 12/103160-8 Junior Comércio De Gás Ltda Me, 12/103275-2 Terras Empreendimentos Imobiliários Spe 04 Ltda, 12/103291-4 Di Corpo Academia De Ginastica Ltda - Me, 12/103294-9 Pajoara Indústria E Comercio Ltda, 12/103327-9 Ki-Late Comércio Varejista De Produtos Veterinários Ltda Me, 12/103341-4 Tuca Transportes Ltda - Me, 12/103350-3 Averekete Transportes E Logística Ltda Me, 12/103677-4 Jp Enxovais E Acessorios Ltda Me, 12/103679-0 B9 Logística Eireli, 12/103680-4 Selme Construção E Incorporação Ltda Me, 12/103770-3 Queconi E Queconi Ltda Me, 12/103808-4 D & B Comércio Atacadista De Confecções Ltda Epp, 12/103936-6 Nova Opção Comércio De Sementes Ltda Me, 12/104005-4 Andrada'S Frios E Conveniência Ltda Epp, 12/104108-5 Dak Comércio De Eletro Eletrônicos Ltda Epp, 12/104127-1 Kapital Atacado Materiais Para Construção Ltda Epp, 12/104128-0 Agil Comercio E Serviços Ltda Me, 12/104144-1 Mfw Estruturas E Esquadrias Metálicas Ltda Epp, 12/104222-7 Gap Produções Artísticas Ltda Me, 12/104233-2 Estrela Dourada Comercio De Equipamentos Eletronicos Ltda Epp, 12/104266-9 Ras Tecnologia Ltda Me, 12/104333-9 Click Kids Fotografia Infantil Ltda Me, 12/104336-3 Cg Solurb Soluções Ambientais Spe Ltda, 12/105041-6 Organização Contábil Lex Ltda Me, 12/105048-3 Infornet- Educação E Informática Ltda Me, 12/105281-8 Jm Construtora Ltda - Me, EXTINCAO/DISTRATO: 12/105058-0 Gutierrez & Pinheiro Ltda Me, OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA / EMPRESARIO: 12/083044-2 Erechin Comercial Ltda, 12/089010-0 Ils - Synermed - Comércio, Importação E Exportação De Reagentes Ltda Me, 12/103854-8 Servimed Comercial Ltda, 12/103944-7 Pantanal Holdings Ltda, 12/103957-9 Ultrapress Editora Grafica Ltda - Me, CARTA DE EXCLUSIVIDADE: 12/103335-0 Dsf Desenvolvimento De Sistemas Fiscais Ltda, EMPRESARIO: CONSTITUICAO/CONTRATO: 12/062085-5 Jamil Pedro, 12/083055-8 Joselia Albertoni Abrante, 12/097296-4 Deolindo Alves Da Cunha, 12/101428-2 Delibio Da Silva Morais & Cia Ltda, 12/102090-8 Claudenir Garçoni, 12/102265-0 Severino Ferreira Da Costa, 12/103856-4 Fabio Baldacin Verde Selva, 12/104134-4 Érilin Astun Batista - Comércio De Bebidas, 12/105289-3 Adriano M. Zavala, ALTERACAO: 12/065369-9 Cosma Fabiane Me, 12/083034-5 Marcio Evangelista Da Silva Me, 12/083046-9 Artur Rodrigues Da Silva Me, 12/088988-9 Jose Junior De Queiroz Me, 12/088996-0 Nasser Rocha De Lima Me, 12/089003-8 Aldo Antonio Batista Godoi Me, 12/101106-2 Manoel Ferreira Neto, 12/101427-4 Delibio Da Silva Morais Me, 12/101430-4 Diolanda De Oliveira Matos Pereira Me, 12/102092-4 Antonino De Amorim-Me, 12/103681-2 A. F. Dos Santos - Me, 12/103695-2 Vilson Martins Luiz Me, 12/103708-8 Rosane Mendes Ribeiro Me, 12/104086-0 Reginaldo Demori Me, 12/104257-0 Bruna Carolina Pereira Sippel - Me, 12/104263-4 Rosane Aquino Pereira Me, 12/104448-3 Everson Luiz Rezzieri Epp, 12/106453-0 J. C. Mendonça Me, EXTINCAO/DISTRATO: 12/097294-8 Djalma Rodrigues - Me, 12/103815-7 Sebastiao Leite Do Nascimento Me, 12/103948-0 Mirela Barbosa Rigotti Me, 12/103991-9 Silvio Peixoto De Oliveira Epp, 12/103995-1 Alessandro Campos, 12/104228-6 Ana Carolina Teixeira De Menezes Me, OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA / EMPRESARIO: 12/065376-1 Carina Patricia Bach Me,EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LTDA: 12/094354-9 Comercial Tricolor 12/094355-7 Comercial Tricolor Eireli Me, ****** DOCUMENTOS INDEFERIDOS: 12/104291-0, ***** DOCUMENTOS EM EXIGÊNCIA: 12/049985-1, 12/068714-3, 12/071245-8, 12/082955-0, 12/082956-8, 12/082974-6, 12/083043-4, 12/083045-0, 12/083050-7, 12/083052-3, 12/083053-1, 12/083057-4, 12/083062-0, 12/083064-7, 12/089011-9, 12/094394-8, 12/096004-4, 12/096913-0, 12/097300-6, 12/100155-5, 12/100168-7, 12/100399-0, 12/100489-9, 12/101431-2, 12/101657-9, 12/101659-5, 12/101663-3, 12/101664-1, 12/102252-8, 12/102943-3, 12/103121-7, 12/103244-2, 12/103499-2, 12/103721-5, 12/103730-4, 12/103744-4, 12/103785-1, 12/103813-0, 12/103842-4, 12/103848-3, 12/103938-2, 12/103941-2, 12/103982-0, 12/104078-0, 12/104081-0, 12/104120-4, 12/104121-2, 12/104122-0, 12/104130-1, 12/104131-0, 12/104146-8, 12/104153-0, 12/104227-8, 12/104244-8, 12/104245-6, 12/104250-2, 12/104255-3, 12/104258-8, 12/104264-2, 12/104265-0, 12/104276-6, 12/104285-5, 12/104313-4, 12/104323-1, 12/104324-0, 12/104328-2, 12/104330-4, 12/104337-1, 12/104383-5, 12/104422-0, 12/104423-8, 12/104425-4, 12/104427-0, 12/104432-7, 12/104433-5, 12/105057-2, 12/105733-0, 12/105734-8, 12/105735-6,
NIVALDO DOMINGOS DA ROCHA
SECRETARIO GERAL

Ata Número: 3889
Despachos de 21 de dezembro de 2012
DOCUMENTOS DEFERIDOS: SOCIEDADE ANONIMA FECHADA: ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA: 12/071107-9 Colpar Participações S/A, 12/103357-0 Companhia Colorado De Agronegocios, 12/104006-2 Rio Pardo Bioenergia S.A., 12/104249-9 Panorama S.A, 12/104428-9 Rio Pombo S/A, 12/105498-5 Monteverde Agro-Energética S.A, OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA / EMPRESARIO: 12/071106-0 Colpar Participações S/A, 12/103988-9 Cargill Agrícola S.A., SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA: CONSTITUICAO/CONTRATO: 12/014501-4 Comércio De Alimentos Forte Ltda, 12/065355-9 Iguatur Transportes Ltda, 12/102096-7 Siqueira & Vieira Ltda, 12/102467-9 Zelandia Agropecuaria Ltda, 12/102468-7 Terere Agropecuaria Ltda, 12/103636-7 Rocha E Paniagua Ltda, 12/103672-3 Believe Comércio Varejista De Roupas, Calçados E Acessórios Femininos Ltda, 12/103726-6 Seven Sorveteria Ltda, 12/103888-2 Disimóveis Administração De Imóveis Próprios Ltda, 12/104132-8 Canaã Agropecuária E Genética Ltda, 12/104323-1 Telles & Rossetti Ltda, 12/104324-0 Lima E Benachio Educacional Ltda, 12/104383-5 T S Cosméticos Ltda, 12/104577-3 Tomicha & Tomicha Ltda, 12/104774-1 Inspecionar - Inspeção Ambiental Veicular - Spe Ltda, 12/105169-2 Infanto Confecções Ltda, 12/105478-0 3l Transportes Ltda, ALTERACAO: 12/083033-7 Transportadora Feitosa Ltda Me, 12/089006-2 Alpha Motion Do Brasil Ltda, 12/094367-0 Ricardi Representações Ltda Me, 12/094393-0 Gonçalves, Amaral & Cia Ltda Epp, 12/094395-6 Arguelho & Cia Ltda Me, 12/094961-0 Do Valle Veículos Ltda, 12/097254-9 Agrocan Agropecuaria Canada Ltda - Epp, 12/097299-9 Posto Taji Ltda - Me, 12/098090-8 Tecnorocha Pedreira, Comércio E Construções Ltda, 12/098284-6 Pricinato & Jorge Ltda Epp, 12/101622-6 Nogueira Eletro Bombas Manutenção Em Bombas D'Agua Ltda Me, 12/101681-1 Beé & Silva Cosmeticos Ltda Me, 12/102100-9 Prestadora De Serviços Pantanal Ltda Me, 12/102102-5 Boa Vista Transportes Ltda Epp, 12/102466-0 Planalto Agropecuaria Ltda, 12/102702-3 Araújo E Santos Comércio De Pedras Ornamentais Ltda - Me, 12/103108-0 R2 Transportes Ltda - Epp, 12/103278-7 Sementes Conquista Ltda, 12/103279-5 Sementes Conquista Ltda, 12/103280-9 Sementes Conquista Eireli, 12/103413-5 Roce Incorporadora De Imoveis Ltda Me, 12/103728-2 Braz Peli Comércio De Couros Ltda, 12/103836-0 Aparecido Carlos De Oliveira & Cia Ltda Me, 12/103987-0 Empresa Jornalistica Gazeta Morena Ltda Epp, 12/104081-0 Saito E Safanelli Ltda-Me, 12/104285-5 Pró Alerta Monitoramento E Serviços Ltda Me, 12/104328-2 Itanhangá Comércio De Alimentos Ltda Me, 12/104439-4 Delta Biocombustíveis Indústria E Comércio Ltda, 12/104455-6 Country Online Artigos Do Vestuário Ltda Me, 12/104491-2 Fior & Fior Ltda Me, 12/104519-6 Setra Serviços E Treinamentos Ltda Me, 12/104532-3 Mato Grosso Comércio Varejista De Produtos Farmacêuticos Ltda Epp, 12/104660-5 Maganha Transportes Ltda - Me, 12/105267-2 Ecocerâmica E Construtora Couto Ltda Epp, 12/105468-3 M.A Extração De Areia Ltda Me, 12/105627-9 G2 Prestaçao De Serviços Agropecuarios Ltda, 12/105653-8 R.E. Agro Assessoria E Planejamento Agropecuario Ltda, 12/105664-3 Decisão Construtora Ltda Me, 12/105671-6 A & A Contrutora E Incorporadora Ltda Me, 12/105726-7 Doc Print Comércio E Serviços Ltda Me, 12/105737-2 Anthropos Consultoria Cientifica Ltda, 12/105740-2 Auto Posto Bela Vista Ltda, 12/105748-8 Paranasul Comércio De Baterias Ltda Me, 12/106462-0 Ls Blocos De Concreto Ltda Me, 12/106463-8 Caliza - Comércio De Gás Ltda Me, 12/106465-4 Mortaris & Cunha Ltda - Me, EXTINCAO/DISTRATO: 12/103244-2 J. A. Rodrigues & Cia Ltda Me, 12/103634-0 Vilela Hortifruti Ltda Me, 12/103941-2 Schio Comercio De Madeiras Ltda Epp, 12/104502-1 Dib & Mendonça Ltda Me, ATA DE REUNIAO/ASSEMBLEIA DE SOCIOS: 12/104427-0 Unidade De Diagnóstico Por Imagem De Dourados Ltda, OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA / EMPRESARIO: 12/104444-0 Simples Serviços Financeiros Ltda, EMPRESARIO: CONSTITUICAO/CONTRATO: 12/014517-0 J. M. Dos Santos Barbosa, 12/065379-6 V. Belink, 12/071470-1 C.W. Queiroz, 12/101630-7 Maria Matildes Muniz Da Cruz, 12/101667-6 Shenka E. L. C. L. De Godoy Moroni Laticinio, 12/101670-6 Erik Aparecido De Figueiredo, 12/101672-2 S O Soares Filho, 12/101674-9 G E Xavier Melquiades, 12/102098-3 Fabio Cavalheiro, 12/103773-8 Lucineia Mendes Lemes Vilela, 12/105297-4 Maria Helena De Souza Duarte, 12/105707-0 Alana Nicoladelli Baller, 12/105746-1 Manoel Jose, ALTERACAO: 12/014523-5 H B De Almeida Epp, 12/065378-8 M. Bruno Me, 12/081275-4 Marcio Eiji Yasue Me, 12/094366-2 Marluce De Matos Hernezio 02103183177 Me, 12/099353-8 Ana Celia Cabezudo Da Silva Amador Me, 12/101432-0 C R Paixão - Me, 12/101659-5 Jorge Juscelino Correa, 12/103984-6 Adilson Da Silva Lopes Me, 12/104079-8 Leonice Guillen Hurtado Me, 12/104126-3 Laysa Flores Gonçalves - Me, 12/104138-7 Elys Regina De Souza Me, 12/104335-5 Vanusa Martins Da Silva Alves Me, 12/105057-2 Marcella Zoccoli Carvalho Franco Burgel Me, 12/105576-0 Celso Pinheiro De Souza Epp, 12/106460-3 Admilson Alves De Araujo Me, EXTINCAO/DISTRATO: 12/103696-0 Lucimara Vilela Nascimento Me, 12/103785-1 Maurilio Antonio Brusamarello Me, EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LTDA: ALTERACAO: 12/104244-8 Diego Yamanaka Akamine Eireli Epp, EXTINCAO/DISTRATO: 12/106467-0 Tapechic Industria E Comercio De Tapetes Eireli Me, ATO CONSTITUTIVO: 12/104516-1 Transportadora Neumann Eireli, 12/104517-0 Transportadora Neumann Eireli Epp, 12/094363-8 Versatile Park Hotel Eireli, 12/094364-6 Versatile Park Hotel Eireli Me, 12/105059-9 Rodrigues Motos, Peças e Serviços Eireli, 12/105061-0 Rodrigues Motos, Peças e Serviços Eireli Me, ***** DOCUMENTOS EM EXIGÊNCIA: 12/062094-4, 12/081271-1, 12/081272-0, 12/081276-2, 12/081277-0, 12/088977-3, 12/089002-0, 12/094371-9, 12/096228-4, 12/096238-1, 12/098006-1, 12/098172-6, 12/098478-4, 12/098657-4, 12/100457-0, 12/101632-3, 12/102502-0, 12/102503-9, 12/103338-4, 12/103699-5, 12/103700-2, 12/103981-1, 12/104090-9, 12/104091-7, 12/104093-3, 12/104100-0, 12/104221-9, 12/104247-2, 12/104252-9, 12/104303-7, 12/104305-3, 12/104307-0, 12/104308-8, 12/104309-6, 12/104314-2, 12/104498-0, 12/104509-9, 12/104523-4, 12/104525-0, 12/104580-3, 12/104637-0, 12/105279-6, 12/105283-4, 12/105284-2, 12/105529-9, 12/105530-2, 12/105531-0, 12/105546-9, 12/105706-2, 12/105730-5, 12/105736-4, 12/105738-0, 12/105741-0, 12/105742-9, 12/105749-6, 12/105755-0, 12/106387-9,
NIVALDO DOMINGOS DA ROCHA
SECRETARIO GERAL

BOLETIM DE LICITAÇÕES

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DE LICITAÇÃO

A AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO AGRARIO E EXTENSÃO RURAL DE MS/AGRAER através da Coordenadoria de Processamento de Licitação/SL/SAD, por meio do Diário Oficial Eletrônico instituído como veículo oficial de publicação do Estado conforme a Lei nº3.394/2007, comunica aos interessados, após adjudicação pelo pregoeiro da EP 01, o RESULTADO da licitação abaixo:
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MÁQUINA FOTOGRÁFICA
PREGÃO ELETRÔNICO: 013/2012
PROCESSO: 21/500.268/2012

Lote	Empresa Vencedora	Valor (R$)
ÙNICO	GIGANEWS COMERCIAL LTDA	37.990,00

Campo Grande/MS, 28 de dezembro de 2012.
Coordenadoria de Processamento de Licitação/SL/SAD

AVISO DE REABERTURA

A SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO DE MS/SAD através da Coordenadoria de Processamento de Licitação/SL/SAD/EP02, por meio do Diário Oficial Eletrônico instituído como veículo oficial de publicação do Estado e conforme a Lei nº3.394/2007 convoca as empresas participantes do certame para a reabertura dos lotes 08 e 18 da licitação abaixo:
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE COPA E COZINHA
PREGÃO ELETRÔNICO: 089/2012
PROCESSO: 13/000.773/2012
DATA DA REABERTURA: às 09h00min no dia 07/01/2013 (HORÁRIO LOCAL).
ENDEREÇO DA REABERTURA DA SESSÃO: www.centraldecompras.ms.gov.br

Campo Grande - MS, 28 de dezembro de 2012.
Coordenadoria de Processamento de Licitação/SL/SAD

RESULTADO DE LICITAÇÃO

A SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO DE MS/SAD através da Coordenadoria de Processamento de Licitação/SL/SAD por meio do Diário Oficial Eletrônico instituído como veículo oficial de publicação do Estado e conforme a Lei nº3.394/2007 comunica aos interessados após classificação pela pregoeira da EP 02, o resultado da licitação:
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA COM EQUIPAMENTO CEDIDO EM REGIME DE COMODATO.
PREGÃO ELETRÔNICO: 096/2012
PROCESSO: 13/000.772/2012

Lote	Empresa Classificada	Valor Unit. (R$)
01	IGNACIO & LOPES LTDA - ME	1,22
02	COMERCIAL T & C LTDA – EPP	25,45
03	IGNACIO & LOPES LTDA - ME	5,23
06	FRONTAL COMERCIAL LTDA - ME	18,30
07		1,82
08		6,78
09		9,55
11		37,77
12		60,00
13	BYANKA DANYELLA TAROCO DOS SANTOS - ME	23,00
14	FRONTAL COMERCIAL LTDA - ME	9,40
15	I. A. CAMPAGNA JUNIOR & CIA LTDA - ME	129,70
16	COMERCIAL T & C LTDA – EPP	36,50

17	FRONTAL COMERCIAL LTDA - ME	45,00
18	COMERCIAL T & C LTDA – EPP	4,60
20		690,00
22		1,95
23	FRONTAL COMERCIAL LTDA ME	4,03
24		5,97
26	BYANKA DANYELLA TAROCO DOS SANTOS - ME	21,20
27		31,90
28	RIAJ COMERCIAL LTDA - EPP	43,40
30	BYANKA DANYELLA TAROCO DOS SANTOS - ME	42,35
31	FRONTAL COMERCIAL LTDA - ME	15,25
32	I. A. CAMPAGNA JUNIOR & CIA LTDA - ME	21,33
33		27,43
34		20,44
35	COMERCIAL T & C LTDA – EPP	2,06

LOTES FRACASSADOS: 04 e 25.
LOTES DESERTOS: 05, 10, 19, 21 e 29.

Campo Grande - MS, 28 de dezembro de 2012.
Coordenadoria de Processamento de Licitação/SL/SAD

RESULTADO DE LICITAÇÃO

A AGÊNCIA ESTADUAL DE GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS DE MS/AGESUL através da Coordenadoria de Processamento de Licitação/SL/SAD, por meio do Diário Oficial Eletrônico instituído como veículo oficial de publicação do Estado conforme a Lei n°3.394/2007 comunica aos interessados, após adjudicação pela pregoeira da EP 03, o RESULTADO da licitação.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL HIDRÁULICO - CIDADE DE DOURADOS/MS
PREGÃO ELETRÔNICO: 005/2012
PROCESSO: 19/101.571/2012

Lote	Item	Empresa Vencedora	Valor Total do Item (R$)
02	01	COMERCIAL T & C LTDA – EPP	896.406,42
	02		5.213.897,28
	03		180.496,80
	04		58.390,20
	05		168.550,50
	06		488.615,10
	07		174.000,00
	08		2.697,60
	09		2.750,40
	10		326.799,84
	11		1.409.042,60
	12		362.227,76
	13		3.331,90
	14		294.381,18
	15		34.320,90
	16		159.329,00
	17		16.345,00
	18		4.226,04
	19		2.958,50
	20		67,96
	21		165,00
		Valor total do lote	9.798.999,98

LOTE DESERTO: 01

Campo Grande/MS, 28 de dezembro de 2012.
Coordenadoria de Processamento de Licitação/SL/SAD

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico 121/2012 - SES
Processo nº 27/003.351/2012.
Acolho o parecer jurídico de nº 365/2012, constante dos autos acima, para conhecer do recurso interposto pela empresa CMW Saúde & Tecnologia Importação e Exportação LTDA, e, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a decisão da pregoeira.
Publique-se.
Campo Grande-MS, 28 de dezembro de 2012.

José Cesário dos Santos Filho
Sec. Esp. e Superintendente de Licitação

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

Aviso de Revogação do Pregão Eletrônico n. 090/2012

A Secretaria de Estado de Saúde, no uso de suas atribuições legais e considerando que não constou da especificação do equipamento a ser adquirido, característica imprescindível, a utilização do mesmo nas ações propostas, observado a manifestação de aceite da empresa nos autos 27/002127/2012.

R E S O L V E:
REVOGAR, com base no art. 49 da Lei 8.666/93, o Pregão Eletrônico n. 090/2012, realizado para aquisição de materiais permanente para a Coordenadoria de Controle de Vetores/SES/MS.
Campo Grande, 28 de dezembro de 2012.

Beatriz Figueiredo Dobashi
Secretaria de Estado de Saúde

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

DESPACHO DO SENHOR ORDENADOR DE DESPESAS:
Autorizo a despesa e dispensa de licitação, conforme Parecer Jurídico nº 1587/2012/ ASSEJUR/SEJUSP/MS, referente ao processo abaixo relacionado, nos termos do Art. 24, Inciso X, da Lei (Federal) nº 8.666/93 atualizada pelas Leis nºs 9.032/95 e 9.648/98.
OBJETO: Despesa com locação de imóvel destinado às instalações da 3ª Companhia e Pelotão Tático do 1º Batalhão de Policia Militar em Campo Grande/MS, (3º Termo Aditivo).

PROCESSO Nº	FAVORECIDO	VALOR GLOBAL R$
31/300.556/2011	NELSON BENEDITO CONSULTORIA IMOBILIÁRIA LTDA.	38.400,00

Campo Grande-MS, 21 de dezembro de 2012.

LUIZ SERAFIM DIAS
Ordenador de Despesas

R A T I F I C O.

WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 055/2012-SEJUSP
PROCESSO Nº 31/501.873/2012
Objeto: Aquisição de Equipamentos de mergulho e de combate a Incêndio.
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA – SEJUSP/MS homologa o resultado do Pregão Eletrônico nº 055/2012, que adjudicou às Empresas: **OLIVEIRA E SANCHES LTDA –** CNPJ nº 05.308.353/0001-77, para os lotes 09 e 10, no valor total de R$ 10.225,65**; TOTAL FIRE COM. DE MAT. DE SEG. LTDA - EPP,** CNPJ Nº 08.467.317/0001-44, para os Lotes 02 e 07, no valor total de R$ 8.100,00; **e MULTSTOCK LTDA-EPP**, CNPJ Nº 26.314.690/0001-47, para o Lote 08, no valor total de R$ 5.000,00.
Fracassado: Lote 01.
Deserto: Lotes 03,04,05 e 06.
Fundamento Legal: Lei Federal nº 10.520/2002, Decretos Estaduais nº 11.676/2004 e 11.818/2005 e subsidiariamente pela Lei Federal n° 8.666/93 e suas alterações.
Campo Grande-MS, 26 de dezembro de 2012.
WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

AGÊNCIA ESTADUAL DE GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO
PROCESSO Nº.: 19/101.073/2012
Pregão N°: 006/2012 - SAD
DATA: 18/12/2012
LOCAL: Campo Grande (MS)
OBJETO: LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA COM SOFTWARES RELACIONADOS A IMPRESSÃO E PLOTAGEM COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E ASSISTÊNCIA TÉCNICA, DESTINADO À ATENDER A AGESUL/SEOP
VENCEDORA: H2L EQUIPAMENTOS E SISTEMAS LTDA
VALOR: R$ 672.252,00 (seiscentos e setenta e dois mil duzentos e cinqüenta e dois reais)
PRAZO DE EXECUÇÃO: 12 Meses consecutivos
RATIFICO a adjudicação emitida pelo Pregoeiro responsável pela licitação, momento que HOMOLOGO todo o procedimento.
Campo Grande (MS), 28 de Dezembro de 2012.

Wilson Cabral Tavares
Diretor-Presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos

AVISO DE LANÇAMENTO DE LICITAÇÃO

A **AGÊNCIA ESTADUAL DE GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS - AGESUL,** através da Coordenadoria de Licitações de Obras, comunica aos interessados que, conforme autorizado pelo seu Diretor Presidente, fará realizar a licitação, do tipo MENOR PREÇO, nos termos da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações em vigor.

CONVITE **nº: 194/2012-CLO/AGESUL**
Processo nº: 21/500.740/2012
Objeto: CONSTRUÇÃO DO PRÉDIO PARA INSTALAÇÃO DO LABORATÓRIO DE ENTOMOLOGIA, NO MUNICÍPIO DE ANASTÁCIO/MS.
Abertura: Dez de janeiro de dois mil e treze, às 09:00 hs, Av. Desembargador José Nunes da Cunha, s/n, Bloco 14, Parque dos Poderes - Campo Grande-MS, onde, também estará disponível o edital e seus anexos.
Campo Grande (MS), 28 de dezembro de 2012.

LUIZ CÂNDIDO ESCOBAR
Coordenadoria de Licitação de Obras

A **AGÊNCIA ESTADUAL DE GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS - AGESUL,** através da Coordenadoria de Licitações de Obras, comunica aos interessados que, conforme autorizado pelo seu Diretor Presidente, fará realizar a licitação, do tipo MENOR PREÇO, nos termos da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações em vigor.

Tomada de Preços **nº: 115/2012 - CLO/AGESUL**
Processo: 19/102.010/2012
Objeto:
AMPLIAÇÃO DO PATIO DE VISTORIA DO DETRAN, NO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE – MS.
Abertura: Vinte e um de janeiro de dois mil e treze, às 9:00 hs, Av. Desembargador José Nunes da Cunha, s/n, Bloco 14, Parque dos Poderes - Campo Grande-MS, onde, também estará disponível o edital e seus anexos.
Campo Grande (MS), 28 de dezembro de 2012.

LUIZ CÂNDIDO ESCOBAR
Coordenadoria de Licitação de Obras

ANEXO I - AVISO DE LICITAÇÃO - BENS
BRASIL
PROGRAMA DE TRANSPORTES E DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL – PDE/MS
Projeto Rodoviário do Estado de Mato Grosso do Sul
Data: 28/12/2012
ACORDO DE EMPRÉSTIMO Nº. LN 7872 - BR
Edital Nº NCB/027/2012 – CLO/AGESUL

1. O Estado de Mato Grosso do Sul recebeu um empréstimo do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD visando cobrir os custos do Programa de

Transportes e de Desenvolvimento Sustentável do Estado de Mato Grosso do Sul - PDE/MS e pretende aplicar parte dos recursos deste empréstimo para pagamentos elegíveis sob o contrato da aquisição de bens, no âmbito do ***Projeto Rodoviário do Estado de Mato Grosso do Sul***, a ser desenvolvido entre o Estado e o Banco Mundial. O programa compreende: a) pavimentação e reabilitação de rodovias estaduais e, b) fortalecimento institucional.

2. A AGESUL, como agente implementador, solicita propostas fechadas de licitantes elegíveis para fornecimento de bens, de acordo com o quadro a seguir e descritos nas Especificações Técnicas (Anexo VIII do Edital). Os licitantes poderão apresentar proposta para um ou mais lotes.

LOTE	ESPECIFICAÇÃO	UN.	PRAZO DE ENTREGA	PROCESSO N.º
1	Microcomputador Tipo 1	140	60 dias corridos	19/102.155/2012
	Microcomputador Tipo 2	110		
2	Nobreak Tipo 1	50		
	Nobreak Tipo 2	10		
3	Computador Servidor de rede Six-Core Bi-Processador	10		

3. A licitação será conduzida através dos procedimentos de concorrência nacional especificados nas Diretrizes do Banco Mundial: Licitação sob Empréstimos do BIRD e Créditos da IDA, de Maio de 2004 e revisada em Outubro de 2006, estando disponível a todos os licitantes de países fontes elegíveis como definido nas Diretrizes.

4. Licitantes elegíveis interessados poderão obter maiores informações na AGESUL e inspecionar o edital no endereço indicado abaixo, de segunda a sexta-feira, das 8:00 às 13:30 horas (horário local de Campo Grande).

5. Um conjunto completo dos documentos em Português que compõem o edital pode ser adquirido pelos licitantes interessados, mediante a apresentação de uma solicitação escrita para o endereço abaixo, e pagamento de uma taxa não reembolsável de R$ 50,00 (cinquenta reais) ou na moeda livremente conversível. O método de pagamento pode ser a transferência do valor acima para a conta citada abaixo, e encaminhado à AGESUL cópia da ordem de pagamento. Com esse documento a AGESUL irá identificar na conta a efetivação do depósito bancário e a identificação da receita. Após isso, o edital será enviado por correio comum para entrega dentro do Brasil. Havendo interesse o conjunto de documentos poderá ser retirado no endereço ao final deste documento, depois de apresentar a cópia da ordem de pagamento na conta bancária a seguir identificada.

Conta: Banco do Brasil
Código do Banco: 001
Agência: 2576 - 3
Conta Corrente: 600032-0
Nome: **AGESUL**

6. As propostas deverão ser entregues no endereço abaixo, até às 09:00 horas do dia 14/02/2013. As propostas atrasadas serão rejeitadas. As propostas serão abertas na presença dos representantes dos licitantes que decidirem estar presentes, no endereço abaixo, às 09:00 horas do dia 14/02/2013..

Agencia Estadual de Gestão de Empreendimentos de Mato Grosso do Sul - AGESUL
Atenção: Coordenadoria de Licitação de Obras - CLO
Endereço: Av. Desembargador Nunes da Cunha s/nº, Bloco 14, Parque dos Poderes
CEP: 79031-310 Cidade: Campo Grande Estado: Mato Grosso do Sul
País: BRASIL
Telefone:(67) 3318.5500 Fax:(67) 3318.5490 email: licitacao.pde@agesul.ms.gov.br

7. Os Bens devem ser entregues no Destino Final, conforme descrito no Anexo III - Dados do Contrato e no Anexo IV - Escopo do Fornecimento.

LUIZ CÂNDIDO ESCOBAR
Coordenadoria de Licitação de Obras

AGÊNCIA ESTADUAL DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL E VEGETAL

DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS

1. HOMOLOGO o resultado do Pregão Eletrônico nº 028/2012 - IAGRO, objetivando a aquisição de CONDICIONADORES DE AR, para as seguintes empresas: **COMERCIAL ISOTOTAL LTDA - ME**, para o lote 001, no valor total de R$ 31.059,90 (trinta e um mil e cinquenta e nove reais e noventa centavos), e **COMERCIAL ISOTOTAL LTDA – ME** para o lote 002 no valor total de R$23.994,90(vinte três mil novecentos e noventa e quatro reais e noventa centavos), **L&A ELETRÔNICOS COMERCIAL LTDA – ME,** para o lote 003 no valor total de R$17.989,92(dezessete mil novecentos e oitenta e nove reais e noventa e dois centavos), **L&A ELETRÔNICOS COMERCIAL LTDA – ME** para o lote 005 no valor total de R$41.415,00 (quarenta e um mil quatrocentos e quinze reais), **Lote 004 Fracassado**, conforme resultado publicado no Diário Oficial nº 8.339, de 21 de dezembro de 2012 e, nos temos da Lei nº 8.666/93 (Processo nº21/201.588/2012). Campo Grande, 27 de dezembro de 2012.

Maria Cristina Galvão Rosa Carrijo
Diretora-Presidente

BOLETIM DE PESSOAL

ATOS DO GOVERNADOR

DECRETO "P" n. 5.234, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2012.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve:

EXONERAR MARIA GRACIA LOPES do cargo em comissão de Gestão Intermediária e Assistência, símbolo DGA-6, na Secretaria de Estado de Governo, reconduzindo-a, se for o caso, ao respectivo cargo efetivo do Quadro Permanente de Pessoal do Estado de Mato Grosso do Sul, com efeito a partir de 31 de dezembro de 2012.

CAMPO GRANDE-MS, 21 DE DEZEMBRO DE 2012.

ANDRÉ PUCCINELLI
Governador do Estado

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

RESOLUÇÃO/SEFAZ "P" N. 072 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2012.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE FAZENDA, no uso de suas atribuições legais, resolve:

DISPENSAR JOSÉ JOGLEMIR PEREIRA, prontuário n. 1170991, ocupante do cargo de Agente Tributário Estadual, classe E, referência 449, código 3257, do Quadro Permanente do Estado de Mato Grosso do Sul, da função de confiança de chefe de Agência Fazendária, da Agência Fazendária de Glória de Dourados/UCAF/CAAT/SAT, símbolo TAF-CHA1, com validade a contar de 19 de dezembro de 2012, em virtude de seu falecimento.

DESIGNAR CEILA DUEK SOUZA, prontuário n. 8165581, ocupante do cargo de Agente Tributário Estadual, classe B, referência 436, código 3262, do Quadro Permanente do Estado de Mato Grosso do Sul, chefe da Agência Fazendária de Vicentina/UCAF/CAAT/SAT, para responder, cumulativamente, pelo expediente da Agência Fazendária de Glória de Dourados/UCAF/CAAT/SAT, em virtude da dispensa de José Joglemir Pereira, com validade a contar de 19 de dezembro de 2012.

CAMPO GRANDE-MS, 26 de dezembro de 2012.

JADER RIEFFE JULIANELLI AFONSO
Secretário de Estado de Fazenda

RESOLUÇÃO/SEFAZ "P" N. 73 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE FAZENDA, no uso das atribuições legais, resolve:

CONCEDER aos servidores abaixo relacionados, pertencentes ao Quadro Permanente do Estado de Mato Grosso do Sul, o Adicional por Tempo de Serviço, de que trata o artigo 111, da Lei n. 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pelo art. 4º da Lei n. 2.157, de 26 de outubro de 2000.

NOME PRONTUÁRIO	**CARGO CÓDIGO PROCESSO**	**QUINQUÊNIO AQUISITIVO**	**PERCENTUAL TEMPO SERV. A PARTIR DE**
ADALTO JOSÉ MANZANO 650439 1	FR D 543 – 3234 11/082016/2002	07.12.2007 A 04.12.2012	MAIS 5% 20 ANOS 05.12.2012
ADILEU PIMENTA JUNIOR 650455 1	FR D 543 – 3234 11/003050/2004	07.12.2007 A 04.12.2012	MAIS 5% 20 ANOS 05.12.2012
ANDERSON GOMES DE SOUZA 878723 1	ANAL.FAZ. B – 20058 11/005334/2008	18.12.2007 A 16.12.2012	MAIS 5% 10 ANOS 17.12.2012
ELSON QUINTEIRO DE ALMEIDA 650579 1	FR D 543 – 3234 11/042061/2003	07.12.2007 A 04.12.2012	MAIS 5% 20 ANOS 05.12.2012
JOÃO LEMES PEREIRA 650633 1	FR D 543 – 3234 11/079704/2002	07.12.2007 A 04.12.2012	MAIS 5% 20 ANOS 05.12.2012
LUIS TOSHIAKI SHIMIZU 650684 1	FR D 543 – 3234 11/079705/2002	07.12.2007 A 04.12.2012	MAIS 5% 20 ANOS 05.12.2012
MARELICE VOLPATO SIMÕES 817627 1	ATE B 436 – 3262 11/061464/2007	06.12.2007 A 03.12.2012	MAIS 5% 10 ANOS 04.12.2012
MÁRIO MÁRCIO FERREIRA DA SILVA 650692 1	FR D 543 – 3234 11/011038/2003	07.12.2007 A 04.12.2012	MAIS 5% 20 ANOS 05.12.2012
MÁRIO ROBERTO FERREIRA DA SILVA 650706 1	FR D 543 – 3234 11/082166/2002	07.12.2007 A 04.12.2012	MAIS 5% 20 ANOS 05.12.2012
MIGUEL ANTONIO MARCON 650714 1	FR D 543 – 3234 11/062860/2005	07.12.2007 A 04.12.2012	MAIS 5% 20 ANOS 05.12.2012
RICARDO PIERA COLL 650773 1	FR D 543 – 3234 11/011139/2003	25.12.2007 A 22.12.2012	MAIS 5% 20 ANOS 23.12.2012
RITA DE CÁSSIA LUBE MELO 650781 1	FR D 543 – 3234 11/045226/2003	07.12.2007 A 04.12.2012	MAIS 5% 20 ANOS 05.12.2012
ROBERTO VICENTE PESTANA 650790 1	FR D 543 – 3234 11/081918/2002	07.12.2007 A 04.12.2012	MAIS 5% 20 ANOS 05.12.2012
RONALDO DA SILVA JORGE 650803 1	FR D 543 – 3234 11/009059/2003	07.12.2007 A 04.12.2012	MAIS 5% 20 ANOS 05.12.2012
WANDERLEY BEN HUR DA SILVA 650854 1	FR D 543 – 3234 11/083755/2005	01.01.2008 A 29.12.2012	MAIS 5% 20 ANOS 30.12.2012
WILMAR CARRILHO DA SILVA 481041 1	ATE E 448 – 3256 11/082087/2002	05.12.2007 A 02.12.2012	MAIS 5% 30 ANOS 03.12.2012

CAMPO GRANDE-MS, 27 de dezembro de 2012.

JADER RIEFFE JULIANELLI AFONSO
Secretário de Estado de Fazenda

PORTARIA/CAF/SEFAZ "P" n. 181 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2012.

O COORDENADOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, da Secretaria de Estado de Fazenda, no uso das atribuições que lhe confere a Resolução/SEFAZ "P" n. 029 de 30 de março de 2010, resolve:

DESIGNAR VAGNER RIBEIRO, prontuário n. 4654961, ocupante do cargo de Agente Tributário Estadual, classe E, referência 448, código 3256, do Quadro Permanente do Estado de Mato Grosso do Sul, para prestar serviços na Agência Fazendária de Campo Grande/CAAT/SAT, com validade a contar de 13 de dezembro de 2012.

CAMPO GRANDE-MS, 20 de dezembro de 2012.

GILSANO COSTA
Coordenador de Administração e Finanças

PORTARIA/CAF/SEFAZ "P" n. 182 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2012.

O COORDENADOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, da Secretaria de Estado de Fazenda, no uso das atribuições que lhe confere a Resolução/SEFAZ "P" n. 029 de 30 de março de 2010, resolve:

REMANEJAR DEMILSON DE SANTI, prontuário n.7836761, ocupante do cargo de Agente Tributário Estadual, classe B, referência 437, código 3263, do Quadro Permanente do Estado de Mato Grosso do Sul, da Agência Fazendária de Paranaíba/UCAF/CAAT/SAT, para a Gestoria de Fiscalização de Trânsito Norte/COFIMT/SAT, com validade a partir de 1º de janeiro de 2013.

DESIGNAR REINALDO CELSO GUIMARÃES MOREIRA, prontuário n. 8176351, ocupante do cargo de Agente Tributário Estadual, classe B, referência 436, código 3262, do Quadro Permanente do Estado de Mato Grosso do Sul, para responder, pelo expediente da Agência Fazendária de Costa Rica/UCAF/CAAT/SAT, no período de 02 a 16 de janeiro de 2013, em virtude do afastamento do titular, Roberto Florentino Marinho, para gozo de férias regulamentares.

DESIGNAR MARLENE FERNANDES DA CRUZ, prontuário n. 8170151, ocupante do cargo de Agente Tributário Estadual, classe B, referência 436, código 3262, do Quadro Permanente do Estado de Mato Grosso do Sul, para responder pelo expediente da Agência Fazendária de Terenos/UCAF/CAAT/SAT, no período de 07 de janeiro de 2013 a 05 de fevereiro de 2013, em virtude do afastamento do titular, José Pereira Filho, para gozo de férias regulamentares.

DESIGNAR MARCELO DE ANDRADE ARRUDA, prontuário n. 8142291, ocupante do cargo de Agente Tributário Estadual, classe B, referência 436, código 3262, do Quadro Permanente do Estado de Mato Grosso do Sul, para responder pelo expediente da Agência Fazendária de Bonito/UCAF/CAAT/SAT, no período de 07 de janeiro de 2013 a 05 de fevereiro de 2013, em virtude do afastamento da titular, Sonia Regina Kakazu, para gozo de férias regulamentares.

DESIGNAR MARCELO DE ANDRADE ARRUDA, prontuário n. 8142291, ocupante do cargo de Agente Tributário Estadual, classe B, referência 436, código 3262, do Quadro Permanente do Estado de Mato Grosso do Sul, para responder, cumulativamente, pelo expediente da Agência Fazendária de Guia Lopes da Laguna/UCAF/CAAT/SAT, no período de 07 de janeiro de 2013 a 05 de fevereiro de 2013, em virtude do afastamento do titular, Arnaldo Cavalcante de Matos, para gozo de férias regulamentares.

DESIGNAR ARISTIDES CRISTALDO COLMAN, prontuário n. 26204-1, ocupante do cargo de Agente Tributário Estadual, classe E, referência 449, código 3257, do Quadro Permanente do Estado de Mato Grosso do Sul, chefe da Agência Fazendária de São Gabriel do Oeste/UCAF/CAAT/SAT, para responder cumulativamente, pelo expediente da Agência Fazendária de Rio Negro/UCAF/CAAT/SAT, no período de 02 a 31 de janeiro de 2013, em virtude do afastamento do titular, Ramão Moraes Viana, para gozo de férias regulamentares.

DESIGNAR OSMAR JAIME, prontuário n. 1985441, ocupante do cargo de Agente Tributário Estadual, classe E, referência 449, código 3257, do Quadro Permanente do Estado de Mato Grosso do Sul, chefe da Agência Fazendária de Bodoquena/UCAF/CAAT/SAT, para responder cumulativamente, pelo expediente da Agência Fazendária de Miranda/UCAF/CAAT/SAT, no período de 02 a 31 de janeiro de 2013, em virtude do afastamento do titular, Gildson de Souza Monteiro, para gozo de férias regulamentares.

CAMPO GRANDE-MS, 21 de dezembro de 2012.

GILSANO COSTA
Coordenador de Administração e Finanças

PORTARIA/CAF/SEFAZ "P" n. 183 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2012.

O COORDENADOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, da Secretaria de Estado de Fazenda, no uso das atribuições que lhe confere a Resolução/SEFAZ "P" n. 029 de 30 de março de 2010, resolve:

DESIGNAR ANDRÉ GUENZO NAGIMA, prontuário n. 3251121, ocupante do cargo de Agente Tributário Estadual, classe E, referência 449, código 3257, do Quadro Permanente do Estado de Mato Grosso do Sul, chefe da Agência Fazendária de Caarapó/UCAF/CAAT/SAT, para responder, cumulativamente, pelo expediente da Agência Fazendária de Juti/UCAF/CAAT/SAT, no período de 07 de janeiro de 2013 a 05 de fevereiro de 2013, em virtude do afastamento do titular, Elizeu Palma de Farias, para gozo de férias regulamentares.

DESIGNAR JULIO SETSUO MORIYA, prontuário n. 3281031, ocupante do cargo de Agente Tributário Estadual, classe E, referência 449, código 3257, do Quadro Permanente do Estado de Mato Grosso do Sul, chefe da Agência Fazendária de Selvíria/UCAF/CAAT/SAT, para responder, cumulativamente, pelo expediente da Agência Fazendária de Aparecida do Taboado/UCAF/CAAT/SAT, no período de 02 a 31 de janeiro de 2013, em virtude do afastamento da titular, Linley Boracini Kawahara, para gozo de férias regulamentares.

DESIGNAR EVANDRO LUIZ PEREIRA, prontuário n. 4665301, ocupante do cargo de Agente Tributário Estadual, classe D, referência 445, código 3252, do Quadro Permanente do Estado de Mato Grosso do Sul, chefe da Agência Fazendária de Pedro Gomes/UCAF/CAAT/SAT, para responder, cumulativamente, pelo expediente da Agência Fazendária de Sonora/UCAF/CAAT/SAT, no período de 02 a 31 de janeiro de 2013, em virtude do afastamento do titular, Sérgio Lino Pereira, para gozo de férias regulamentares.

DESIGNAR JOSÉ FELIPE DE ALMADA, prontuário n. 8171711, ocupante do cargo de Agente Tributário Estadual, classe B, referência 436, código 3262, do Quadro Permanente do Estado de Mato Grosso do Sul, para responder pelo expediente da Agência Fazendária de Itaquiraí/UCAF/CAAT/SAT, no período de 07 de janeiro de 2013 a 05 de fevereiro de 2013, em virtude do afastamento do titular, Donizetti Lopes Neto, para gozo de férias regulamentares.

DESIGNAR JOSÉ ELMAR DE OLIVEIRA, prontuário n. 8175891, ocupante do cargo de Agente Tributário Estadual, classe B, referência 436, código 3262, do Quadro Permanente do Estado de Mato Grosso do Sul, chefe da Agência Fazendária de Douradina/UCAF/CAAT/SAT, para responder, cumulativamente, pelo expediente da Agência Fazendária de Rio Brilhante/UCAF/CAAT/SAT, no período de 02 a 16 de janeiro de 2013, em virtude do afastamento do titular, Everson Leite Cordeiro, para gozo de férias regulamentares.

DESIGNAR FATIMA DORACY FERREIRA PRADO, prontuário n. 325430-1, ocupante do cargo de Agente Tributário Estadual, classe E, referência 449, código 3257, do Quadro Permanente do Estado de Mato Grosso do Sul, para responder pelo expediente da Agência Fazendária de Fátima do Sul/UCAF/CAAT/SAT, no período de 02 a 16 de janeiro de 2013, em virtude do afastamento do titular, Gilda Sorgi Ravazzi Oliveira, para gozo de férias regulamentares.

DESIGNAR SILVIO CARLOS VIDAL, prontuário n. 2210901, ocupante do cargo de Agente Tributário Estadual, classe E, referência 449, código 3257, do Quadro Permanente do Estado de Mato Grosso do Sul, chefe da Agência Fazendária de Amambai/UCAF/CAAT/SAT, para responder, cumulativamente, pelo expediente da Agência Fazendária de Coronel Sapucaia/UCAF/CAAT/SAT, no período de 02 a 31 de janeiro de 2013, em virtude do afastamento do titular, João Lucas dos Santos, para gozo de férias regulamentares.

CAMPO GRANDE-MS, 20 de dezembro de 2012.

GILSANO COSTA
Coordenador de Administração e Finanças

PORTARIA/CAF/SEFAZ "P" n. 184 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2012.

O COORDENADOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, da Secretaria de Estado de Fazenda, no uso das atribuições que lhe confere a Resolução/SEFAZ "P" n. 029 de 30 de março de 2010, resolve:

DESIGNAR MARIVALDO COSTA RIBEIRO, prontuário n. 4650621, ocupante do cargo de Agente Tributário Estadual, classe E, referência 448, código 3256, do Quadro Permanente do Estado de Mato Grosso do Sul, chefe da Agência Fazendária de Cassilândia/UCAF/CAAT/SAT, para responder, cumulativamente, pelo expediente da Agência Fazendária de Paranaiba/UCAF/CAAT/SAT, no período de 02 a 31 de janeiro de 2013, em virtude do afastamento do titular, Carlos Alberto do Carmo, para gozo de férias regulamentares.

DESIGNAR OMAR JOAN HUBNER, prontuário n. 1966061, ocupante do cargo de Agente Tributário Estadual, classe E, referência 449, código 3257, do Quadro Permanente do Estado de Mato Grosso do Sul, chefe da Agência Fazendária de Novo Horizonte do Sul/UCAF/CAAT/SAT, para responder, cumulativamente, pelo expediente da Agência Fazendária de Japorã/UCAF/CAAT/SAT, no período de 02 a 31 de janeiro de 2013, em virtude do afastamento da titular, Rosangela de Fátima Gonçalves Ransolin, para gozo de férias regulamentares.

DESIGNAR ZILMA MARCIA OYERA BONILHA, prontuário n. 2438921, ocupante do cargo de Agente Tributário Estadual, classe E, referência 449, código 3257, do Quadro Permanente do Estado de Mato Grosso do Sul, chefe da Agência Fazendária de Dourados/UCAF/CAAT/SAT, para responder, cumulativamente, pelo expediente da Agência Fazendária de Itaporã/UCAF/CAAT/SAT, no período de 02 a 31 de janeiro de 2013, em virtude do afastamento do titular, Aureno Cordeiro Júnior, para gozo de férias regulamentares.

DESIGNAR CÍCERO DE ARAÚJO CRUZ, prontuário n. 3308171, ocupante do cargo de Agente Tributário Estadual, classe E, referência 449, código 3257, do Quadro Permanente do Estado de Mato Grosso do Sul, chefe da Agência Fazendária de Sete Quedas/UCAF/CAAT/SAT, para responder, cumulativamente, pelo expediente da Agência Fazendária de Tacuru/UCAF/CAAT/SAT, no período de 02 a 31 de janeiro de 2013, em virtude do afastamento do titular, João Batista Queiroz Neto, para gozo de férias regulamentares.

DESIGNAR CÍCERO DE ARAÚJO CRUZ, prontuário n. 3308171, ocupante do cargo de Agente Tributário Estadual, classe E, referência 449, código 3257, do Quadro Permanente do Estado de Mato Grosso do Sul, chefe da Agência Fazendária de Sete Quedas/UCAF/CAAT/SAT, para responder, cumulativamente, pelo expediente da Agência Fazendária de Paranhos/UCAF/CAAT/SAT, no período de 02 a 31 de janeiro de 2013, em virtude do afastamento do titular, João Batista Queiroz Neto, para gozo de férias regulamentares.

DESIGNAR OTÁVIO GONÇALVES DA SILVA, prontuário n. 3284641, ocupante do cargo de Agente Tributário Estadual, classe E, referência 449, código 3257, do Quadro Permanente do Estado de Mato Grosso do Sul, chefe da Agência Fazendária de Rochedo/UCAF/CAAT/SAT, para responder, cumulativamente, pelo expediente da Agência Fazendária de Ribas do Rio Pardo/UCAF/CAAT/SAT, no período de 02 a 16 de janeiro de 2013, em virtude do afastamento do titular, Hesio José da Silva, para gozo de férias regulamentares.

CAMPO GRANDE-MS, 21 de dezembro de 2012.

GILSANO COSTA
Coordenador de Administração e Finanças

PORTARIA/CAF/SEFAZ "P" n. 185 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2012.

O COORDENADOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, da Secretaria de Estado de Fazenda, no uso das atribuições que lhe confere a Resolução/SEFAZ "P" n. 029 de 30 de março de 2010, resolve:

DESIGNAR OTÁVIO GONÇALVES DA SILVA, prontuário n. 3284641, ocupante do cargo de Agente Tributário Estadual, classe E, referência 449, código 3257, do Quadro Permanente do Estado de Mato Grosso do Sul, chefe da Agência Fazendária de Rochedo/UCAF/CAAT/SAT, para responder, cumulativamente, para responder pelo expediente da Agência Fazendária de Corguinho/UCAF/CAAT/SAT, no período de 02 a 31 de janeiro de 2013, em virtude do afastamento do titular, Ramão Moraes Viana, para gozo de férias regulamentares.

DESIGNAR SUZANA MOTTA SISCAR, prontuário n. 8151441, ocupante do cargo de Agente Tributário Estadual, classe B, referência 436, código 3262, do Quadro Permanente do Estado de Mato Grosso do Sul, chefe da Agência Fazendária de Camapuã/UCAF/CAAT/SAT, para responder, cumulativamente, pelo expediente da Agência Fazendária de Figueirão/UCAF/CAAT/SAT, no período de 07 de janeiro de 2013 a 05 de fevereiro de 2013, em virtude do afastamento do titular, Antonino Gauto Rios, para gozo de férias regulamentares.

DESIGNAR PEDRO PAULO IBANHES, prontuário n. 2029321, ocupante do cargo de Agente Tributário Estadual, classe E, referência 449, código 3257, do Quadro Permanente do Estado de Mato Grosso do Sul, chefe da Agência Fazendária de Bela Vista/UCAF/CAAT/SAT, para responder, cumulativamente, pelo expediente da Agência Fazendária de Antônio João/UCAF/CAAT/SAT, no período de 07 de janeiro de 2013 a 05 de fevereiro de 2013, em virtude do afastamento do titular, Wilson Mario Gonçalves, para gozo de férias regulamentares.

DESIGNAR ANTONIO CARLOS DE SOUZA BELCHIOR, prontuário n. 3275901, ocupante do cargo de Agente Tributário Estadual, classe E, referência 449, código 3257, do Quadro Permanente do Estado de Mato Grosso do Sul, chefe da Agência Fazendária de Inocência/UCAF/CAAT/SAT, para responder, cumulativamente, pelo expediente da Agência Fazendária de Água Clara/UCAF/CAAT/SAT, no período de 07 a 21 de janeiro de 2013, em virtude do afastamento do titular, Clauber Araújo de Aguiar, para gozo de férias regulamentares.

DESIGNAR JOÃO MOURÃO, prontuário n. 1104341, ocupante do cargo de Agente Tributário Estadual, classe E, referência 449, código 3257, do Quadro Permanente do Estado de Mato Grosso do Sul, chefe da Agência Fazendária de Taquarussu/UCAF/CAAT/SAT, para responder, cumulativamente, pelo expediente da Agência Fazendária de Anaurilândia/UCAF/CAAT/SAT, no período de 03 de janeiro de 2013 a 1º de fevereiro de 2013, em virtude do afastamento do titular, Marcos Zaia, para gozo de férias regulamentares.

CAMPO GRANDE-MS, 21 de dezembro de 2012.

GILSANO COSTA
Coordenador de Administração e Finanças

PORTARIA/CAF/SEFAZ "P" n. 187 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2012.

O COORDENADOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, da Secretaria de Estado de Fazenda, no uso das atribuições que lhe confere a Resolução/SEFAZ "P" n. 029 de 30 de março de 2010, resolve:

CONSIDERAR apto para o retorno ao trabalho o servidor PAULO SERGIO SCAPULATEMPO DA ROSA, prontuário n. 8118661, ocupante do cargo de Agente Tributário Estadual, classe B, referência 436, código 3262, pertencente ao Quadro Permanente do Estado de Mato Grosso do Sul, com fulcro no artigo 142, da Lei n. 1102, de 10 de outubro de 1990, com validade a partir de 1º de janeiro de 2013. (Processo n. 11/047401/2012).

CAMPO GRANDE-MS, 26 de dezembro de 2012.

GILSANO COSTA
Coordenador de Administração e Finanças

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL n. 127/2012

A SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO E A SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, tornam pública a relação nominal, com as retificações processadas após a análise dos recursos interpostos pelos servidores da Carreira Segurança Patrimonial, pertencentes ao Quadro Permanente de Pessoal do Estado de Mato Grosso do Sul, de que trata o Edital n. 114/2012, de 2 de outubro de 2012, publicado no Diário Oficial n. 8.290, de 5 de outubro de 2012, com respectivo tempo de serviço, computados até 31/12/2011, pontuação da avaliação de desempenho e nível de escolaridade, para efeito de progressão funcional, conforme constante no anexo único deste Edital, com fulcro no art. 31 da Lei n. 3.093, de 1º de novembro de 2005 (Processo n. 47/000457/2012).

CAMPO GRANDE-MS, 21 DE DEZEMBRO DE 2012.

THIE HIGUCHI VIEGAS DOS SANTOS
Secretária de Estado de Administração

EVELYSE FERREIRA CRUZ OYADOMARI
Secretária de Estado de Gestão de Recursos Humanos

ANEXO ÚNICO AO EDITAL n. 127/2012

Prontuário n.	Servidor	Admissão	Dias de Exercício na Carreira	Dias Líquidos de Exercício na Classe	Pontuação na Avaliação de Desempenho	Escolaridade
15150631	Ailton Carrilho da Silva Júnior	19/11/2001	3.695	1.645	95%	Ensino Superior
36877911	Amancio Epifanio Barbosa Filho	1º/7/1998	4.932	1.635	89%	Ensino Médio
15152841	Ari Ferreira Marques	19/11/2001	3.695	1.645	95%	Ensino Médio
15158531	Carlos Eduardo dos Santos Silva	19/11/2001	3.695	1.645	93%	Ensino Superior
15151601	Celio Lopes dos Santos	19/11/2001	3.695	1.645	91%	Ensino Superior
15155941	Celso Deleclodi Marques	19/11/2001	3.695	1.645	77%	Ensino Médio
15152331	Cicero Jose Ribeiro	19/11/2001	3.695	1.645	82%	Ensino Superior
15150981	Elizeu Angelo Gonzales Villalba	19/11/2001	3.695	1.624	90%	Ensino Superior
15152251	Enilda de Souza Vieira de Paula	19/11/2001	3.695	1.645	95%	Superior Incompleto
15156751	Evandro Candido Moreira	19/11/2001	3.695	1.645	95%	Ensino Superior
15149541	Fernando Augusto Guimaraes de Souza	19/11/2001	3.695	1.645	90%	Ensino Superior
36877671	Grinoaldo Moreira Silva	1º/12/1995	5.874	1.645	84%	Ensino Médio
15150471	Hilton Cezar Nogueira Lemos	19/11/2001	3.673	1.633	90%	Ensino Superior
15158021	Israel Barbosa Dias	19/11/2001	3.695	1.645	95%	Ensino Médio
15153301	Jaime Azevedo dos Passos	19/11/2001	3.695	1.645	84%	Ensino Médio
15161671	Julio Cesar Alves Vital	25/6/1998	4.938	1.645	84%	Ensino Médio
15158101	Julio Santos Ribeiro	19/11/2001	3.695	1.637	90%	Ensino Médio
15156401	Kenneth Rogerio Dourados Brandao	19/11/2001	3.693	1.645	89%	Ensino Médio
15154971	Lela Araujo Lima	19/11/2001	3.695	1.641	83%	Ensino Médio
15149381	Nelson Silva Riboli	19/11/2001	3.695	1.643	80%	Ensino Superior
15150121	Romildo Marques de Farias	19/11/2001	3.695	1.645	85%	Ensino Superior
36878801	Rosalino Cristaldo	1º/7/1998	4.932	1.641	93%	Ensino Médio
15155271	Samia Mattar Carvalho	19/11/2001	3.695	1.643	93%	Ensino Médio
15155351	Valdecyr Lorensetti	19/11/2001	3.695	1.645	75%	Ensino Médio
15154461	Vanderson Matricardi	19/11/2001	3.695	1.645	90%	Ensino Superior
15150551	Wanderlei Amaral Brauna	19/11/2001	3.695	1.643	87%	Ensino Superior

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

RESOLUÇÃO "P" SES n. 347, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2012.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE SAÚDE, usando da competência que lhe foi delegada pelo inciso II, art. 1º, do Decreto n. 6.322, de 7 de janeiro de 1992, resolve:

REVOGAR, a partir de 01 de janeiro de 2013, a Resolução "P" SES n. 083, de 20 de março de 2012, publicada no Diário Oficial n. 8.157, de 22 de março de 2012, à página 77, que designou a servidora ADRIANA MAURA MASET TOBAL, prontuário 5167831, do Quadro de Pessoal do Estado de Mato Grosso do Sul, para desempenhar a função de Diretor-Geral de Assistência à Saúde.

BEATRIZ FIGUEIREDO DOBASHI
Secretária de Estado de Saúde

RESOLUÇÃO "P" SES n. 348, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2012.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE SAÚDE, usando da competência que lhe foi delegada pelo inciso II, art. 1º, do Decreto n. 6.322, de 7 de janeiro de 1992, resolve:

REVOGAR, a partir de 02 de janeiro de 2013, a Resolução "P" SES n. 161, de 07 de abril de 2010, publicada no Diário Oficial n. 7.683, de 13 de abril de 2010, à página 66, que designou as servidoras SOLANGE GLORIA DE OLIVEIRA, prontuário 7859701, e ELONI BASSO ROHDE, prontuário 7859971, ambas do Quadro de Pessoal do Estado de Mato Grosso do Sul, para desempenharem respectivamente as funções de Gerente de Atenção Especializada Ambulatorial e Coordenador Estadual de Atenção Especializada.

BEATRIZ FIGUEIREDO DOBASHI
Secretária de Estado de Saúde

RESOLUÇÃO "P" SES n. 349, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2012.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE SAÚDE, usando da competência que lhe foi delegada pelo inciso II, art. 1º, do Decreto n. 6.322, de 7 de janeiro de 1992, resolve:

REVOGAR, a partir de 02 de janeiro de 2013, a Resolução "P" SES n. 022, de 22 de janeiro de 2009, publicada no Diário Oficial n. 7.386, de 23 de janeiro de 2009, à página 26, que designou a servidora EDLENE ALVES DE ALENCAR PESSOA, prontuário 15034301, do Quadro de Pessoal do Estado de Mato Grosso do Sul, cedida da Fundação de Serviços de Saúde, para desempenhar a função de Gerente da Gerência Estadual de Urgência e Emergência do Mato Grosso do Sul.

BEATRIZ FIGUEIREDO DOBASHI
Secretária de Estado de Saúde

RESOLUÇÃO "P" SES n. 350, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2012.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE SAÚDE, usando da competência que lhe foi delegada pelo inciso II, art. 1º, do Decreto n. 6.322, de 7 de janeiro de 1992, resolve:

REVOGAR, a partir de 02 de janeiro de 2013, a Resolução "P" SES n. 085, de 21 de março de 2012, publicada no Diário Oficial n. 8.158, de 23 de março de 2012, à página 31, na parte que designou o servidor MARIO SERGIO PEREIRA IPOLITO, prontuário 7851721, do Quadro de Pessoal do Estado de Mato Grosso do Sul, para desempenhar a função de Chefe do Setor de Apoio Administrativo/SAMU-192 Estadual.

BEATRIZ FIGUEIREDO DOBASHI
Secretária de Estado de Saúde

RESOLUÇÃO "P" SES n. 351, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2012.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE SAÚDE, usando da competência que lhe foi delegada pelo inciso II, art. 1º, do Decreto n. 6.322, de 7 de janeiro de 1992, resolve:

REVOGAR, a partir de 02 de janeiro de 2013, a Resolução "P" SES n. 240, de 10 de agosto de 2012, publicada no Diário Oficial n. 8.253, de 14 de agosto de 2012, à página 19, que designou a servidora GEANI ALMEIDA, prontuário 5257661, do Quadro de Pessoal do Estado de Mato Grosso do Sul, para desempenhar a função de Gerente de Apoio Técnico da Diretoria-Geral de Atenção à Saúde/SES.

BEATRIZ FIGUEIREDO DOBASHI
Secretária de Estado de Saúde

RESOLUÇÃO "P" SES n. 352, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2012.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, resolve:

DESIGNAR a servidora **ELONI BASSO ROHDE**, prontuário n. 7859971, do Quadro de Pessoal do Estado de Mato Grosso do Sul, para desempenhar a função de Diretora-Geral de Atenção à Saúde, com validade a partir de 02 de janeiro de 2013, com fulcro no art. 5º, inciso I, do Decreto 12.613, de 02 de setembro de 2008.

BEATRIZ FIGUEIREDO DOBASHI
Secretária de Estado de Saúde

RESOLUÇÃO "P" SES n. 353, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2012.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, resolve:

DESIGNAR a servidora **SOLANGE GLORIA DE OLIVEIRA**, prontuário n. 7859701, do Quadro de Pessoal do Estado de Mato Grosso do Sul, para desempenhar a função de Coordenadora Estadual de Atenção Especializada, a partir de 02 de janeiro de 2013, com fulcro no art. 5º, inciso III, do Decreto 12.613, de 02 de setembro de 2008.

BEATRIZ FIGUEIREDO DOBASHI
Secretária de Estado de Saúde

RESOLUÇÃO "P" SES n. 354, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2012.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, resolve:

DESIGNAR os servidores, lotados na Secretaria de Estado de Saúde, para desempenharem a função de Gerente, conforme especificação no quadro abaixo, com fulcro no art. 5º, inciso IV, do Decreto 12.613, de 02 de setembro de 2008, com validade a contar de 02 de janeiro de 2013.

Prontuário	Nome	Função
9848501	CLEUZIELI MORAES DOS SANTOS	Gerente de Atenção Especializada Ambulatorial
5257661	GEANI ALMEIDA	Gerente de Ações Especializadas Estratégicas
7851721	MARIO SERGIO PEREIRA IPOLITO	Gerente de Apoio Técnico da Diretoria-Geral de Atenção à Saúde

BEATRIZ FIGUEIREDO DOBASHI
Secretária de Estado de Saúde

RESOLUÇÃO "P" SES n. 355, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2012.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, resolve:

DESIGNAR servidor **EDLENE ALVES DE ALENCAR PESSOA**, prontuário n. 15034301, cedida da Fundação de Serviços de Saúde de Mato Grosso do Sul, para desempenhar a função de Gerente do SAMU 192 Estadual, a partir de 02 de janeiro de 2013, com fulcro no art. 5º, inciso IV, do Decreto 12.613, de 02 de setembro de 2008.

BEATRIZ FIGUEIREDO DOBASHI
Secretária de Estado de Saúde

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

PORTARIA "P" 043/DP-5/DP/PMMS, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2012.

O COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições que confere o artigo 1º do Decreto n.º 1.148, de 13 de julho de 1981 c/c artigo 6º, inciso IX do Decreto nº 1.091 de 12 de junho de 1981.

R E S O L V E:

Excluir a cláusula "*Sub Judice*" dos assentamentos funcionais dos policiais abaixo relacionados, em cumprimento a decisão proferida nos autos da Apelação Cível n.2007.008417-9, informado através do **OFÍCIO/PGE/PP/N. 1.323/2012, 28 de novembro de 2012.**

1. 1º SGT PM EDEMILSON GIL – Mat. 204731-4;
2. 1º SGT PM ANTONIO MARCOS FLORES R. DE CASTRO – Mat. 204435-8;
3. 1º SGT PM MARCELINO BAEZ – Mat. 204575-3;
4. 1º SGT PM MARIA DE FÁTIMA RUZAA NUNES – Mat. 204299-1;
5. 2º SGT PM AECIO CAMARGO DE LIMA FILHO – Mat. 204412-9;
6. 2º SGT PM APARECIDO FERREIRA DA SILVA – Mat. 206087-6;
7. 2º SGT PM CARDINALE CABANHAS – Mat. 204030-1;
8. 2º SGT PM CRISTINA SOCORRO T. DE OLIVEIRA– Mat. 206584-3;
9. 2º SGT PM DEJALMA SOUZA RICALDES – Mat. 204475-7;
10. 2º SGT PM DINAMÉRICO GOMES PEREIRA– Mat. 204479-0;
11. 2º SGT PM EUGÊNIO CARLOS PASSOS– Mat. 206467-7;
12. 2º SGT PM EXPEDITO PEREIRA LIMA JUNIOR – Mat. 206994-6;
13. 2º SGT PM JERRY ANDRÉ DOS SANTOS – Mat. 207210-6;
14. 2º SGT PM JOCYNÉLIA COSTA – Mat. 204302-5;
15. 2º SGT PM JULIANA MACIEL DE LIMA – Mat. 206138-4;
16. 2º SGT PM RENILDA RODRIGUES DE ARAÚJO – Mat. 204398-0;
17. 2º SGT PM ROBERTO MESA DE SOUZA – Mat. 204633-4;
18. 2º SGT PM WALMIR RIBEIRO – Mat. 204182-0;
19. 2º SGT PM WANDELEY RAMIRES ESCOBAR– Mat. 206865-6;
20. 2º SGT PM WHANDERSON RIBEIRO DE ALMEIDA– Mat. 207271-8.

(Solução ao Processo nº 31/303108/2012/DP-5/PMMS)

CARLOS ALBERTO **DAVID** DOS SANTOS **- CORONEL QOPM**
Comandante Geral da PMMS
Mat. 200.102-0

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE MATO GROSSO DO SUL

PORTARIA "P" DETRAN Nº 773, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012

O DIRETOR PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Conceder afastamento em virtude de Licença para Tratamento de Saúde em pessoa da família do servidor, com fundamento no artigo 136 e 146, da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com nova redação dada pelo artigo 5º, da Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, conforme especificação constante no quadro. (Processo nº 31/700748/2012)

Prontuário	Nome	Cargo / Cód.	*Data*	dias	Pror.	Grau de Parentesco	Junta Médica
37002161	Antonio Carlos de Souza R. Dias	Agente de Atividades de Trânsito / 83034	17/12/2012 a 23/12/2012	07	Não	Esposa	Campo Grande

CARLOS HENRIQUE DOS SANTOS PEREIRA
Diretor Presidente

PORTARIA "P" DETRAN Nº 774, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012

O DIRETOR PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Conceder afastamento em virtude de Licença para Tratamento da Própria Saúde, ao servidor abaixo relacionado, com seu respectivo prontuário, cargo e código, lotado no Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN/MS, com fulcro no artigo 136, da Lei n.º 1.102 de 10/10/90, com redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000. (Processo nº 31/700172/2012)

Prontuário	*Nome*	*Cargo/Cód.*	*Período*	*Dias*	*Pror.*	*Junta Médica*
37011821	Hermes Villalba	Agente Condutor de Veiculo II / 83033	17/12/2012 a 15/01/2013	30	Sim	Campo Grande
37028631	Solania Jacobson Nogueira Souza	Assistente de Atividades de Trânsito / 83030	12/12/2012 a 21/12/2012	10	Não	Campo Grande

CARLOS HENRIQUE DOS SANTOS PEREIRA
Diretor Presidente

PORTARIA "P" DETRAN Nº 775, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012

O DIRETOR PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Designar o servidor **MARCELO MAXIMO**, prontuário n.º 9722581, ocupante do cargo de Assistente de Atividades de Trânsito, código 83030, classe "A", para responder pelo expediente da Agência de Trânsito de Japorã/MS, no período de 26/11/2012 a 30/11/2012, em virtude do impedimento do titular Celio Evaristo de Oliveira, prontuário nº 9871073, ocupante do cargo em comissão de Gestão e Assistência, símbolo DGA-5.

CARLOS HENRIQUE DOS SANTOS PEREIRA
Diretor Presidente

FUNDAÇÃO DO TRABALHO DE MATO GROSSO DO SUL

PORTARIA "P" / FUNTRAB N.º 36/12 de 26 de dezembro de 2012.

A Diretora-Presidente da Fundação do Trabalho de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Conceder, aos servidores relacionados no anexo único desta Portaria, Licença para Tratamento da Própria Saúde, com base no artigo 136, da Lei n.º 1.102, de 10 de outubro de 1990, alterada pelos dispositivos da Lei n.º 2.157, de 26 de outubro de 2000.

Anexo Único da Portaria "P"/FUNTRAB nº36 /26 de dezembro de 2012.

Pront.	Nome	Cargo/Classe/Nível/Código	Período	Prazo
2620991	Abadia Maria de Melo	Agente de Ações Sociais CAR/INS/A/F	30.11.12 A 29.12.12	30 dias em prorrogação
7950031	David Melgarejo	Analista de Empreendimentos Sociais CAR/INS/C/B	21.11.12 A 20.12.12	30 dias em prorrogação
6765191	Edson Jose dos Santos	Técnico de Informática SUB/MED/A/5	27.11.12 A 03.12.12	7 dias
8079741	Leila dos Santos Horta	Analista de Empreendimentos Sociais CAR/INS/C/B	10.12.12 A 24.12.12	15 dias
3438461	Maria Aparecida de Souza	Agente de Ações do Trabalho CAR/INS/A/E	06.12.12 A 20.12.12	15 dias
3549531	Maria de Fátima Pereira Ibarra	Agente de Ações do Trabalho CAR/INSA/E	20.11.12 A 03.12.12	14 dias
3549531	Maria de Fátima Pereira Ibarra	Agente de Ações do Trabalho CAR/INSA/E	04.12.12 A 02.01.13	30 dias em prorrogação
3055371	Maria Heloiza Cabrera	Analista de Empreendimentos Sociais CAR/INS/C/F	05.12.12 A 19.12.12	15 dias
5762801	Vilma Zavala de Freitas	Agente de Ações do Trabalho CAR/INS/A/E	22.11.12 A 21.12.12	30 dias

Campo Grande, 26 de dezembro de 2012.

TANIA MARA GARIB
Diretora-Presidente/FUNTRAB

INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL

Portaria "P" IMASUL N. 134, de 26 DE DEZEMBRO DE 2012.

O DIRETOR-PRESIDENTE DO INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve:

DESIGNAR o servidor **Daniel Baeta de Assis**, prontuário 15004061, ocupante do cargo de Fiscal Ambiental, lotado neste Instituto, para atuar no Plantão Fiscal, conforme estabelece o parágrafo 1º do artigo 2º do Decreto nº 13.255, de 30 de agosto de 2011, a partir do mês de janeiro de 2013.

CAMPO GRANDE-MS, 26 DE DEZEMBRO DE 2012.

SÉRGIO SEIKO YONAMINE
Diretor-Presidente do IMASUL, em substituição

MUNICIPALIDADES

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE

AVISO DE RESULTADO
PREGÃO PRESENCIAL N. 268/2012

O Município de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul, através do Pregoeiro, torna público que no evento supracitado resultou vencedora para atender ao objeto a empresa Enzo Veículos Ltda nos lotes 02, 03, 04, 05 e 07 e Kampai Motors Ltda nos lotes 01 e 06, sendo *adjudicado* e *homologado* pelo Exmo. Sr. Prefeito em 27.12.2012, conforme Parecer.
Campo Grande - MS, 28 de dezembro de 2012.

Bertholdo Figueiró Filho
Diretor Geral – CECOM

José Guilherme Justino da Silva
Pregoeiro

AVISO DE RESULTADO
PREGÃO PRESENCIAL N. 296/2012

O Município de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul, através da Pregoeira, torna público que no evento supracitado resultou vencedora para atender ao objeto a empresa **Morena Comércio e Serviço Ltda – EPP** nos lotes 01 e 02 e **G.T.R Comercial Ltda** nos lotes 03 e 04, sendo *adjudicado* pela Pregoeira e *homologado* pelo Exmo. Sr. Prefeito em 26.12.2012, conforme Parecer.
Campo Grande - MS, 28 de dezembro de 2012.

Bertholdo Figueiró Filho
Diretor Geral – CECOM

Mara Iza Arteman
Pregoeira

AVISO DE RESULTADO
TOMADA DE PREÇOS N. 087/2012

O Município de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul, através da Comissão Permanente de Licitações, torna público que no evento em epígrafe, o qual teve por objeto a "Contratação de empresa especializada para implantar a planta de valores rural, para atender a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano", foi revogado, nos termos da legislação vigente, e firmado através de Parecer devidamente aprovado pelo Exmo. Sr. Prefeito em 28.12.2012.
Campo Grande - MS, 28 de dezembro de 2012.

Bertholdo Figueiró Filho
Diretor Geral da CECOM

Mara Iza Arteman
Presidente CPL

AVISO DE RESULTADO
CONCORRÊNCIA N. 141/2012
PROCESSO N. 93.646/2012-76

O Município de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público que na Licitação em epígrafe, tendo por objeto a **Contratação de Empresa para Prestação de Serviço de Engenharia Elétrica, visando a Manutenção e Suporte para atender o Sistema de Iluminação Pública na Região Do Prosa II, no Perímetro compreendido pelas Vias: Rua Castelnuovo, Av. Alexandre Herculano, Córrego Coqueiro e Perímetro Urbano, Av. Redentor e BR 262, em Campo Grande-MS**, resultou vencedora conforme Parecer Técnico/Jurídico Conclusivo devidamente homologado e adjudicado pelo Exmo. Sr. Prefeito em 28.12.2012, a empresa **Resol Construções Ltda**.
Campo Grande-MS, 28 de dezembro de 2012.

Bertholdo Figueiró Filho
Diretor Geral da CECOM

Elias Lino da Silva
Presidente CPL

AVISO DE RESULTADO
CONCORRÊNCIA N. 142/2012
PROCESSO N. 93.647/2012-39

O Município de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público que na Licitação em epígrafe, tendo por objeto a **Contratação de Empresa para Prestação de Serviço de Engenharia Elétrica, visando a Manutenção e Suporte para atender o Sistema de Iluminação Pública na Região Do Prosa II, no Perímetro compreendido pelas Vias: Rua Castelnuovo, Av. Alexandre Herculano, Córrego Coqueiro e Perímetro Urbano, Av. Redentor e BR 262, em Campo Grande-MS**, resultou vencedora conforme Parecer Técnico/Jurídico Conclusivo devidamente homologado e adjudicado pelo Exmo. Sr. Prefeito em 28.12.2012, a empresa **Construtora Rial Ltda**.
Campo Grande-MS, 28 de dezembro de 2012.

Bertholdo Figueiró Filho
Diretor Geral da CECOM

Elias Lino da Silva
Presidente CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARACOL

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 071/2012
CONVITE N° 043/2012

Objeto: Aquisição de computadores completos com monitor de 15.6**"** LED, memória 4GB, HD 500 GB, processador core i 3,gravador de CD e DVD e Nobreak 700 va, para o PASEC, através do Convênio n° 20216/2012/SED.
Requerente: Secretaria Municipal de Educação.
Decisão:
Tendo em vista a regularidade formal do presente procedimento licitatório, aliada à necessidade de assegurar o bom andamento das atividades do Município, e considerando que foram tomadas todas as decisões, referente ao processo, por parte da Comissão Permanente de Licitação, HOMOLOGO o resultado por ela proclamado e **ADJUDICO** à empresa **Cacesp Comércio e Serviços Importação e Exportação Ltda -ME**, com o valor global de **R$ 22.000,00** (vinte e dois mil Reais). Autorizo, em conseqüência a celebração do contrato, em razão do disposto no art. 62, *caput* § 4º da Lei n. 8.666/93.
P.R.I.

Caracol – MS, 27 de dezembro de 2012

Maria Odeth Constancia Leite dos Santos
Prefeita Municipal

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 071/2012
CONVITE N° 043/2012
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 165/2012

CONTRATANTE: Município de Caracol
CONTRATADA: Cacesp Comércio e Serviços Importação e Exportação Ltda.-ME.
OBJETO: Aquisição de computadores completos com monitor de 15.6" LED,memória de 4 GB,HD 500 GB,processador core 3,gravador de CD e DVD,Windows Seven e Nobreak 700 va para o PASEC,através do Convênio n/ 20216/2012/SED, podendo ser alterado nas hipóteses previstas no artigo 57 da Lei n° 8.666/93.
PRAZO: Até 31/12/2012.
VALOR: R$ 22.000,00 (vinte e dois mil Reais).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Órgão	05	SECRETARIA MUNIC.EDUC.CULT.ESPORTE E LAZER
Unidade	001	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Projeto/Ativ.	2002	Apoio Sócio Educativo
12.368.0007	4.4.90.52.00.00	Equipamento e Material Permanente

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal n° 8.666/93 e alterações.
DATA: 27 de dezembro de 2012.
ASSINAM: Maria Odeth C. Leite dos Santos (Contratante)
Cacesp Comércio e Serviços Importação e Exportação Ltda-ME (Contratada)
Caracol MS, 27 de dezembro de 2012.

Maria Odeth Constancia Leite dos Santos
Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL SAPUCAIA

RETIFICAÇÃO AO RESULTADO DE LICITAÇÃO
PROCESSO Nº 096/2012
TOMADA DE PREÇO N° 008/2012
Publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul, Edição Nº. 8.339, no dia 21 de Dezembro de 2012, na página das Municipalidades
Onde se lê: Tem como *objeto é a execução, sob o regime de empreitada por preço global, com vistas à* construção de escola rural com *06(seis) salas aulas - Padrão FNDE* – em atendimento ao plano de Ações Articuladas – PAR, para atender o convenio 700170/2011 – Firmado entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE e o município de Coronel Sapucaia-MS, em atendimento a solicitação da secretaria municipal de Educação, Cultura e Desportos, deste município de Coronel Sapucaia/MS, conforme projetos, planilhas orçamentárias, cronograma, memorial descritivo e anexos deste edital, partes integrantes da licitação em epígrafe, de acordo com os anexos do presente Edital e item 1.1 supramencionado.

Leia-sê: Constitui-se o objeto do presente contrato a execução pela CONTRATADA, de Cobertura de Quadra 001 sendo: Estrutura Metálica e Cobertura *Perfazendo uma área total de 752,96M². na escola municipal Fernando de Souza Romanini sito à* rua: Clemência Antunes, nº 1.785 - VILA NOVA, Para atender a solicitação da secretaria municipal de Educação, Cultura e Desportos desta municipalidade e ao *Termo de Compromisso PAC2 03376/2012*, celebrado entre o FNDE/MEC e o município de Coronel Sapucaia-MS. Em conformidade com (desenhos tecnicos, memorias descritivos e especificações), de acordo com o projeto, planilha orçamentária, cronograma físico financeiro e memorial descritivo, partes integrantes da licitação em epígrafe, em conformidade com os anexos do presente Edital e item 1.1 supramencionado.

EXTRATO DE CONTRATO
Contrato nº 160/2012
Processo nº 096/2012
TOMADA DE PREÇOS Nº 008/2012
Partes: Prefeitura Municipal de Coronel Sapucaia/MS e a empresa ÀGUIA CONSTRUTORA LTDA
Objeto: Constitui-se o objeto do presente contrato a execução pela CONTRATADA, de Cobertura de Quadra 001 sendo: Estrutura Metálica e Cobertura *Perfazendo uma área total de 752,96M². na escola municipal Fernando de Souza Romanini sito à* rua: Clemencia Antunes, nº 1.785 - VILA NOVA, Para atender a solicitação da secretaria municipal de Educação, Cultura e Desportos desta municipalidade e ao *Termo de Compromisso PAC2 03376/2012*, celebrado entre o FNDE/MEC e o município de Coronel Sapucaia-MS. Em conformidade com (desenhos tecnicos, memorias descritivos e especificações), de acordo com o projeto, planilha orçamentária, cronograma físico financeiro e memorial descritivo, partes integrantes da licitação em epígrafe, em conformidade com os anexos do presente Edital e item 1.1 supramencionado.
Dotação Orçamentária: 06-06.01-12.451.007-1.101-4.4.90.51-00
Valor: R$ 242.215,10 (duzentos e quarenta e dois mil duzentos e quinze reais e dez centavos)
Vigência: 04(quatro) meses, contados da emissão da ordem de serviços
Data da Assinatura do Contrato: 20/12/2012
Fundamento Legal: Leis 8.666/93
Assinam: Rudi Paetzold, pela contratante e *Geverson Vicentim*, pela contratada.

EDITAL CP Nº. 008/2012 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2012.
CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TITULOS PARA PROVIMENTO DOS CARGOS PERMANENTES DO QUADRO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DO MUNICIPIO DE CORONEL SAPUCAIA- MS.
RUDI PAETZOLD, Prefeito Municipal de Coronel Sapucaia – MS, no uso de suas atribuições legais, CONVOCA, VIVIANE PERALTA CANHETE, TEREZINHA SARMENTO NUNES, os candidatos aprovados no Concurso Público de Provas e Títulos para provimento do Quadro Permanente ao Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal do Município de Coronel Sapucaia – MS, homologado através do Edital de Homologação de 19 de outubro de 2009, para a POSSE, observada a ordem de classificação, conforme relação do Anexo I deste Edital.
DOS DOCUMENTOS
1.2 Os Candidatos deverão apresentar os documentos abaixo relacionados no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Coronel Sapucaia - MS do dia 28 de Dezembro de 2012 a 28 de Janeiro de 2013, no horário das 07:00 às 13:00;

Cédula de Identidade;
Titulo de Eleitor e quitação com as obrigações eleitorais;
Cadastramento no PIS/PASEP (se tiver);
Quitação com as obrigações militares, quando do sexo masculino;
Cadastramento no CIC/CPF;
Certidão de Casamento ou Nascimento;
Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos, quando houver;
Comprovante de Residência (conta de água, luz, telefone, ou Declaração com firma reconhecida);
Numero da Conta Bancaria na Cooperativa Sicredi, Agencia de Coronel Sapucaia.
Comprovante de habilitação especifica e registro profissional nas profissões regulamentadas;
Fotocópia do contracheque para quem já possui vinculo com a Administração Municipal de Coronel Sapucaia.
Declaração de Bens, ou copia de declaração de renda na Receita Federal;
02 Fotos 3 X 4 – (recente)
Boletim de Inspeção Medica (BIM);
Declaração de não acumulo de cargo;
2.0 DA POSSE
2.1 Os candidatos deveram apresentar-se para tomar Posse, do dia 28 de Dezembro de 2012 a 28 de Janeiro de 2013, das 07:00 ás 13:00 horas, no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Coronel Sapucaia – MS, localizado à Rua Rachid Saldanha Derzi, nº. 784, Centro, em Coronel Sapucaia.
2.2 Para tomar Posse efetiva do cargo a que foi nomeado (a), os (a) candidatos (as) devem apresentar toda a documentação legal exigida para o exercício da respectiva categoria funcional.
2.3 Após a posse, os (as) candidatos (as) terão o prazo de 30 (trinta) dias, improrrogáveis, para o efetivo exercício de suas funções.
Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario,
Gabinete do Prefeito em 28 de Dezembro de 2012.
RUDI PAETZOLD
Prefeito Municipal

REGISTRADO
PUBLICADO POR
AFIXAÇÃO EM 28.12.2012.

ANEXO I – EDITAL Nº. 008/2012 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2012.
CARGO – PROFESSOR/ PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

CANDIDATOS	CLASSIFICAÇÃO
VIVIANE PERALTA CANHETE	7º
TEREZINHA SARMENTO NUNES	8º

RUDI PAETZOLD
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO
PUBLICADO POR
AFIXAÇÃO EM 28.12.2012.

PORTARIA N. º 123 - A/2012 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2012
DISPOE SOBRE A NOMEAÇÃO DO CANDIDATO APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO.
RUDI PAETZOLD, Prefeito Municipal de Coronel Sapucaia - MS, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Coronel Sapucaia – MS, promulgada em 06 de Dezembro de 2004 e pela Lei n.º 114/90 seção II, Art. 11 de 31 de Maio de 1990.
Art.1º Fica nomeado o candidato aprovado em Concurso Público abaixo relacionado, para Provimento do Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Coronel Sapucaia – MS, em vagas previstas na Lei Complementar nº. 003, de 07 de fevereiro de 2002, em virtude de aprovação no Concurso Público de Provas e Títulos, de acordo com o Edital nº. 006/2012.
DECRETA:
CARGO – AUXILIAR DE SERVIÇOS BASICOS/ SERVENTE

CANDIDATO	DATA DA POSSE	CLASSIFICAÇÃO
ROSIMARI VALERIO DA SILVA	07.12.2012	38º

Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação, revogadas as deposições em contrario.
Coronel Sapucaia / MS em 07 de Dezembro de 2012.
RUDI PAETZOLD
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO
PUBLICADO POR
AFIXAÇÃO EM 07.12.2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBÁ

Aviso de Resultado de Licitação
Pregão Presencial nº. 146/2012 - Processo nº. 42.806/2012
Órgão: Secretaria Municipal de Gestão Governamental / FMIS
A Prefeitura Municipal de Corumbá-MS, através do pregoeiro, comunica aos interessados o resultado dos objetos da licitação supracitada, instaurado, visando a aquisição de materiais de consumo (gêneros alimentícios) para atender ao projeto creche ao ano todo/ 2013. Tendo por vencedoras as Empresas: **1)** FORTE COM. DE CARNES E DERIVADOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 062320790001-62, para os lotes: lote 06 no valor total de R$ 152,00 ,lote 07 no valor total de R$ 1.855,20 ,lote 11 no valor total de R$ 324,00 ,lote 13 no valor total de R$ 603,00 ,lote 18 no valor total de R$ 1.111,50 ,lote 19 no valor total de R$ 5.288,70 ,lote 20 no valor total de R$ 2.108,00 ,lote 31 no valor total de R$ 568,00 ,lote 32 no valor total de R$ 1.983,15 ,lote 33 no valor total de R$ 1.519,70 ,lote 47 no valor total de R$ 581,15 e lote 50 no valor total de R$ 451,40 **2)** E R DE CAMPOS ME, inscrita no CNPJ/MF sob nº 152861250001-05 para os lotes: lote 01 no valor total de R$ 750,30 ,lote 04 no valor total de R$ 673,75 ,lote 05 no valor total de R$ 720,00 ,lote 14 no valor total de R$ 415,80 ,lote 16 no valor total de R$ 176,88 ,lote 21 no valor total de R$ 448,00 ,lote 22 no valor total de R$ 1.270,92 ,lote 24 no valor total de R$ 144,00 ,lote 25 no valor total de R$ 374,92 ,lote 27 no valor total de R$ 370,80 ,lote 30 no valor total de R$ 95,20 ,lote 35 no valor total de R$ 407,10 ,lote 36 no valor total de R$ 2.851,20 ,lote 39 no valor total de R$ 1.248,80 ,lote 43 no valor total de R$ 535,80 ,lote 45 no valor total de R$ 196,50 ,lote 49 no valor total de R$ 288,30 e lote 51 no valor total de R$ 62,40 **3)** SPORTS EMPÓRIO, PAPELARIA E INFORM. LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 24596082000147, para os lotes: lote 12 no valor total de R$ 291,81 ,lote 26 no valor total de R$ 750,60 ,lote 28 no valor total de R$ 979,40 ,lote 29 no valor total de R$ 1.730,48 ,lote 37 no valor total de R$ 11.245,50 ,lote 42 no valor total de R$ 889,38 e lote 44 no valor total de R$ 560,00 **4)** SIMÉIA A. H. M. MUSTAFÁ - ME, inscrita no CNPJ/MF sob nº 246027650001-60, para os lotes: lote 03 no valor total de R$ 1.096,00 ,lote 08 no valor total de R$ 1.398,72 ,lote 09 no valor total de R$ 769,50 ,lote 10 no valor total de R$ 1.170,24 ,lote 15 no valor total de R$ 563,50 ,lote 17 no valor total de R$ 801,15 ,lote 23 no valor total de R$ 195,48 ,lote 34 no valor total de R$ 548,10 ,lote 38 no valor total de R$ 4.712,50 ,lote 40 no valor total de R$ 410,40 ,lote 41 no valor total de R$ 418,00 ,lote 46 no valor total de R$ 991,85 ,lote 48 no valor total de R$ 4.677,96 ,lote 52 no valor total de R$ 1.110,54 e lote 53 no valor total de R$ 126,00
Corumbá / MS 27 de Dezembro de 2012
Anderson Pereira Garcia - Pregoeiro / Equipe de Apoio.

Aviso de Licitação
A Prefeitura Municipal de Corumbá - MS, torna público a abertura da Licitação, que será regida pela Lei Federal n° 10.520/2002, pelo Decreto Municipal nº 207/2006, subsidiariamente pela Lei Federal n° 8.666/93, e suas alterações, na forma que especifica:
Órgão: Secretaria Municipal de Educação
Licitação: Pregão Presencial nº 152/2012 - Processo nº 25.470/2012
Objeto: aquisição de pneus de fabricação nacional,câmara de ar e protetor para pneu novos, de 1ª linha e de primeiro uso.
Recebimento e Abertura das propostas: às 08:30 horas do dia 16 de janeiro de 2013.
Local: Prefeitura Municipal de Corumbá–MS, sala licitação, situada na rua Gabriel Vandoni de Barros, 01 Bairro Dom Bosco – Corumbá-MS.
Edital: O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Superintendência de Suprimento da Secretaria Municipal de Finanças e Administração, na Prefeitura Municipal de Corumbá/MS
Corumbá / MS, 28 de dezembro de 2012 – Superintendência de Suprimento

Aviso de Licitação
A Prefeitura Municipal de Corumbá – MS, torna público a abertura da Licitação, que será regida pela Lei Federal n° 8.666/93, e suas alterações, lei 4680/65 e pela Lei 12.232/2010, na forma que especifica:
Órgão: sec. mun. de gestão governamental/fundo municipal de saúde/fundo municipal de educação/fundação de cultura e turismo do pantanal/sec. mun. de meio ambiente e desenvolvimento agrário/fundo mun. de meio ambiente/agência mun. de trânsito e transporte/sec. mun. assistência social e cidadania.
Licitação: Concorrência Publica nº 008/2012 - Processo nº 47.060/2012
Objeto: contratação de empresa especializada na prestação de serviços de publicidade e propaganda.
Recebimento e Abertura das Propostas: ás 09:00 horas do dia 18 de fevereiro de 2013.
Local: Prefeitura Municipal de Corumbá–MS, sala de reuniões da CPL, situada na rua Gabriel Vandoni de Barros, 01 Bairro Dom Bosco – Corumbá-MS.
O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Superintendência de Suprimento da Secretaria Municipal de Finanças e Administração, na Prefeitura Municipal de Corumbá/MS
Corumbá / MS, 28 de dezembro de 2012 – Superintendência de Suprimento e Patrimônio.

SEXTO TERMO ADITIVO
Contrato Administrativo – 052/2009. Objeto – Serviços de recuperação, manutenção e conservação de vias públicas. Contratada: EQUIPE ENGENHARIA LTDA.
Pelo presente instrumento de 6º Aditivo Contratual, o Município de Corumbá, através da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Habitação e Serviços Urbanos, representada por seu subsecretário, Luiz Mário Preza Romão, conforme decreto "P" nº 363/2011, e a empresa Equipe Engenharia Ltda, anuem em aditar o contrato entre eles firmado, nos seguintes termos: Cláusula Primeira – Fica prorrogado o prazo de execução dos serviços contratados com reflexos no prazo de vigência contratual do Contrato Administrativo nº 052/2009 por mais quatro meses, contados a partir do prazo estipulado anteriormente.
Cláusula Segunda: As partes ratificam e mantêm inalteradas as cláusulas inicialmente contratadas.
Data da Assinatura: 28/12/2012.
Assina: Luiz Mário Preza Romão – Subsecretário de infraestrutura, Habitação e Serviços Urbanos decreto "P" Nº 363 de 08 de dezembro de 2011/Empresa EQUIPE ENGENHARIA LTDA.

SEGUNDO TERMO ADITIVO
Contrato Administrativo – 012/2012. Objeto – Obra/Serviços de Travessias Elevadas para Pedestres nas vias de Acesso as Escolas, localizadas no município de Corumbá-MS. Contratada: JR Comércio, Obras e Sinalização Ltda.
Pelo presente instrumento de 2º Aditivo Contratual, o Município de Corumbá, através da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Habitação e Serviços Urbanos, representada por seu subsecretário, Luiz Mário Preza Romão, conforme decreto nº "P" 363/2011, a Agência Municipal de Trânsito e Transporte-AGETRAT, representada por seu diretor-presidente Sicard Maciel de Barros, e a empresa JR COMÉRCIO, OBRAS E SINALIZAÇÃO LTDA, anuem em aditar o contrato entre eles firmado, nos seguintes termos:
Cláusula Primeira – Fica prorrogado o prazo de entrega dos serviços contratados com reflexos no prazo de vigência contratual do Contrato Administrativo nº 012/2012 por mais três meses, contados a partir do prazo estipulado anteriormente.
Cláusula Segunda: As partes ratificam e mantêm inalteradas as cláusulas inicialmente contratadas.
Data da Assinatura: 14/12/2012.
Assina: Luiz Mário Preza Romão – Subsecretário de Infraestrutura, Habitação e Serviços Urbanos decreto nº "P" 363/2011/Empresa JR COMÉRCIO, OBRAS E SINALIZAÇÃO LTDA.

TERMO DE PARALISAÇÃO
Contrato Administrativo: 009/2012.
Objeto: Obras/Serviços de Pavimentação em Blocos de Concreto (Lajotas) e Paralelepípedos em Logradouros Públicos em Corumbá/MS.
Contratada: Construtora Eficaz Ltda-ME
A Prefeitura Municipal de Corumbá/MS, pessoa jurídica de direito público interno,

estabelecida à rua Gabriel Vandoni de Barros nº 01, Bairro Dom Bosco, inscrita no CNPJ: 03.330.461/0001-10, Declara a PARALISAÇÃO dos serviços de pavimentação em blocos de concreto (lajotas) e paralelepípedos em logradouros públicos em Corumbá/MS.
Os serviços que tratam o objeto estão contemplados no Contrato Administrativo n° 009/2012-Processo nº 33619/2011, deverão ser paralisados por contingenciamento orçamentário.
Os serviços deverão ser retomados normalmente após interesse da Municipalidade.
Data da Assinatura: 10/12/2012.
Assina: Ricardo Campos Ametlla – Secretário Municipal de Infraestrutura, Habitação e Serviços Urbanos/Empresa Construtora Eficaz Ltda.

TERMO DE PARALISAÇÃO
Contrato Administrativo: 10/2010. Processo – 36621/2009
Objeto – prestação dos serviços de engenharia de execução de obras/serviços de pavimentação asfáltica e drenagem nos bairros: "Nova Corumbá" e "Guatós"(contrato de repasse nº 226.005-21/2007/MCIDADES/Caixa Econômica Federal) no Município de Corumbá-MS. Contratada – EQUIPE ENGENHARIA LTDA. A Prefeitura Municipal de Corumbá/MS, pessoa jurídica de direito público interno, estabelecida à Rua Gabriel Vandoni de Barros n° 01, Bairro Dom Bosco, inscrita no CNPJ 03.330.461/0001-10, DECLARA A PARALISAÇÃO DE SERVIÇOS E VIGÊNCIA CONTRATUAL. Por ordem e interesse desta administração, o objeto do Contrato supra mencionado, deverá ficar temporariamente paralisados a partir da presente data por prazo indeterminado, obedecendo-se os limites previstos na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores. Data da Assinatura: 27/12/2012. Assina: Ricardo Campos Ametlla – Secretário Municipal de Infraestrutura, Habitação e Serviços Urbanos / Empresa - EQUIPE ENGENHARIA LTDA.

TERMO DE PARALISAÇÃO
Contrato Administrativo: 09/2011. Processo – 6048/2011
Objeto – Serviços de pavimentação asfáltica no Bairro: Popular Nova no Município de Corumbá-MS. Contratada – ENGESUL ENGENHARIA DE MATO GROSSO DO SUL. A Prefeitura Municipal de Corumbá/MS, pessoa jurídica de direito público interno, estabelecida à Rua Gabriel Vandoni de Barros n° 01, Bairro Dom Bosco, inscrita no CNPJ 03.330.461/0001-10, DECLARA A PARALISAÇÃO DE SERVIÇOS E VIGÊNCIA CONTRATUAL. Os serviços deverão ser retomados normalmente após interesse da Municipalidade. Data da Assinatura: 03/12/2012. Assina: Ricardo Campos Ametlla – Secretário Municipal de Infraestrutura, Habitação e Serviços Urbanos / Empresa - ENGESUL ENGENHARIA DE MATO GROSSO DO SUL.

Termo de Retificação do extrato da Publicação do Diário Oficial Corumbá - n° 119 de 21/12/2012, Pág. 08, Diário Oficial do Estado – Edição nº 8.339 de 21/12/2012 Pág. 63, Folha do povo pág. B2 de 21/12/2012 Edição 4.283.
Retifica–se por incorreção referente ao Processo n° 16.356/2012
Onde se lê: (...) 7) MARCO DENTAL PRODUTOS ODSONTOLÓGICOS LTDA (...)
Leia se: (...) 7) MACRO DENTAL PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA (...)
As demais condições permanecem inalteradas
Corumbá-MS, 28 de dezembro de 2012
Superintendência de Suprimento

Aviso de Resultado de Licitação
Tomada de Preços nº 26/2012
Processo nº 26.726/2012 – SMGG/FMIS. ÓRGÃO: Secretaria Municipal de Gestão Governamental/Fundo Municipal de Investimentos Social. A Prefeitura Municipal de Corumbá-MS, através da Comissão Permanente de Licitação, comunica aos interessados que a licitação supracitada, instaurada visando à contratação de empresa de engenharia para execução de obra/serviços de construção de um pavilhão garagem para o Comando da 18° Brigada de Infantaria de Fronteira, na localidade de Corumbá-MS, em atendimento ao Termo de Permuta realizado entre a União e o Município de Corumbá – MS, resultou como vencedora a empresa F.W.Arza - ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.151.145/0001-70.
Corumbá - MS, 28 de dezembro de 2012.
(a) Carlos Alberto Monaco Junior / Presidente da CPL.

Extrato do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo de Prestação de Serviços de Publicação de Atos Cívicos e Oficiais nº 024/2009 - SEMFAD – Processo 13.238/2009
Secretaria Municipal de Finanças e Administração
Partes: Município de Corumbá e a Empresa Jurídica, Diários, Publicidade, Transporte e Logística-EPP.
Objeto: Prorrogação do Prazo de Vigência por 06 (seis) meses, contado do seu vencimento.
Base Legal: Art. 57, caput, incisos I e II da Lei nº 8.666/93 e alterações.
Data da Assinatura: 28/12/2012.
Condições; Inalteradas as demais disposições clausulares.
Assinam: Sra Waleria Cristiane Andrade Leite e Sra Alessandra Fernandes Ferreira da Silva – Jurídica, Diários, Publicidade, Transporte e Logística – EPP.

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo de fornecimento de combustíveis, derivados de petróleo, com fornecimento e instalação de tanques, bombas e sistema tecnológico em regime de comodato nº 27/2011.
Município de Corumbá
1º Aditivo ao contrato/SEMFAD/SMGG/SEINFRA/SMS/SMASC/SME 27/2011
Pad: 34.785/2011
Partes: Município de Corumbá e a empresa Petrobrás Distribuidora S.A.
Objeto: prorrogar o prazo de execução por três meses, contado a partir do vencimento.
base legal: "I E Do § 1º, Inciso II e III Do Art. 57, Da Lei N.º 8.666/93"
Data:28.12.2012
Assinam: Waleria Cristiane Andrade Leite, Lamartine de Figueiredo Costa, Ricardo Campos Ametlla, Maria Antonieta Da Silva Sabatel, Haroldo Waltencyr Ribeiro Cavassa, Helio de Lima e Adenauer Donizete Isaac

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo de fornecimento de combustíveis, derivados de petróleo, com fornecimento e instalação de tanques, bombas e sistema tecnológico em regime de comodato nº 12/2011.
Município de Corumbá
1º Aditivo Ao Contrato/SME/FUNEC/12/2011
Pad: 34.785/2011
Partes: Município de Corumbá e a Empresa Petrobrás Distribuidora S.A
Objeto: prorrogar o prazo de execução por três meses, contado a partir do vencimento.
Base legal: "I e do § 1º, inciso II e III do art. 57, da lei n.º 8.666/93"
Data: 28.12.2012
Assinam: Helio De Lima, Heliney Miranda Junior e Adenauer Donizete Isaac.

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo de fornecimento de combustíveis, derivados de petróleo, com fornecimento e instalação de tanques, bombas e sistema tecnológico em regime de comodato nº 32/2011.
Município de Corumbá
1º Aditivo ao Contrato/SEINFRA/AGETRAT 32/2012
Pad: 34.785/2011
Partes: Município de Corumbá e a empresa Petrobrás Distribuidora S.A
Objeto: Prorrogar o prazo de execução por três meses, contado a partir do vencimento
Base Legal: "I e do § 1º, inciso II e III do art. 57, da Lei nº 8.666/93"
Data: 28.12.2012
Assinam: Ricardo Campos Ametlla, Sicard Maciel de Barros e Adenauer Donizete Isaac.

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo de fornecimento de combustíveis, derivados de petróleo, com fornecimento e instalação de tanques, bombas e sistema tecnológico em regime de comodato nº 41/2011.
Município de Corumbá
1º Aditivo ao Contrato/FCTC 41/2011
Pad: 34.785/2011
Partes: Município de Corumbá e a empresa Petrobrás Distribuidora S.A
Objeto: Prorrogar o prazo de execução por três meses, contado a partir do vencimento.
Base Legal: "I e do § 1º, inciso II e III do Art. 57, da Lei nº 8.666/93
Data: 28.12.2012
Assinam: José Antonio Garcia e Adenauer Donizete Isaac

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo de fornecimento de combustíveis, derivados de petróleo, com fornecimento e instalação de tanques, bombas e sistema tecnológico em regime de comodato nº 11/2011.
Município de Corumbá
1º Aditivo ao Contrato/FUNTERRA 11/2011
Pad: 34.785/2011
Partes: Município de Corumbá e a empresa Petrobrás Distribuidora S.A.
Objeto: Prorrogar o prazo de execução por três meses, contado a partir do vencimento.
Base legal: "I e do § 1º inciso II e III do Art. 57, da Lei nº 8.666/93"
Data: 28/12/2012
Assinam: Pedro Paulo Marinho de Barros, Luciene Deová de Souza Assis e Adenauer Donizete Isaac.

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo de Locação de imóvel nº 25/2011 SEMFAD – Processo Administrativo nº 37.833/2011
Partes: Secretaria Municipal de Finanças e Administração e João Luiz Batista
Objeto: Prorrogar o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, a contar a partir do término de sua vigência, qual seja, 20/12/2012.
Base Legal: Lei nº 8.666/93, ART. 51, da Lei nº 8.245/91
Assinam: Sra. Waléria Cristiane Andrade Leite – Respondendo pela Secretaria Municipal de Finanças e Administração – Decreto "P" Nº 073 01.06.2012 e Sr. João Batista procurador do Sr. João Luiz Batista.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJU

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 005 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 012/2012
Processo Administrativo - Autos nº 112/2012 - Pregão Presencial nº 001/2012
PARTES: Contratante: MUNICÍPIO DE MARACAJU-MS; Contratada: R O B I N S O N GERALDO RODRIGUES NABHAN-ME. OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a supressão do item nº 20 (Linha "Santa Inês"), constante da Cláusula Primeira do Contrato Administrativo nº 012/2012, cujo saldo importa no valor de R$ 22.576,32 (vinte e dois mil, quinhentos e setenta e seis reais e trinta e dois centavos), correspondente a 4,46% do valor global inicial atualizado, conforme Planilha de Aditivo/Supressão, parte integrante do Processo Administrativo nº 112/2012. Em razão da supressão descrita na Cláusula Primeira deste Instrumento, o valor global inicial atualizado de R$ 506.129,76 (quinhentos e seis mil, cento e vinte e nove reais e setenta e seis centavos) descrito na Cláusula Terceira do Contrato Administrativo nº 012/2012, passa a ser de R$ 483.553,44 (quatrocentos e oitenta e três mil, quinhentos e cinqüenta e três reais e quarenta e quatro centavos).
FUND. LEGAL: Art. 65, I "b" c.c §§ 1º e 2º da Lei Federal nº 8.666/93.
ASSINANTES: Contratante: Celso Luiz da Silva Vargas; Contratada: Robinson Geraldo Rodrigues Nabhan.
Maracaju-MS, 26 de outubro de 2012.

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 002 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 030/2012
Processo Administrativo – Autos nº 906/2012; Tomada de Preços nº 008/2012. PARTES: Contratante: MUNICÍPIO DE MARACAJU-MS; Contratada: MARACAJU ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA. OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração do valor global inicialmente contratado descrito na Cláusula Terceira do Contrato Administrativo nº 030/2012, alterada pelo aditivo 001/2012, bem como a prorrogação dos prazos previstos nas Cláusulas Quinta e Sexta do referido instrumento. Em razão de acréscimo ao quantitativo do objeto descrito na Cláusula Primeira do Contrato Administrativo nº 030/2012, importando em R$ 81.783,49 (oitenta e um mil, setecentos e oitenta e três reais e quarenta e nove centavos) correspondente a 12,7852%, conforme Planilha de Aditivo parte integrante do Processo Administrativo nº 906/2012, e considerando o aditivo 001/12, o valor global de R$ 665.459,84 (seiscentos e sessenta e cinco mil, quatrocentos e cinquenta e nove reais e oitenta e quatro centavos), descrito na Cláusula Terceira, passa a ser de R$ 721.457,62 (setecentos e vinte e um mil, quatrocentos e cinquenta e sete reais e sessenta e dois centavos). Fica prorrogado pelo período de 02 (dois) meses, o prazo previsto na Cláusula Quinta do Contrato Administrativo nº 030/2012, a contar de 12.10.2012. Fica prorrogado pelo período de 257 (duzentos e cinquenta e sete) dias, o prazo previsto na Cláusula Sexta do Contrato Administrativo nº 030/2012, a contar de 31.12.2012. Ficam inalteradas as demais cláusulas do Contrato Administrativo nº 030/2012. FUNDAMENTO LEGAL: Arts. 57, § 1º, IV e 65, I, "b" c.c. §§ 1º e 2º da Lei Federal nº 8.666/93. Maracaju-MS, 05 de outubro de 2012.
ASSINANTES: Contratante: Celso Luiz da Silva Vargas; Contratada: Sadi de Quadros.

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 006 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 130/2010
Processo Administrativo - Autos nº 594/2010; TOMADA DE PREÇOS Nº 010/2010. PARTES:
Contratante: MUNICÍPIO DE MARACAJU-MS; Contratada: ÁGIL PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA-ME. OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência previsto na Cláusula Quarta do Contrato

Administrativo nº 130/2010, alterada pelos aditivos 001/2010, 002/2011, 004/2011 e 005/2012. Fica prorrogado pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, o prazo de vigência previsto na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo nº 130/2010, a contar de 19.12.2012. FUNDAMENTO LEGAL: art. 57, § 1º, II c.c. § 2º da Lei Federal nº 8.666/93. Maracaju-MS, 18 de dezembro de 2012.
ASSINANTES: Contratante: Celso Luiz da Silva Vargas; Contratada: Afranio Martinez Marques.

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 002 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 072/2012
Processo Administrativo – Autos nº 1.398/2012; Tomada de Preços nº 013/2012. PARTES: Contratante: MUNICÍPIO DE MARACAJU-MS. Contratado: LETY OBRAS LTDA. OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração do valor global inicialmente contratado descrito na Cláusula Terceira do Contrato Administrativo nº 072/2012, bem como a prorrogação dos prazos previstos nas Cláusulas Quinta e Sexta do referido instrumento. Em razão de acréscimo ao quantitativo do objeto descrito na Cláusula Primeira do Contrato Administrativo nº 072/2012, importando em R$ 101.578,82 (cento e um mil, quinhentos e setenta e oito reais e oitenta e dois centavos) correspondente a 40,9204%, conforme Planilha de Aditivo parte integrante do Processo Administrativo nº 1.398/2012, e considerando o aditivo 001/12, o valor global de R$ 255.548,33 (duzentos e cinquenta e cinco mil, quinhentos e quarenta e oito reais e trinta e três centavos), descrito na Cláusula Terceira, passa a ser de R$ 349.813,77 (trezentos e quarenta e nove mil, oitocentos e treze reais e setenta e sete centavos).Fica prorrogado pelo período de 04 (quatro) meses, o prazo previsto na Cláusula Quinta do Contrato Administrativo nº 072/2012, a contar de 29.12.2012. Fica prorrogado pelo período de 202 (duzentos e dois) dias, o prazo previsto na Cláusula Sexta do Contrato Administrativo nº 072/2012, a contar de 31.12.2012. Ficam inalteradas as demais cláusulas do Contrato Administrativo nº 072/2012. FUNDAMENTO LEGAL: Arts. 57, § 1º, IV e 65, I, "b" c.c. §§ 1º e 2º da Lei Federal nº 8.666/93. Maracaju-MS, 26 de outubro de 2012.
ASSINANTES: Contratante: Celso Luiz da Silva Vargas; Contratado: Marcos Antonio da Silva

PREFEITURA MUNICIPAL DE NIOAQUE

AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 014/2012
Fica revogada a licitação supracitada, referente ao Processo nº 024/2012, conforme despacho exarado.
Objeto: Locação de 02(dois) veículos, tipo popular, para atender as Secretarias Municipais de Esporte e de Saúde.
Nioaque/MS, 21 de maio de 2012
Ilca Corral Mendes Domingos – Prefeita Municipal

AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 016/2012
Fica revogada a licitação supracitada, referente ao Processo nº 026/2012, conforme despacho exarado.
Objeto: Contratação de empresa especializada para realizar serviços limpeza, pintura de meio fio e manutenção para o funcionamento do necrotério, cemitério e capela municipal.
Nioaque/MS, 21 de maio de 2012
Ilca Corral Mendes Domingos – Prefeita Municipal

EXTRATO DO 4º QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 033/2010
PARTES - Município de Nioaque (MS) e a Empresa Maracaju Engenharia Empreendimentos Ltda.
OBJETO – Constitui objeto deste a prorrogação de prazo do contrato 033/2010 referente à contratação de a Contratação de empresa de Engenharia para a construção da Escola de Educação Infantil (Creche) PROINFÂNCIA convênio nº 656897/2009 Processo nº 23400005078/2008-79 FUNDO NACIONAL D DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – FNDE
PRAZO - Sendo acrescido para mais 06(seis) meses da assinatura.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: do art.57 Lei n. 8.666/93.
DATA: 03 de Dezembro de 2012.
ASSINAM: Ilca Corral Mendes Domingos - Prefeita Municipal e Osvaldo José da Silva - Contratado

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ANDRADINA

FUNDAÇÃO SERVIÇOS DE SAUDE DE NOVA ANDRADINA FUNSAU-NA
RETIFICAÇÃO DO AVISO DE LICITAÇÃO
A Fundação Serviços de Saúde de nova Andradina FUNSAU-NA, através do seu Pregoeiro, **RETIFICA O PREGÃO Nº 058/2012** - PROCESSO Nº 212/2012; Objeto: Aquisição de materiais de higienização, limpeza e descartáveis para o exercício de 2013 do Hospital Regional de Nova Andradina/FUNSAU-NA. Solicitação através da CI nº 0228/2012.
Publicado no Jornal Imagem, edição nº 2562, dia 08 de Dezembro de 2012, página 03.
Onde se lê: Entrega e abertura das Propostas: Dia: 19/12/2012 às 14:00 horas.
Leia-se: . Entrega e abertura das Propostas: Dia: 10/01/2013 às 14:00 horas.
Nova Andradina MS, 19 de Dezembro de 2.012.

Marcio Luiz Soares
Pregoeiro

RETIFICAÇÃO DO AVISO DE LICITAÇÃO
A Fundação Serviços de Saúde de nova Andradina FUNSAU-NA, através do seu Pregoeiro, **RETIFICA O PREGÃO Nº 057/2012** - PROCESSO Nº 211/2012; Objeto: Aquisição de produtos de lavanderia para o exercício de 2013 do Hospital Regional de Nova Andradina/FUNSAU-NA. Solicitação através da CI nº 0227/2012.
Publicado no Jornal Imagem, edição nº 2562, dia 08 de Dezembro de 2012, página 03.
Onde se lê: Entrega e abertura das Propostas: Dia: 19/12/2012 às 07:30 horas.
Leia-se: . Entrega e abertura das Propostas: Dia: 10/01/2013 às 07:30 horas.
Nova Andradina MS, 19 de Dezembro de 2.012.

Marcio Luiz Soares
Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO GOMES

Termo Aditivo n° 05 ao Contrato nº. 91/2011.
Contratante: Prefeitura Municipal de Pedro Gomes; Contratado: Empresa 3AN Serviços de Agronomia e Engenharia Ltda. Data da assinatura: 30 de novembro de 2012; objeto: Constitui objeto do presente Termo aditivo a alteração da clausula Sétima – Da Vigência, será aditivado por um período de até o dia 06 de abril de 2013 - Assinaturas: Maura Teodoro Jajah e a Empresa 3AN Serviços de Agronomia e Engenharia Ltda.
Pedro Gomes, 28 de dezembro de 2012

Maura Teodoro Jajah
Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBAS DO RIO PARDO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N.° 003 AO CONTRATO N.º 143/2011.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBAS DO RIO PARDO/MS.
CONTRATADA: PROJECT TECNOLOGIA DE CONSTRUÇÃO LTDA.
OBJETO DO CONTRATO: Constitui objeto do presente Termo Aditivo, a alteração da Cláusula Quarta – Da Vigência do Contrato. A vigência que era até o dia 31 de dezembro de 2012 será prorrogada por mais 06 (seis) meses.
Ratificam-se as demais Cláusulas e condições estabelecidas no Contrato Original, que não tenham sido especificamente alteradas por este termo aditivo, o qual passa a fazer parte integrante do referido instrumento.
FUNDAMENTO LEGAL: o presente Termo Aditivo tem fundamento legal no artigo 65, II, alínea "b", da Lei 8.666/93e alterações posteriores mediante as condições estipuladas neste.
ASSINAM O PRESENTE TERMO ADITIVO:
PELO CONTRATANTE:
ROBERSON LUIZ MOUREIRA
Prefeito Municipal.
PELA CONTRATADA:
JULIO ALT VIVEROS
Sócio Proprietário

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N.° 002 AO CONTRATO N.º 169/2011.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBAS DO RIO PARDO/MS.
CONTRATADA: NAUTILUS ENGENHARIA LTDA
OBJETO DO CONTRATO: Constitui objeto do presente Termo Aditivo, a alteração da Cláusula Quarta – Da Vigência do Contrato. A vigência que era até o dia 31 de dezembro de 2012 será prorrogada por mais 06 (seis) meses.
Ratificam-se as demais Cláusulas e condições estabelecidas no Contrato Original, que não tenham sido especificamente alteradas por este termo aditivo, o qual passa a fazer parte integrante do referido instrumento.
FUNDAMENTO LEGAL: o presente Termo Aditivo tem fundamento legal no artigo 65, II, alínea "b", da Lei 8.666/93e alterações posteriores mediante as condições estipuladas neste.
ASSINAM O PRESENTE TERMO ADITIVO:
PELO CONTRATANTE:
ROBERSON LUIZ MOUREIRA
Prefeito Municipal.
PELA CONTRATADA:
CARLOS TSUTOMU FUJINAKA
Sócio Proprietário.

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N.° 002 AO CONTRATO N.º 170/2011.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBAS DO RIO PARDO/MS.
CONTRATADA: NAUTILUS ENGENHARIA LTDA
OBJETO DO CONTRATO: Constitui objeto do presente Termo Aditivo, a alteração da Cláusula Quarta – Da Vigência do Contrato. A vigência que era até o dia 31 de dezembro de 2012 será prorrogada por mais 06 (seis) meses.
Ratificam-se as demais Cláusulas e condições estabelecidas no Contrato Original, que não tenham sido especificamente alteradas por este termo aditivo, o qual passa a fazer parte integrante do referido instrumento.
FUNDAMENTO LEGAL: o presente Termo Aditivo tem fundamento legal no artigo 65, II, alínea "b", da Lei 8.666/93e alterações posteriores mediante as condições estipuladas neste.
ASSINAM O PRESENTE TERMO ADITIVO:
PELO CONTRATANTE:
ROBERSON LUIZ MOUREIRA
Prefeito Municipal.
PELA CONTRATADA:
CARLOS TSUTOMU FUJINAKA
Sócio Proprietário.

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N.° 002 AO CONTRATO N.º 041/2012.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBAS DO RIO PARDO/MS.
CONTRATADA: NAUTILUS ENGENHARIA LTDA
OBJETO DO CONTRATO: Constitui objeto do presente Termo Aditivo, a alteração da Cláusula Quarta – Da Vigência do Contrato. A vigência que era até o dia 31 de dezembro de 2012, será prorrogada por mais 06 (seis) meses.
Ratificam-se as demais Cláusulas e condições estabelecidas no Contrato Original, que não tenham sido especificamente alteradas por este termo aditivo, o qual passa a fazer parte integrante do referido instrumento.
FUNDAMENTO LEGAL: o presente Termo Aditivo tem fundamento legal no artigo 65, II, alínea "b", da Lei 8.666/93e alterações posteriores mediante as condições estipuladas neste.
ASSINAM O PRESENTE TERMO ADITIVO:
PELO CONTRATANTE:
ROBERSON LUIZ MOUREIRA
Prefeito Municipal.
PELA CONTRATADA:
CARLOS TSUTOMU FUJINAKA
Sócio Proprietário

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N.° 002 AO CONTRATO N.º 051/2012.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBAS DO RIO PARDO/MS.
CONTRATADA: ROCHA & SOARES LTDA
OBJETO DO CONTRATO: Constitui objeto do presente Termo Aditivo, a alteração da Cláusula Quarta – Da Vigência do Contrato. A vigência que era até o dia 23 de

dezembro de 2012, será prorrogada por mais 06 (seis) meses.
Ratificam-se as demais Cláusulas e condições estabelecidas no Contrato Original, que não tenham sido especificamente alteradas por este termo aditivo, o qual passa a fazer parte integrante do referido instrumento.
FUNDAMENTO LEGAL: o presente Termo Aditivo tem fundamento legal no artigo 65, II, alínea "b", da Lei 8.666/93e alterações posteriores mediante as condições estipuladas neste.
ASSINAM O PRESENTE TERMO ADITIVO:
PELO CONTRATANTE:
ROBERSON LUIZ MOUREIRA
Prefeito Municipal.
PELA CONTRATADA:
GUSTAVO DE OLIVEIRA KROLL
Representante Legal

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N.° 002 AO CONTRATO N.º 054/2012.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBAS DO RIO PARDO/MS.
CONTRATADA: ROCHA & SOARES LTDA
OBJETO DO CONTRATO: Constitui objeto do presente Termo Aditivo, a alteração da Cláusula Quarta – Da Vigência do Contrato. A vigência que era até o dia 30 de dezembro de 2012, será prorrogada por mais 06 (seis) meses.
Ratificam-se as demais Cláusulas e condições estabelecidas no Contrato Original, que não tenham sido especificamente alteradas por este termo aditivo, o qual passa a fazer parte integrante do referido instrumento.
FUNDAMENTO LEGAL: o presente Termo Aditivo tem fundamento legal no artigo 65, II, alínea "b", da Lei 8.666/93e alterações posteriores mediante as condições estipuladas neste.
ASSINAM O PRESENTE TERMO ADITIVO:
PELO CONTRATANTE:
ROBERSON LUIZ MOUREIRA
Prefeito Municipal.
PELA CONTRATADA:
GUSTAVO DE OLIVEIRA KROLL
Representante Legal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SONORA

EXTRATO DO 2º TERMO DE PARALISAÇÃO
Concorrência nº: 005/2010 - Processo nº: 101/2010 - Contrato n°: 138/2010. PARTES: Prefeitura Municipal de Sonora e a Empresa **GMB ENGENHARIA LTDA. OBJETO:** Contratação de Empresa para Execução de Obra de Pavimentação Asfáltica com Construção de Meio-Fios e Sarjetas, em Trecho da Rua 03 de Outubro no Município de Sonora/MS, conforme Especificações constantes na Proposta de Preço, Cronograma Físico Financeiro, Memorial Descritivo, Projetos e demais Anexos, parte integrante deste Edital, a ser executado através de Recursos do Contrato de Repasse **0257.565-53/2008,** do Ministério das Cidades / Caixa e Recursos Próprios do Município. **PRAZO:** Fica paralisado o presente contrato, **a partir de 03/12/2012**, em virtude das disposições contidas no artigo 57, § 1º, inciso III, e artigo 79, § 5º da Lei 8.666/93. **Data:** 03 de Dezembro de 2012. **ASSINAM:** Zelir Antonio Maggioni - Prefeito Municipal e Gilson de Matos Brites - representante legal da Empresa – **GMB ENGENHARIA LTDA.**

EXTRATO DO 4º TERMO DE PARALISAÇÃO. Tomada de Preço 010/2010. Processo nº: 060/2010 - Contrato n°: 081/2010. PARTES: Prefeitura Municipal de Sonora e a Empresa **GMB Engenharia Ltda**. **OBJETO:** Contratação de Empresa para Execução de Obras de Pavimentação Asfáltica com Construção de Meio Fios e Sarjetas em trechos das Ruas Presidente Prudente de Moraes, Dione Grison Dutra e Angelo Ricardo Moselle e Drenagem de Águas Pluviais na Rua Presidente Prudente de Moraes no Município de Sonora/MS, conforme especificações constantes na Proposta de Preço, Cronograma Físico Financeiro, Memorial Descritivo, Projetos e demais Anexos, parte integrante deste Edital, a serem executados através de Recursos do Contrato de Repasse 0257.065-01/2008, do Ministério das Cidades / Caixa e Recursos Próprios do Município. **PRAZO:** Fica paralisado o presente contrato, **a partir de 03/12/2012**, em virtude das disposições contidas no artigo 57, § 1º, inciso III, e artigo 79, § 5º da Lei 8.666/93. **ASSINAM:** Zelir Antonio Maggioni - Prefeito Municipal E Gilson de Matos Brittes representante legal da Empresa – **G M B ENGENHARIA LTDA**.

EXTRATO DO 4º TERMO DE PARALISAÇÃO. Concorrência 003/2010. Processo nº: 047/2010 - Contrato n°: 097/2010. PARTES: Prefeitura Municipal de Sonora e a Empresa **GMB Engenharia Ltda**. **OBJETO:** Contratação de Empresa para Execução de Obra de Pavimentação Asfáltica com construção de meio-fios e sarjetas, em diversas vias públicas do Município de Sonora/MS, conforme Especificações constantes na Proposta de Preço, Cronograma Físico-financeiro, Memorial Descritivo, Projetos e demais Anexos, parte integrante deste Edital, a ser executado através de Recursos do Contrato de repasse 0265.444-55/2008, do Ministério das Cidades/ Caixa e Recursos Próprios do Município. **PRAZO:** Fica paralisado o presente contrato, **a partir de 03/12/2012**, em virtude das disposições contidas no artigo 57, § 1º, inciso III, e artigo 79, § 5º da Lei 8.666/93. **Data:** 03 de Dezembro de 2012. **ASSINAM:** Zelir Antonio Maggioni - Prefeito Municipal, pela contratante e Gilson de Matos Brittes - GMB Engenharia Ltda – pela Contratada.

PUBLICAÇÕES A PEDIDO

EDITAL
Luiz Antônio Pereira de Morais e Outra. Torna público que requereu ao Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul IMASUL/MS o licenciamento ambiental para barragens através da apresentação de comunicado de atividade-CA, localizada na Fazenda São Vicente de Paula, no município de Amambai – MS.

EDITAL
José Pereira Rodrigues, torna público que **requereu** do IMASUL/MS Instituto de Meio Ambiente de MS, a Licença de Operação, para extração de areia para construção civil, no local denominado fazenda Conquista, no município de Jatei-MS.

EDITAL
SONIA DE FÁTIMA BATISTA DE ALMEIDA, torna público que requereu ao Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul - IMASUL, Declaração Ambiental para a Recuperação de Área Degradada em área de 2,8205 há e em outra área de 10,1067 ha, localizada no imóvel FAZENDA ÁRVORE GRANDE no município de CASSILÂNDIA/ MS.

EDITAL
COOPERATIVA AGRÍCOLA MISTA DE VARZEA ALEGRE – CAMVA, inscrita no CNPJ sob o n.º 03.226.024/0001-51, torna público que recebeu do Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul – IMASUL/MS, a Renovação de Licença de Operação - RLO n° 178, para a atividade: 6.95 – Indústria de Produtos Alimentícios, localizada na Gleba A, Desmembrada da Secção A da Fazenda Várzea Alegre / Rodovia BR 262, Km 398, Colônia Jamic, Zona Rural, município de Terenos/MS, valida até 04 de dezembro 2016.

EDITAL
Fundação MS para Pesquisa e Difusão Tecnológica Agropecuária Ltda, torna público que requereu ao Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul – IMASUL o Certificado de Registro de Poço Tubular Profundo, localizado na Estrada da Usina Velha, Km 02, zona rural, município de Maracajú-MS.

EDITAIS
Espólio de Zilá Correa Machado, através de seu inventariante **Eduardo Olímpio Machado Neto,** torna público que requereu ao Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul – IMASUL o Certificado de Registro de Poço Tubular Profundo, localizado na Estância Zilá, zona rural, município de Dois Irmãos do Buriti - MS.

Espólio de Zilá Correa Machado, através de seu inventariante **Eduardo Olímpio Machado Neto,** torna público que requereu ao Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul – IMASUL o Certificado de Registro de Poço Tubular Profundo, localizado na Fazenda Água Branca, zona rural, município de Campo Grande-MS.

EDITAL
José dos Santos, torna público que recebeu da Gerência Municipal de Desenvolvimento Econômico – Sistema de Controle e Licenciamento Ambiental (SICLAM) – Prefeitura Municipal de Ribas do Rio Pardo – MS a Licença de Operação n°001/2012, válida até 23/10/2016, para o Loteamento Santa Clara, localizado na Rua Aniceta Rodrigues de Souza, S/N, município de Ribas do Rio Pardo.

CERTIFICADO DE REGISTRO DE POÇO
ROMEU ELOI SCHMALZ, torna público que requereu ao Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul – IMASUL o Certificado de Registro de Poço Tubular, localizada na Rod MS 306, Km 230,5,Baús, município de Costa Rica/MS.

CERTIFICADO DE REGISTRO DE POÇO
Jesus Ribeiro Pereira, torna público que requereu ao Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul – IMASUL o Certificado de Registro de Poço Tubular, localizada na Fazenda Rio Bonito, município de Costa Rica/MS.

CERTIFICADO DE REGISTRO DE POÇO
Jesus Ribeiro Pereira, torna público que requereu ao Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul – IMASUL o Certificado de Registro de Poço Tubular, localizada na Fazenda Nossa Senhora Aparecida, município de Costa Rica/MS.

CERTIFICADO DE REGISTRO DE POÇO
Jesus Ribeiro Pereira, torna público que requereu ao Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul – IMASUL o Certificado de Registro de Poço Tubular, localizada na Fazenda Cascavel, município de Costa Rica/MS.

CERTIFICADO DE REGISTRO DE POÇO
Renato Burgel, torna público que requereu ao Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul – IMASUL o Certificado de Registro de Poço Tubular, localizada na Fazenda Monarca, município de Costa Rica/MS.

CERTIFICADO DE REGISTRO DE POÇO
Renato Burgel, torna público que requereu ao Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul – IMASUL o Certificado de Registro de Poço Tubular, localizada na Fazenda Conquista, município de Costa Rica/MS.

CERTIFICADO DE REGISTRO DE POÇO
Rodovalho e Terceiros Ltda-ME, torna público que requereu ao Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul – IMASUL o Certificado de Registro de Poço Tubular, localizada na Rua Marechal Floriano Peixoto,1041Vila Santana, município de Costa Rica/MS.

CERTIFICADO DE REGISTRO DE POÇO
Manoel Rodriguês, torna público que requereu ao Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul – IMASUL o Certificado de Registro de Poço Tubular, localizada na Estância Nossa Senhora Aparecida, município de Costa Rica/MS.

CERTIFICADO DE REGISTRO DE POÇO
Fábio Martin Gonçalves e Outros, torna público que requereu ao Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul – IMASUL o Certificado de Registro de Poço Tubular, localizada na Fazenda Roncador, município de Costa Rica/MS.

CERTIFICADO DE REGISTRO DE POÇO
José Renato Andrade Catapani, torna público que requereu ao Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul – IMASUL o Certificado de Registro de Poço Tubular, (PT03)localizada na Fazenda Arizona, município de Costa Rica/MS.

CERTIFICADO DE REGISTRO DE POÇO
José Renato Andrade Catapani, torna público que requereu ao Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul – IMASUL o Certificado de Registro de Poço Tubular, (PT04)localizada na Fazenda Arizona, município de Costa Rica/MS.

CERTIFICADO DE REGISTRO DE POÇO
José Renato Andrade Catapani, torna público que requereu ao Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul – IMASUL o Certificado de Registro de Poço Tubular, (PT02)localizada na Fazenda Arizona, município de Costa Rica/MS.

CERTIFICADO DE REGISTRO DE POÇO

José Renato Andrade Catapani, torna público que requereu ao Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul – IMASUL o Certificado de Registro de Poço Tubular, (PT01)localizada na Fazenda Arizona, município de Costa Rica/MS.

CERTIFICADO DE REGISTRO DE POÇO

Agropecuária Divino Espirito Santo, torna público que requereu ao Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul – IMASUL o Certificado de Registro de Poço Tubular, localizada na Fazenda Progresso, município de Costa Rica/MS.

CERTIFICADO DE REGISTRO DE POÇO

Antonio Ricardo Sechis, torna público que requereu ao Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul – IMASUL o Certificado de Registro de Poço Tubular, localizada na Fazenda Cantinho do Céu, município de Cassilândia/MS.

EDITAIS

Dorival Felipini torna público que recebeu do Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul - Imasul, Autorização Ambiental nº 170/2012, para a atividade de Corte de Árvores Nativas Isoladas em áreas convertidas para o uso alternativo do solo em uma área de 750,2494 ha, localizada no imóvel Fazenda Tamburi/Fazenda Santa Lucia no município de Inocência – MS, valida até 18 de Dezembro de 2016.

Gabriel Garcia Sobrinho torna público que recebeu do Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul - Imasul, Autorização Ambiental nº 182/2012, para a atividade de Corte de Árvores Nativas Isoladas em áreas convertidas para o uso alternativo do solo em uma área de 452,5181 ha, localizada no imóvel Fazenda Caíçara III no município de Inocência – MS, valida até 20 de Dezembro de 2016.

EDITAL

A **Esmeralda Fruticultura e Doces Ltda-ME,** inscrita sob CNPJ 02.850.822/0001-97, Inscrição Municipal 0009470300-0, vem tornar público que recebeu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano - SEMADUR a Licença de operação n° 03.311/2012, com legitimidade até 06/12/2016, para produção, industrialização e comercialização no atacado e varejo de doces em geral, localizada na Rodovia BR 163, margem direita do Córrego Cachoeira, denominada Fazenda Haras Cachoeira, Zona Rural, Campo Grande-MS.

Concessão de Licença Prévia

Americel S/A – CNPJ 01.685.903/0001-16 torna público que recebeu do Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (IMASUL) a Licença Ambiental Modalidade Prévia n° 217 para atividade Estação de Radio Base e Microondas. Localizada na Rua Manoel Pedro de Campos, quadra 107, lote 02, Bairro Santa Rita. Município de Três Lagoas/MS. MSTLS09

ATA DE REUNIÃO DOS SÓCIOS - REDUÇÃO DE CAPITAL SOCIAL

Aos 03/09/2012, às 14:30 horas, na Rua Gal. Paulo Xavier, 4.665 – FUNDOS – Sala A, Bairro Tiradentes, na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul, sede da AMADOSAN VEÍCULOS LTDA, sociedade limitada, nos termos da Lei 10.406/2002, com contrato social registrado na JUCEMS, NIRE 54 2 0071935 6, e CNPJ 04.351.823/0001-12, os sócios representando a totalidade do capital social compareceram e declararam cientes do local, data, hora e ordem do dia, dispensando as formalidades da convocação, escolheram para presidir os trabalhos o sócio VANDERLEI AMADO, ora Presidente, e a mim, sócia ROZELY MARIA SEVES AMADO para secretariar, ora Secretária, membros da mesa diretora.
Iniciados os trabalhos, os sócios deliberaram que, considerando que a empresa Amadosan Veículos Ltda, não detém mais a concessão de venda e execução dos serviços dos veículos da marca Nissan, foi deliberado pelos sócios, a redução do capital social, em conformidade com artigo 1082, II da Lei n° 10.406/2002.
Terminados os trabalhos, inexistindo qualquer outra manifestação, lavrei a presente ata que foi lida, aprovada, e assinada pelo Presidente e por mim, Secretário, para apresentação e arquivamento na JUCEMS.

Vanderlei Amado
Presidente

Rozely Maria Seves Amado
Secretária

ATA DE REUNIÃO DOS SÓCIOS - REDUÇÃO DE CAPITAL SOCIAL

Aos 03/09/2012, às 10:00 horas, na Rua Gal. Paulo Xavier, 4.665 – FUNDOS – Sala R, Bairro Tiradentes, na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul, sede da RENASCENÇA VEÍCULOS LTDA, sociedade limitada, nos termos da Lei 10.406/2002, com contrato social registrado na JUCEMS, NIRE 54 2 0070945 8, e CNPJ 04.157.649/0001-71, os sócios representando a totalidade do capital social compareceram e declararam cientes do local, data, hora e ordem do dia, dispensando as formalidades da convocação, escolheram para presidir os trabalhos o sócio VANDERLEI AMADO, ora Presidente, e a mim, sócia ROZELY MARIA SEVES AMADO para secretariar, ora Secretária, membros da mesa diretora.
Iniciados os trabalhos, os sócios deliberaram que, considerando que a empresa Renascença Veículos Ltda, não detém mais a concessão de venda e execução dos serviços dos veículos da marca Renault, foi deliberado pelos sócios, a redução do capital social, em conformidade com artigo 1082, II da Lei n° 10.406/2002.
Terminados os trabalhos, inexistindo qualquer outra manifestação, lavrei a presente ata que foi lida, aprovada, e assinada pelo Presidente e por mim, Secretário, para apresentação e arquivamento na JUCEMS.

Vanderlei Amado
Presidente

Rozely Maria Seves Amado
Secretária

Dourados S.A. – Álcool e Açúcar

CNPJ/MF nº 37.557.501/0001-83 (Companhia em fase pré-operacional)

Dourados-MS

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o balanço patrimonial, e as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa relativos ao exercício encerrado em 31 de março de 2012 e 2011. Permanecemos à inteira disposição dos Srs. Acionistas para prestar-lhes quaisquer esclarecimentos julgados necessários. Dourados-MS, 27 de julho de 2012. **A Diretoria**

Balanços Patrimoniais em 31 de março de 2012 e 2011 *(Em milhares de reais)*

Ativo	2012	2011	Passivo	2012	2011
Caixa e equivalentes de caixa	2	152	Fornecedores	1.071	3.026
Contas a receber de clientes	1.623	10.554	Empréstimos e financiamentos	5.863	8.076
Estoques	76	2.172	Salários e férias a pagar	49	84
Adiantamento a fornecedores	4.063	3.256	Impostos e Contribuições a Recolher	2.198	5.868
Impostos a recuperar	65	65	Passivo fiscal corrente	–	394
Outros créditos	–	3	Parcelamento – Lei 11.941/2009	78	89
Total do ativo circulante	**5.829**	**16.202**	Impostos e contribuições parcelados	1.698	–
Adiantamento a fornecedores	**–**	1.500	Outras obrigações	–	15
Impostos a recuperar	382	382	**Total do passivo circulante**	**10.957**	**17.552**
Outros créditos	79	115	Empréstimos e financiamentos	24.629	31.535
Ativo biológico	20.827	39.063	Parcelamento – Lei 11.941/2009	768	1.382
Imobilizado	59.428	59.841	Impostos e contribuições parcelados	2.673	–
Total de ativo não circulante	**80.716**	**100.901**	Provisão para contingências	168	330
			Empréstimos e mútuos	8.743	7.847
			Passivo fiscal diferido	9.776	18.645
			Total de passivo não circulante	**46.757**	**59.739**
			Patrimônio líquido		
			Capital social	40.002	39.915
			Ajustes de avaliação patrimonial	24.417	24.463
			Prejuízos acumulados	(35.588)	(24.566)
				28.831	**39.812**
Total do ativo	**86.545**	**117.103**	**Total do passivo e patrim. líquido**	**86.545**	**117.103**

Demonstrações de Resultados – Exercícios findos em 31 de março de 2012 e 2011 *(Em milhares reais)*

	2012	2011		2012	2011
Venda de produtos	23.211	24.972	**Resultado antes da rec.(desp.) financeiras liquidas e impostos**	**(14.246)**	**2.234**
Custos dos produtos vendidos	(17.670)	(20.844)	Receitas financeiras	–	2
Atribuição do valor justo ao ativo biológico	(15.616)	455	Despesas financeiras	(5.691)	(5.227)
(Prejuízo) lucro bruto	**(10.075)**	**4.583**	**Despesas financeiras líquidas**	**(5.691)**	**(5.225)**
Despesas administrativas e gerais	(1.659)	(2.491)	**Resultado antes dos impostos**	**(19.937)**	**(2.991)**
Outras receitas e (despesas) operacionais	(2.512)	142	IRPJ e contribuição social diferidos	8.869	(480)
			Resultado do exercício	**(11.068)**	**(3.471)**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de março de 2012 e 2011
(Em milhares reais)

	Capital social	(-) Capital a integralizar	Capital subscrito e integralizado	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de abril de 2010	**47.594**	**(7.804)**	**39.790**	**24.487**	**(21.119)**	**43.158**
Integralização de capital mediante:						
Aumento de capital conforme Reunião Ordinária do Conselho de Administração de 10/06/2008	–	125	125	–	–	125
Realiz. do custo atribuído do ativo imobilizado	–	–	–	(24)	24	–
Resultado do exercício	–	–	–	–	(3.471)	(3.471)
Saldos em 31 de março de 2011	**47.594**	**(7.679)**	**39.915**	**24.463**	**(24.566)**	**39.812**
Integralização de capital mediante:						
Aumento de capital	–	87	87	–	–	87
Realiz. do custo atribuído do ativo imobilizado	–	–	–	(46)	46	–
Resultado do exercício	–	–	–	–	(11.068)	(11.068)
Saldos em 31 de março de 2012	**47.594**	**(7.592)**	**40.002**	**24.417**	**(35.588)**	**28.831**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Método Indireto Exercícios findos em 31 de março de 2012 e 2011
(Em milhares reais)

	2012	2011
Fluxo de Caixa das Ativ. Operac.		
Resultado antes dos impostos	**(19.937)**	**(2.991)**
Ajustes p/ conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Constituição de prov. p/ contingências	(162)	(41)
Depreciação e amortização	458	474
Atribuição valor justo ao ativo biológico	15.616	(455)
Custo residual de bens do ativo imobilizado baixados	80	–
Caixa aplicado nas ativ. operacion.	**(3.945)**	**(3.013)**
Variações nos ativos e passivos		
Variação em ativos biológicos devido a vendas	13.546	32.488
Redução (aumento) em contas a receber de clientes	8.931	(5.050)
Redução (aumento) em estoques	2.096	(1.863)
(Aumento) em impostos a recuperar	–	(1)
Redução em adiantam. a fornecedores	693	3.302
Redução (aumento) em outros créditos	39	(91)
(Redução) aumento em fornecedores	(1.955)	1.063
(Redução) em salários e férias a pagar	(35)	(51)
(Redução) aumento em impostos e contribuições a recolher	(3.670)	1.763
Aumento em impostos parcelados	3.746	135
(Redução) aumento em outras obrigações	(15)	5
Imp. de renda e contrib. social pagos	(394)	27
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais	**19.037**	**28.714**
Fluxos de caixa das ativ. de invest.		
Imobilizado	(125)	(4.517)
Ativo biológico	(10.926)	(23.276)
Fluxos de caixa aplicado nas atividades de investimentos	**(11.051)**	**(27.793)**
Fluxos de caixa das ativ. de financ.		
Juros s/ empréstimos e financiamentos	2.855	2.890
Financiamentos bancários pagos	(11.973)	(6.161)
Integralização de capital	87	125
Captação (liq.) de emprést. e mútuos	379	1.959
Juros sobre empréstimos e mútuos	516	412
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamentos	**(8.136)**	**(775)**
(Redução) aumento no caixa equivente de caixa	**(150)**	**146**
Demonstração da (red.) aumento no caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	152	6
No fim do exercício	2	152
(Redução) aumento no caixa equivalente de caixa	**(150)**	**146**

Diretoria
Luiz Guilherme Zancaner
Leonardo Augusto de Carvalho

Conselho de Administração
Luiz Guilherme Zancaner **Celso Dal Lago Rodrigues**
Walter Henrique Zancaner Filho

Contador
Antonio Carlos Frésco
CRC – 1SP 155.388/O-3

Alcoolvale S.A. – Álcool e Açúcar

CNPJ/MF nº 15.444.904/0001-83

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o balanço patrimonial, e as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa relativos ao exercício encerrado em 31 de março de 2012 e 2011. Permanecemos à inteira disposição dos Srs. Acionistas para prestar-lhes quaisquer esclarecimentos julgados necessários. Aparecida do Taboado-MS, 27 de julho de 2012. **A Diretoria**

Balanços Patrimoniais em 31 de março de 2012 e 2011 *(Em milhares de reais)*

	Controladora		Consolidado	
Ativo	**2012**	**2011**	**2012**	**2011**
Caixa e equivalentes de caixa	11	2	11	2
Contas a receber de clientes	1.196	8.825	1.488	8.890
Estoques	884	1.018	2.292	2.708
Adiantamento a fornecedores	5.035	4.779	5.061	4.779
Impostos a recuperar	1.041	1.057	1.041	1.057
Ativo fiscal corrente	1.141	1.140	1.141	1.140
Outros créditos	10	72	37	83
Total do ativo circulante	**9.318**	**16.893**	**11.071**	**18.659**
Empréstimos e mútuos	41.970	69.028	41.970	69.028
Outros créditos	31	53	138	309
Investimentos	8.659	26.828	375	309
Ativo biológico	–	–	59.962	48.956
Imobilizado	88.207	97.314	88.449	97.431
Total do ativo não circulante	**138.867**	**193.223**	**190.894**	**216.033**
Total do ativo	**148.185**	**210.116**	**201.965**	**234.692**

	Controladora		Consolidado	
Passivo	**2012**	**2011**	**2012**	**2011**
Fornecedores	29.108	9.682	32.445	18.223
Empréstimos e financiamentos	33.227	28.734	37.967	33.062
Salários e férias a pagar	1.083	968	1.875	1.674
Impostos e contribuições a recolher	14.836	10.342	20.867	17.729
Passivo fiscal corrente	737	1.485	737	1.622
Impostos e contribuições parcelados	1.471	–	2.537	–
Parcelamento – Lei 11.941/2009	134	177	228	316
Adiantamento de clientes	128	65	128	65
Outras obrigações	6	2.912	15	2.910
Dividendos a pagar	579	579	579	579
Total do passivo circulante	**81.309**	**54.944**	**97.378**	**76.180**
Empréstimos e financiamentos	3	26	3	26
Impostos e contribuições a recolher	–	1.272	–	1.272
Impostos e contribuições parcelados	4.463	–	8.424	–
Parcelamento – Lei 11.941/2009	1.271	2.736	2.202	4.000
Provisão para contingências	225	120	314	437
Empréstimos e mútuos	3.596	80.503	33.777	84.170
Passivo fiscal diferido	13.723	12.097	16.266	10.169
Total do passivo não circulante	**23.281**	**96.754**	**60.986**	**100.074**
Patrimônio líquido				
Capital social	31.194	31.194	31.194	31.194
Reservas de capital	1.118	1.118	1.118	1.118
Reservas de lucros	1.859	1.859	1.859	1.859
Ajuste de avaliação patrimonial	30.613	34.691	30.613	34.691
Prejuízos acumulados	(21.189)	(10.444)	(21.189)	(10.444)
Total do patrimônio líquido atribuível aos controladores	**43.595**	**58.418**	**43.595**	**58.418**
Participação de não controladores	–	–	6	20
Total do patrimônio líquido	**43.595**	**58.418**	**43.601**	**58.438**
Total do passivo e patrimônio líquido	**148.185**	**210.116**	**201.965**	**234.692**

Demonstrações de Resultados – Exercícios findos em 31 de março de 2012 e 2011 *(Em milhares de reais)*

	Controladora		Consolidado	
	2012	**2011**	**2012**	**2011**
Vendas de produtos	152.442	116.857	156.482	115.865
Custos dos produtos vendidos	(114.241)	(102.016)	(120.205)	(99.242)
Atribuição do valor justo ao ativo biológico	–	–	(2.557)	1.072
Lucro bruto	**38.201**	**14.841**	**33.720**	**17.695**
Despesas de vendas	(13.548)	(9.869)	(13.548)	(9.869)
Despesas administrativas e gerais	(12.525)	(7.665)	(14.000)	(8.474)
Outras receitas e (desp.) operac., líquidas	(2.897)	(2.652)	(2.729)	(2.451)
Resultado da equivalência patrimonial	(18.168)	1.553	65	68
Resultado antes da receitas (despesas) financ. líq., equiv. patrim. e impostos	**(8.937)**	**(3.792)**	**3.508**	**(3.031)**
Receitas financeiras	6.789	5.771	6.941	5.771
Despesas financeiras	(9.326)	(9.026)	(17.466)	(14.398)
Variação cambial líquida	(417)	102	(417)	102
Receitas (desp.) financ. e cambiais líq.	**(2.954)**	**(3.153)**	**(10.942)**	**(8.525)**
Resultado antes dos impostos	**(11.891)**	**(6.945)**	**(7.434)**	**(11.556)**
Imposto de renda e contribuição social				
Correntes	(2.005)	(2.588)	(2.005)	(2.590)
Diferidos	(927)	4.945	(5.398)	9.559
Resultado do exercício	**(14.823)**	**(4.588)**	**(14.837)**	**(4.587)**

	Controladora		Consolidado	
	2012	**2011**	**2012**	**2011**
Resultado atribuível aos:				
Acionistas controladores	(14.823)	(4.588)	(14.823)	(4.588)
Acionistas não controladores	–	–	(14)	1
Resultado do exercício	**(14.823)**	**(4.588)**	**(14.837)**	**(4.587)**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de março de 2012 e 2011 *(Em milhares de reais)*

	Capital social		Reservas de capital	Reservas de lucros		Ajuste de avaliação patrimonial					
	Capital social	Capital subscrito e integralizado	Reserva de incentivos fiscais	Reserva legal	Investimentos	de ativos próprios	em controladas	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido atribuível aos controladores	Participação de acionistas não controladores	Total
Saldos em 1º de abril de 2010	31.194	31.194	1.118	122	1.737	38.634	53	(9.852)	63.006	19	63.025
Realização do custo atribuído	–	–	–	–	–	(3.991)	(5)	3.996	–	–	–
Resultado do exercício	–	–	–	–	–	–	–	(4.588)	(4.588)	1	(4.587)
Saldos em 31 de março de 2011	**31.194**	**31.194**	**1.118**	**122**	**1.737**	**34.643**	**48**	**(10.444)**	**58.418**	**20**	**58.438**
Realização do custo atribuído	–	–	–	–	–	(4.068)	(10)	4.078	–	–	–
Resultado do exercício	–	–	–	–	–	–	–	(14.823)	(14.823)	(14)	(14.837)
Saldos em 31 de março de 2012	**31.194**	**31.194**	**1.118**	**122**	**1.737**	**30.575**	**38**	**(21.189)**	**43.595**	**6**	**43.601**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto – Exercícios findos em 31 de março de 2012 e 2011 *(Em milhares de reais)*

	Controladora		Consolidado	
	2012	**2011**	**2012**	**2011**
Fluxo de caixa das ativid. operacionais				
Resultado antes dos impostos	**(11.891)**	**(6.945)**	**(7.434)**	**(11.556)**
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais				
Constit. (reversão) de prov. p/ contingências	105	109	(123)	(37)
Depreciação e amortização	18.050	16.456	18.061	16.467
Atribuição valor justo ao ativo biológico	–	–	2.557	(1.072)
Resultado da equivalência patrimonial	18.168	(1.553)	(65)	(68)
Custo residual de bens do at. imob. baixados	30	–	30	–
Caixa proveniente das ativ. operacionais	**24.462**	**8.067**	**13.026**	**3.734**
Variações nos ativos e passivos				
Variação em ativos biológicos devido a vendas e consumo	–	–	19.132	32.912
Redução (aum.) em contas a receber de clientes	7.629	(6.617)	7.402	(6.679)
Redução (aumento) em estoques	134	640	416	(986)
Redução em impostos a recuperar	16	3.068	16	3.068
(Aumento) em adiantamento a fornecedores	(256)	(180)	(282)	(180)
Redução em outros créditos	84	217	217	57
Aumento em fornecedores de cana e diversos	17.490	735	12.286	711
Aumento em salários e férias a pagar	114	5	200	319
Aumento em impostos e contribuições a recolher	5.311	4.434	1.866	8.718
Aumento em adiantamento de clientes	63	64	63	65
(Redução) aumento em outras contas a pagar	(2.906)	873	(2.895)	868
Aumento em impostos e contrib. parcelados	3.037	253	9.773	382
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.753)	(2.434)	(2.890)	(2.428)
Fluxo de caixa proven.das ativ.operacionais	**52.425**	**9.125**	**58.330**	**40.561**
Fluxos de caixa das ativ. de investimentos				
Imobilizado	(7.037)	(9.235)	(7.173)	(9.238)
Ativo biológico	–	–	(32.695)	(33.109)
Fluxos de caixa aplic. nas ativ. de investim.	**(7.037)**	**(9.235)**	**(39.868)**	**(42.347)**
Fluxos de caixa das ativ. de financiamentos				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	5.351	3.642	5.765	3.919
Financiamentos bancários pagos	(881)	(53)	(883)	(53)
Juros sobre empréstimos e mútuos	6.087	5.397	2.203	5.397
(Aumento) em empréstimos e mútuos	(55.936)	(8.877)	(25.538)	(7.480)
Caixa (aplicado nas) proveniente das atividades de financiamentos	**(45.379)**	**109**	**(18.453)**	**1.783**
Aumento (red.) no caixa equival. de caixa	**9**	**(1)**	**9**	**(3)**
Demonstração da redução no caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	2	3	2	5
No fim do exercício	11	2	11	2
Aumento (red.) no caixa equival. de caixa	**9**	**(1)**	**9**	**(3)**

Diretoria

Luiz Guilherme Zancaner — **Leonardo Augusto de Carvalho**

Contador

Antonio Carlos Frésco – CRC – 1SP 155.388/O-3